

COLEÇÃO EDUCAÇÃO, POBREZA E DESIGUALDADE SOCIAL

A Iniciativa EPDS (Educação, Pobreza e Desigualdade Social) foi uma ação do Ministério da Educação (MEC) com o ousado propósito de realizar um pacote de curso de especialização a distância e uma pesquisa científica agregada. A Iniciativa permitiu discutir a ausência da temática pobreza nos estudos da educação no Brasil, e refletir sobre a desigualdade social e o modo como os currículos escolares são elaborados e executados na Educação Básica, além de analisarmos o contexto em que estão inseridos, particularmente, quanto às políticas de distribuição de renda – principalmente o Programa Bolsa Família – e o cumprimento (ou não) das condicionalidades, bem como os impactos disso nas famílias, nas comunidades e nos jovens beneficiados. A *Coleção Educação, Pobreza e Desigualdade Social* da UFC traz 4 Volumes que sintetizam a produção da Iniciativa realizada por professores, tutores, pesquisadores e cursistas, abordando Memórias dos cursistas, projetos de intervenção, discussões sobre EaD, currículo e pesquisas no campo da educação, das políticas públicas e da pobreza.

O Volume 2 da Coleção Educação, Pobreza e Desigualdade Social traz a reunião de Projetos de Intervenção elaborados pelos concludentes do curso de especialização em Educação, Pobreza e Desigualdade Social (EPDS) ministrado pela Universidade Federal do Ceará (UFC), que trazem uma gama rica de experiências que podem servir de guia ao leitor, a operadores de políticas públicas e do terceiro setor, e serem postas em prática em outros contextos ou inspirar novas ações. Com isso, esperamos contribuir para o desenvolvimento de novas metodologias didáticas e estratégias para abordar temas de relevância social, como direitos humanos, com jovens de um modo em geral.



Irapuan Peixoto Lima Filho
Maria Lourdes dos Santos
(Orgs.)

Pobreza e Direitos Humanos na Escola: Projetos de Intervenção

Pontes

Pobreza e Direitos Humanos na Escola: Projetos de Intervenção



COLEÇÃO EDUCAÇÃO, POBREZA E DESIGUALDADE SOCIAL

Irapuan Peixoto Lima Filho
Maria Lourdes dos Santos
(Orgs.)

Volume 2

Pontes

Irapuan Peixoto Lima Filho

Graduado em Ciências Sociais pela Universidade Estadual do Ceará (2002), Mestre em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará (2004) e Doutor pela Universidade Federal do Ceará (2010). É professor adjunto da Universidade Federal do Ceará, atuando no Departamento de Ciências Sociais, no Programa de Pós-Graduação em Sociologia, sendo coordenador do Mestrado Profissional de Sociologia em Rede Nacional/PROFSOCIO. É pesquisador do Laboratório de Estudos em Política, Educação e Cidades (LEPEC/UFC), onde coordena pesquisas nas áreas de educação, juventude, cultura, cidades e mobilidade urbana.

Maria Lourdes dos Santos

Possui Bacharelado em Ciências Sociais (1996), Mestrado em Sociologia (2000) e Doutorado em Sociologia (2013), todos pela Universidade Federal do Ceará. Foi Coordenadora do Núcleo de Informação, Pesquisa e Banco de Dados da Coordenadoria Especial de Políticas sobre Drogas do Município de Fortaleza, de março de 2013 a dezembro de 2016. Foi Tutora e Supervisora do Curso de Especialização Educação, Pobreza e Desigualdade Social (EPDS) na UFC. É bolsista do Centro de Investigação Científica da Escola de Saúde Pública do Ceará e tem experiência nas temáticas de sexualidade, AIDS, preconceito, vidas marginais, prostituição masculina viril, Direitos Humanos, substâncias psicoativas, pobreza e desigualdade social.

Pobreza e Direitos Humanos
na Escola: Projetos
de Intervenção

Todos os direitos desta edição reservados a Pontes Editores Ltda.
Proibida a reprodução total ou parcial em qualquer mídia
sem a autorização escrita da Editora.
Os infratores estão sujeitos às penas da lei.
A Editora não se responsabiliza pelas opiniões emitidas nesta publicação.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Filho, Irapuan Peixoto Lima. / Santos, Maria Lourdes dos. (Orgs.)

Pobreza e Direitos Humanos na Escola: Projetos de Intervenção
Irapuan Peixoto Lima Filho / Maria Lourdes dos Santos (Orgs.)
Campinas, SP : Pontes Editores, 2019

Coleção: Educação, pobreza e desigualdade social - volume 2

Bibliografia.

ISBN - 978-85-2170-094-4

1. Educação - pobreza 2. Processos sociais - desigualdades

I. Título II. Coleção

Índices para catálogo sistemático:

1. Educação - pobreza - 370
2. Processos sociais - desigualdades - 303

Pobreza e Direitos Humanos
na Escola: Projetos
de Intervenção



COLEÇÃO EDUCAÇÃO, POBREZA E DESIGUALDADE SOCIAL

Irapuan Peixoto Lima Filho
Maria Lourdes dos Santos
(Orgs.)

Volume 2

Pontes

Copyright © 2019 - dos organizadores representantes dos colaboradores
Coordenação Editorial: Pontes Editores
Editoração e capa: Eckel Wayne
Revisão: Cibele Ferreira

Coleção Educação, pobreza e desigualdade social
Coordenação: Irapuan Peixoto Lima Filho

CONSELHO EDITORIAL:

Angela B. Kleiman
(Unicamp – Campinas)

Clarissa Menezes Jordão
(UFPR – Curitiba)

Edleise Mendes
(UFBA – Salvador)

Eliana Merlin Deganutti de Barros
(UENP – Universidade Estadual do Norte do Paraná)

Eni Puccinelli Orlandi
(Unicamp – Campinas)

Gláís Sales Cordeiro
(Université de Genève - Suisse)

José Carlos Paes de Almeida Filho
(UNB – Brasília)

Maria Luisa Ortiz Alvarez
(UNB – Brasília)

Rogério Tilio
(UFRJ – Rio de Janeiro)

Suzete Silva
(UEL – Londrina)

Vera Lúcia Menezes de Oliveira e Paiva
(UFMG – Belo Horizonte)

PONTES EDITORES

Rua Francisco Otaviano, 789 - Jd. Chapadão

Campinas - SP - 13070-056

Fone 19 3252.6011

ponteseditores@ponteseditores.com.br

www.ponteseditores.com.br

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO DA COLEÇÃO.....	7
APRESENTAÇÃO	13
DIREITOS HUMANOS, DEMOCRACIA E CONSTRUÇÃO DE UM CURRÍCULO VINCULADO AO COTIDIANO DOS ALUNOS DA ESCOLA PÚBLICA	15
Edlane Mendes da Frota Maria Andréa Luz da Silva	
UM DIÁLOGO POSSÍVEL ENTRE A POBREZA NO CURRÍCULO E O CURRÍCULO PARA POBRES.....	25
Christiane Cruz Pereira Naíola Paiva de Miranda	
CONHECENDO A REALIDADE DO MEU BAIRRO.....	43
Francisco Eduardo da Silva Luiza Eridan Elmiro Martins de Sousa	
ESCOLA E COMUNIDADE: ESPAÇOS DE VIVÊNCIAS INTEGRAIS E DE POTENCIALIDADES.....	51
Francisca Maraline da Silva Rocha Maria Lourdes dos Santos	
EDUCAÇÃO ESCOLAR E DIREITOS HUMANOS	65
Antônia Selmária de Sousa Silva João Miguel Diógenes e Araújo Lima	
“EDUCAR É, ANTES DE QUALQUER COISA, UM DIREITO”	77
Rubens George Alvino de Souza Lorena Maria Fidélis Ferreira	
<i>BULLYING</i> ESCOLAR: ESTRATÉGIAS DE PREVENÇÃO E COMBATE	91
Dylehon Silva do Nascimento Carlos Vinícius Frota de Albuquerque	

NUANCE DE UMA RAÇA: DANÇA AFRO-BRASILEIRA COMO OBJETO DE TRANSFORMAÇÃO E ACEITAÇÃO PARA A MULHER NEGRA.....	101
Michelle Cristyanne da Silva Lima Raquel Guimarães Mesquita	
PROJETO DE INTERVENÇÃO: A VALORIZAÇÃO DA CULTURA AFRO-BRASILEIRA E AFRODESCENDENTE.....	115
Ana Luíza de Oliveira Castro Carlos Vinícius Frota de Albuquerque	
DESCONSTRUINDO A VISÃO MORALISTA DA POBREZA: NOVAS CONCEPÇÕES IDENTITÁRIAS EM HORIZONTE-CE	127
Maria Mônica Ramos de Melo Raquel Guimarães Mesquita	
DIREITOS HUMANOS PARA A JUVENTUDE	139
Joaquim Eduardo Bezerra Barbosa Lilianne Moreira Dantas	
SEGURANÇA ALIMENTAR: CUIDADOS NECESSÁRIOS À SAÚDE NO AMBIENTE ESCOLAR.....	151
Alyne Lucas de Oliveira Antônia Ieda de Souza Prado	
ASSISTÊNCIA SOCIAL E PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: LIMITES E POSSIBILIDADES NO COMBATE À POBREZA NO MUNICÍPIO DE TRAIRI/CE.....	161
Germana de Paixão Oliveira Débora Marques da Silva	
IMPLANTAÇÃO DA TEMÁTICA INTERDISCIPLINAR: POBREZA.....	171
Antônio Marcelo das Neves Bezerra Antônia Silva	
O OLHAR DA ESCOLA SOB A PERSPECTIVA DOS DIREITOS HUMANOS ..	177
Luzia Maria Soares Santiago Cavalcante Reginaldo Nascimento da Silva	

APRESENTAÇÃO DA COLEÇÃO

A Iniciativa EPDS (Educação, Pobreza e Desigualdade Social) foi uma ação do Ministério da Educação (MEC) por meio da Coordenação-Geral de Acompanhamento da Inclusão Escolar, parte da diretoria de Políticas de Educação em Direitos Humanos e Cidadania da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI); com o ousado propósito de realizar um pacote de curso de especialização a distância e uma pesquisa científica agregada que reuniu 15 universidades federais. Dentre elas, a Universidade Federal do Ceará (UFC) teve o prazer e satisfação de aderir ao projeto em 2015, produzindo um árduo trabalho aos quais alguns dos frutos serão apresentados nesta coleção.

A UFC ofereceu o curso de especialização com 450 vagas, distribuídas em 17 turmas em 9 polos, com um alcance total de 116 municípios do Ceará, um estado que possui 184 cidades, e transcorreu entre maio de 2016 (quando da Aula Inaugural) até dezembro de 2017 (últimas defesas de Trabalhos de Conclusão de Curso). O aspecto inovador da dinâmica da Iniciativa trouxe, além da valiosa formação de profissionais que atuavam no campo social e educacional, a possibilidade de estabelecer uma reflexão e uma pesquisa sobre temáticas transversais, o que preenche uma lacuna interessante do campo educacional.

Uma discussão que permeou o trabalho, e foi constatado não somente pela equipe do Ceará, mas dos outros estados também, trata-se da ausência da temática pobreza sobre as análises da educação no

Brasil. A ideia de pensar o encontro da desigualdade social com o modo como os currículos são elaborados e executados na Educação Básica serviu como um dos achados da ação, que impactou não apenas os professores envolvidos, mas sobremaneira, os cursistas.

Dessa forma, temos o encadeamento de uma discussão que passa pela pobreza e desigualdade; pela execução de políticas de distribuição de renda (em particular do Programa Bolsa Família); e chega à análise de como os currículos escolares tratam tal conteúdo, de modo que o desfavorecimento econômico possa ser visto e refletido não somente pelos profissionais da educação (ou do campo social em geral), mas também pelos próprios jovens educandos.

A *Coleção Educação, Pobreza e Desigualdade Social* da UFC vem somar a outras propostas similares já realizadas por outras universidades parceiras da Iniciativa, trazendo 4 Volumes que sintetizam as discussões em torno de pobreza e educação realizadas por professores, tutores, pesquisadores e cursistas.

Assim, o Volume 1, intitulado *Histórias de Pobreza e Educação: Memoriais*, organizado por Irapuan Peixoto Lima Filho e Genilria de Almeida Rios, traz como o nome indica, uma seleção dos *Memorais* produzidos como parte do Trabalho de Conclusão de Curso defendido pelos cursistas.

Foram selecionados 18 textos, assinados pelos cursistas e por seus orientadores, que tiveram como objetivo a reflexão por parte do estudante de ser capaz de relacionar sua experiência pessoal com as políticas públicas de seu tempo, em particular, no campo educacional e social, o que permitia aos agora especialistas associar com mais clareza a conexão entre os conceitos estudados e a vida cotidiana, eliminando o pretense grau de abstração que o estudo da sociedade pode trazer.

O que torna esse volume ainda mais interessante é que muitos desses autores experimentaram, eles próprios, a condição de pobreza

na infância, o que torna a discussão sobre educação e pobreza viva em seu discurso. Não se trata de um “ouvir falar” ou do manejo de uma ideia ou conceito, mas de algo que foi vivenciado na pele e sobre a qual se tem propriedade para narrar. Ainda mais quando o discurso dos autores enaltece o papel transformador do processo educativo e como este é uma passagem objetiva para a melhoria de vida e o crescimento pessoal.

O Volume 2 é *Pobreza e Direitos Humanos na Escola: Projetos de Intervenção*, organizado por Irapuan Peixoto Lima Filho e Maria Lourdes dos Santos, trazendo 15 textos que também são extraídos dos TCCs dos cursistas, nas quais os autores elaboram, a partir do que foi discutido e estudado ao longo do curso de especialização, uma ação objetiva na escola visando desenvolver uma das temáticas associadas.

São textos de grande valor prático, que apontam temas a serem discutidos, estratégias a serem manejadas e soluções a serem implementadas; mais uma vez, construído em grande parte por profissionais que têm vivências reais na escola ou no campo social. O volume se constitui, dessa forma, como de grande valor prático: algo que pode ser posto em vigor pelo leitor em sua própria realidade.

Esperamos com isso contribuir para que ações afirmativas sejam realizadas em escolas públicas ou Organizações Não-Governamentais e associações diversas, o que irá ajudar a capilarizar o conteúdo tão exaustivamente discutido no curso de especialização.

O Volume 3 se chama *Pobreza e Educação: experiências do curso de especialização Educação, Pobreza e Desigualdade Social*, organizado por Irapuan Peixoto Lima Filho e Rafaela Silveira Aguiar, trazendo a contribuição dos profissionais que estiveram envolvidos com a Iniciativa EPDS na UFC.

São 6 textos que reúnem professores, tutores, supervisores e orientadores que ajudaram na execução do curso e puderam con-

tribuir com suas experiências docentes e acadêmicas à formação dos cursistas, ao mesmo tempo em que, também foram impactados pela “resposta” que os estudantes lhes deram em meio aos trabalhos acadêmicos próprios da especialização. Dessa forma, seus capítulos articulam a relação ensino-aprendizagem com o aprofundamento acadêmico de temáticas como o Programa Bolsa Família, os direitos humanos, a formação continuada e o ensino a distância.

O Volume 4 se intitula *O Bolsa Família e a Educação: pesquisas no âmbito da Iniciativa Educação, Pobreza e Desigualdade Social*, organizado por Irapuan Peixoto Lima Filho, Domingos Abreu e Valmir Lopes Silva, trazendo 8 textos construídos a partir de experiências de pesquisa da Iniciativa EPDS.

Por isso, traz tanto alguns frutos da investigação realizada pelos pesquisadores da UFC quanto de outras universidades, reforçando o diálogo das experiências e permitindo ao leitor comparar alguns dos resultados e perceber fenômenos de âmbito local e outros mais generalizantes.

Esses estudos, como se percebe, não se resumem ao aspecto educacional no qual os jovens estão inseridos, mas vão além e permitem analisar as conexões que essas realidades têm com as políticas públicas na área social, em particular caso, com o Programa Bolsa Família, que apareceu desde o material pedagógico da especialização como um pano de fundo essencial para as discussões sobre pobreza e desigualdade das famílias brasileiras e, mais ainda, dos estudantes das escolas públicas.

Os textos do volume trazem grandes contribuições ao campo acadêmico e, mais do que encerrar discussões, apontam caminhos investigativos e novos olhares para se pensar a dinâmica entre pobreza, distribuição de renda e educação Brasil à fora.

Com os 4 volumes da *Coleção Educação, Pobreza e Desigualdade Social*, esperamos reforçar o campo acadêmico nas temáticas

correlatas e ao mesmo tempo trazer experiências práticas que podem inspirar ações ou mesmo serem replicadas para melhorar os processos educativos na educação pública e na eficiência de políticas sociais.

Gostaríamos, por fim, de agradecer ao Governo Federal, em particular ao MEC, ao Ministério do Planejamento, ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e, claro, à equipe da SECADI, que permitiram esta experiência tão frutífera que foi a Iniciativa EPDS; e esperamos com esta coleção entregar uma resposta – longe de ser única – mas que colete informações, reflexões e análises interessantes a todos os interessados no campo temático, às políticas públicas, ao meio acadêmico-universitário e à população em geral.

Irapuan Peixoto Lima Filho
Organizador da Coleção
Fortaleza, dezembro de 2018.



APRESENTAÇÃO

A Coleção Educação, Pobreza e Desigualdade Social traz, em seu Volume 2, a reunião de textos dos cursistas do curso de especialização em Educação, Pobreza e Desigualdade Social (EPDS) ministrado pela Universidade Federal do Ceará (UFC).

Tal qual o Volume 1, este traz uma parte dos Trabalhos de Conclusão de Curso (TCCs) dos estudantes, neste caso, a seção final, o *Projeto de Intervenção*.

Segundo diretrizes nacionais e a partir de experiências prévias da Iniciativa, na UFC, o TCC foi dividido em três partes: *Memorial*, *Discussão Conceitual* e *Projeto de Intervenção*. Enquanto o *Memorial* fazia os cursistas se posicionarem dentro da contextualização brasileira das últimas décadas; a *Discussão Conceitual* levava à articulação de tais temas de acordo com o que fora desenvolvido no conteúdo do curso de especialização; e por fim, o *Projeto de Intervenção* ajudava a ultrapassar a fronteira entre teoria e prática, por meio da objetivação das discussões em ações que pudessem ser implantadas na escola, na comunidade, em organizações não-governamentais ou em outras políticas públicas.

Dos 283 TCCs defendidos, selecionamos 15 que representam de modo interessante o esforço dos cursistas em operacionalizar o que aprenderam no curso e colocar em prática por meio de uma devolutiva à sociedade. Cada projeto tem um foco de atuação, a partir dos temas priorizados pelos estudantes, e, portanto, usam

metodologias distintas para contribuir no desenvolvimento de uma ação a partir do que foi discutido no EPDS.

Os textos são assinados pelos cursistas e por seus orientadores e trazem uma gama rica de experiências que podem servir de guia ao leitor, a operadores de políticas públicas e do terceiro setor, e serem postas em prática em outros contextos ou inspirar novas ações. Com isso, esperamos contribuir para o desenvolvimento de novas metodologias didáticas e estratégias para abordar temas de relevância social, como direitos humanos, com jovens de um modo em geral.

Irapuan Peixoto Lima Filho
Maria Lourdes dos Santos
Fortaleza, dezembro de 2018.

DIREITOS HUMANOS, DEMOCRACIA E CONSTRUÇÃO DE UM CURRÍCULO VINCULADO AO COTIDIANO DOS ALUNOS DA ESCOLA PÚBLICA

Edlane Mendes da Frota¹
Maria Andréa Luz da Silva²

CONTEXTUALIZAÇÃO

As mazelas da pobreza, como a falta de alimentação e de habitação, levam a situações que violam a cidadania e ferem os Direitos Humanos. Segundo a Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, e a Constituição Cidadã, de 1988, alimentação e habitação são direitos básicos dos seres humanos que tais documentos asseguram.

Portanto, fazem-se necessárias discussões mais abrangentes sobre pobreza, Direitos Humanos e educação a fim de compreender a construção histórica da pobreza, suas implicações com a desigualdade e possíveis modificações de situações precárias.

Nesse sentido, abordar a temática dos Direitos Humanos nas escolas se faz necessário para que os educandos participem ativamente dos processos democráticos e, ao exercitarem seus direitos e deveres, contribuam para uma sociedade mais justa e igualitária.

Entender como foram elaborados documentos como a Declaração de Direitos do Homem e do Cidadão e a Declaração Universal

1 Especialista em Educação Pobreza e Desigualdade Social (UFC).

2 Orientadora do EPDS-UFC e Mestre em Políticas Públicas e Sociedade (UECE).

dos Direitos Humanos, exemplificar as violações desses direitos em distintas fases históricas e expor os trabalhos produzidos pelos estudantes por meio de uma atividade reflexiva são maneiras de fazer deslanchar o aprendizado obtido por meio do Curso de Especialização em Educação, Pobreza e Desigualdade. Essa motivação se deu pela percepção de que o curso possibilitou uma complexa articulação de teorias e o diálogo com autores como Hanna Arendt (1989), Norberto Bobbio (1998), Miguel Arroyo (2017), entre outros. Esses pensadores, por sua vez, esclareceram conceitos que ajudam a repensar o cotidiano escolar.

Outra motivação foi o desejo de desenvolver em jovens habilidades e competências necessárias para a construção de um mundo mais justo e igualitário. Dessa maneira, podemos unir o pensamento dos autores supracitados às práticas escolares, almejando que as reflexões e os conhecimentos adquiridos pelos estudantes ultrapassem os muros da do Curso de Especialização em Educação, Pobreza e Desigualdade Social (EPDS). escola e cheguem aos espaços em que se inserem, como seus grupos familiares e suas comunidades.

Por fim, é importante destacar que as atividades a serem realizadas abordarão questões históricas, mas também mostrarão os impactos causados nas demais áreas do conhecimento e nas questões sociais, políticas, econômicas, religiosas, entre outras.

JUSTIFICATIVA

Por meio do Curso de Especialização em Educação, Pobreza e Desigualdade Social, em especial no módulo destinado a questões referentes à pobreza, Direitos Humanos, justiça e educação, enriqueci meus conhecimentos acerca desses temas. Como educadora do Ensino Médio, acredito que este projeto de intervenção se justifica pela proposta de unir o conhecimento à construção de uma estrutura social mais digna e humana.

As etapas do projeto de intervenção, descritas no subitem 4 (quatro) deste capítulo, serão realizadas com as turmas de 2º ano da Escola Estadual de Educação Profissional Professor Sebastião Vasconcelos Sobrinho, onde trabalho atualmente. Ela se localiza no bairro Aeroporto, na cidade de Tianguá, Ceará.

A opção pelas turmas de 2º ano ocorreu pelo fato que, tradicionalmente, o contexto da Revolução Francesa, no período da criação da Declaração de Direitos do Homem e do Cidadão, é estudado neste ano letivo. Somem-se a isso os fatos de a escola supracitada ser de tempo integral e de os educandos das turmas de 3º ano, no segundo semestre, estagiarem em um turno (e não disporem, portanto, de tempo para a produção dos trabalhos). Logo, julguei oportuno que essa atividade seja desenvolvida pelas turmas de 2º ano.

A Escola Estadual de Educação Profissional Professor Sebastião Vasconcelos Sobrinho localiza-se em um bairro considerado periférico. A situação de pobreza é presente no contexto social em que a escola se insere, assim como no contexto familiar de muitos estudantes. Nesse sentido, a escola tem um papel transformador na realidade dos jovens que ali se encontram. Então, a proposta interventiva busca educar e intervir no contexto social dos estudantes.

OBJETIVOS

→ OBJETIVO GERAL

- Elaborar um plano de ensino que relacione os conteúdos curriculares da disciplina História das turmas do 2º ano do Ensino Médio à temática dos Direitos Humanos.

→ OBJETIVOS ESPECIFICOS:

- Analisar os documentos históricos referentes ao desenvolvimento dos Direitos Humanos;
- Analisar as violações dos Direitos Humanos ao longo da História;

- Colher e interpretar relatos dos estudantes acerca de violações de Direitos Humanos;
- Formar cidadãos sensíveis e críticos que procurem intervir na realidade a partir da ótica de Direitos Humanos;

ATIVIDADES

Serão realizadas oficinas que abordam os seguintes temas:

- Direitos Humanos e o contexto em que a Declaração de Direitos do Homem e do Cidadão e a Declaração Universal dos Direitos Humanos foram elaboradas. Para esse tema, serão direcionadas duas oficinas, com duas horas/aula cada, totalizando quatro horas/aula. Primeiramente, irei abordar, com o auxílio do livro didático, o contexto da Revolução Francesa no período em que a Declaração de Direitos do Homem e do Cidadão se desenvolveu. Seguirei com as análises dos artigos da Declaração, verificando a importância histórica do documento para o mundo contemporâneo, e com as abordagens históricas, por meio de TDs (Trabalhos Direcionados) sobre o nazismo, o holocausto e os horrores da Segunda Guerra Mundial, para então analisar a importância da Declaração Universal dos Direitos Humanos.
- Análise das violações dos Direitos Humanos durante a ditadura militar brasileira. Para esse tema, serão utilizadas quatro horas/aula, nas quais, por meio de análises de fotografias (torturas, passeatas e manifestos) e canções (tropicalismo) do período, poderemos identificar a falta de liberdade de expressão e a violação dos direitos democráticos.
- Violações dos Direitos Humanos atualmente. Para esse tema, serão utilizadas quatro horas/aula. Serão ouvidas as músicas “Chega”, de Gabriel, o Pensador, e “Que país é esse?”, de Legião Urbana, seguidas de debates em que os estudantes poderão apresentar seu ponto de vista sobre a reflexão gerada pelas canções e suas relações com as violações dos Direitos Humanos.

- Análises de dois vídeos da série “Direitos Humanos”. Dando continuidade às análises de violações de Direitos Humanos, essa série, que possui 15 (quinze) episódios e está disponível neste endereço: <<https://www.youtube.com/watch?v=400aZ4rHOJU&list=PLQ6ZmSBKqdz9dqwqZnX8KmGHnzoaBN5Uc>>, será exibida. Esse tema será dividido em duas fases. Na primeira, será exibido um dos vídeos supracitados, seguindo com análise e debates sobre ele. Na segunda, após exibição do outro vídeo, essa mesma metodologia será realizada. Quatro horas/aula serão destinadas para essa atividade.

Depois das análises históricas acima descritas, é o momento da produção dos estudantes. Eles irão criar curtas-metragens, cartazes, peças teatrais e paródias, com o intuito de unir o conhecimento adquirido às suas potencialidades nos campos teatral, musical e audiovisual. Serão disponibilizadas oito horas/aula para essas produções.

Para finalizar o projeto de intervenção, será realizada uma mostra das produções dos educandos. Espera-se adesão da comunidade escolar e das demais turmas da escola (1º e 3º anos), que irão participar de um momento interativo na divulgação das atividades produzidas, gerando um debate. Essa mostra ocorrerá em dois dias durante o mês de novembro. Já que a escola possui quatro turmas de 2º ano, duas turmas apresentarão seus trabalhos durante um dia letivo, e as duas outras turmas em outro dia, a ser definido pelo calendário escolar.

O último passo dessa atividade interventiva será a discussão final sobre o tema e a análise de conscientização dos estudantes, assim como os impactos dos trabalhos desenvolvidos na vida dos estudantes.

METODOLOGIA

Os temas históricos a serem trabalhados relacionam-se à igualdade, justiça, diversidade, liberdade e fraternidade. Nesse sentido,

[...] os conhecimentos historicamente construídos sobre os direitos humanos são a base fundamental na qual se assenta o processo de educar em direitos humanos. Da mesma maneira, o alicerce desse processo consiste em um conjunto de valores, atitudes e práticas sociais que expressam uma cultura de paz. (MEDONÇA, 2015, p. 32)

Depois da abordagem histórica (por meio de sensibilização com o auxílio de textos, músicas, imagens, vídeos), o plano de ensino segue com uma proposta de análise das violações dos direitos humanos atualmente, buscando uma reflexão de luta por espaços e práticas cidadãs. Serão necessários os seguintes materiais: livro didático, caixa de som, data show, extensão, quadro branco e pincel. No momento da produção dos estudantes, serão necessários alguns outros materiais, listados de acordo com a necessidade dos grupos.

As abordagens serão realizadas de maneira participativa, buscando compartilhar e construir conhecimentos com os estudantes e com outros setores pedagógicos da escola. No momento de análise das violações dos direitos humanos, seria oportuno a presença de professores de Sociologia e Filosofia, dependendo da disponibilidade e do calendário escolar.

As duas últimas etapas serão as produções dos estudantes e um momento de conscientização.

RESULTADOS ESPERADOS

A intervenção realizada partirá das produções dos estudantes. Em grupo, os alunos irão produzir materiais didáticos (curtas-metragens, cartazes, produções teatrais, paródias) para serem apresentados em uma mostra, em que se espera a presença da comunidade escolar.

A culminância da proposta é um balanço final sobre o que foi desenvolvido e a crença de que a conscientização ali desenvolvida

possa chegar a outros ambientes e comunidades, já que, segundo a Declaração e Programa de Ação de Viena, de 1993,

[...] [a] educação deverá promover a compreensão, a tolerância, a paz e as relações amigáveis entre as nações e todos os grupos raciais ou religiosos, e encorajar o desenvolvimento de atividades das Nações Unidas na prossecução desses objetivos. (MENDONÇA, 2015, p. 30)

AVALIAÇÃO

Pesquisas e produções de palestras, percepções, construção-reconstrução conceitual, produção textual e posicionamentos dos estudantes serão utilizados para a avaliação deles. Sabemos, no entanto, que as implicações dos conteúdos abordados na consciência histórica dos estudantes, assim como suas ações dentro de suas realidades sociais, são imensuráveis.

CRONOGRAMA

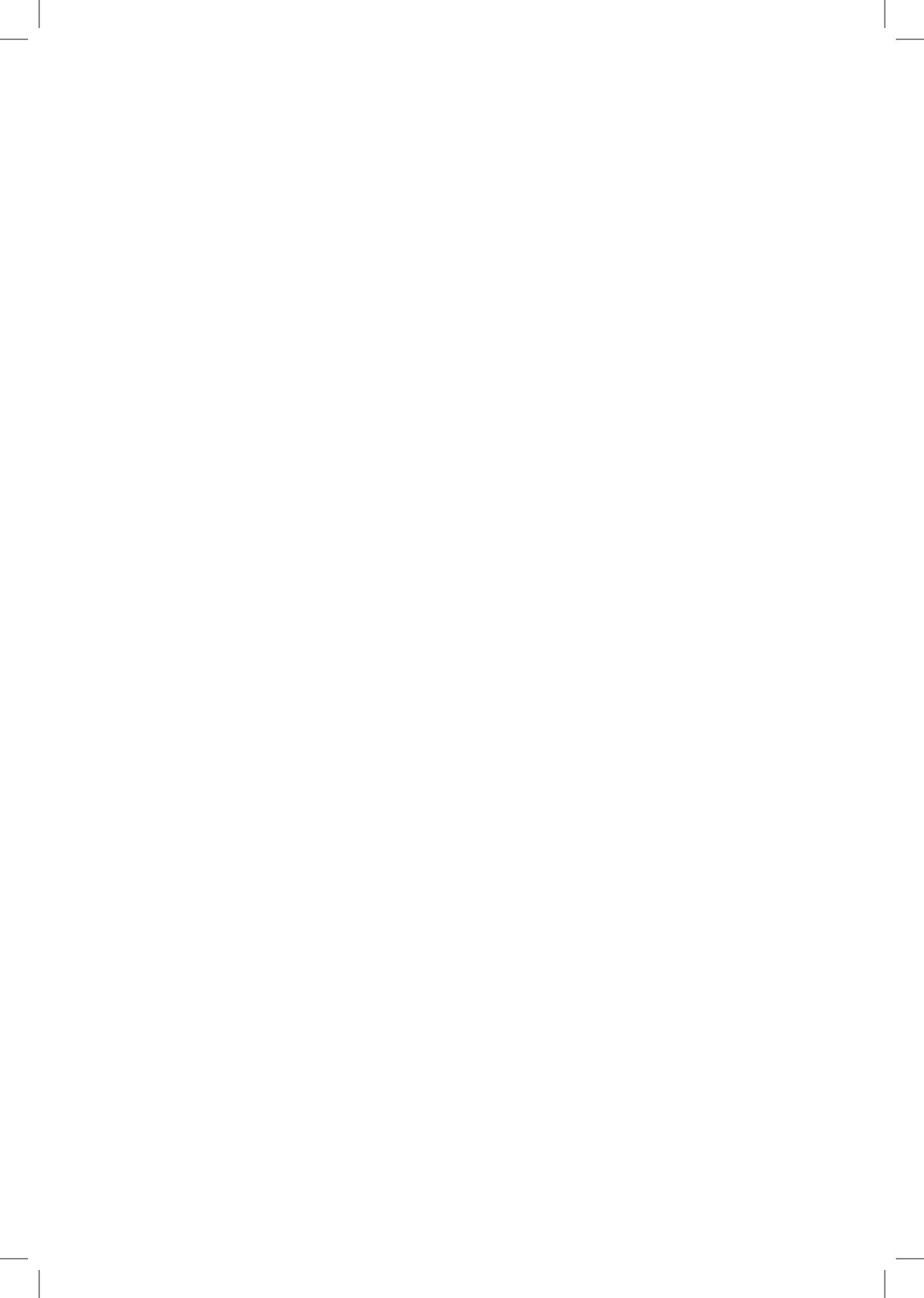
Etapas	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Levantamento bibliográfico	X					
Apresentação do projeto	X					
Oficina 1 - Abordagens históricas sobre a construção da Declaração de Direitos do Homem e do Cidadão e a declaração Universal dos Direitos Humanos.		x				
Oficina 2 - Violações dos Direitos Humanos na Ditadura Militar brasileira.		x				
Oficina 3 - Análises de alguns vídeos da série “Direitos Humanos”			X			

Oficina 4 - Violações dos Direitos Humanos atualmente			X			
Produção dos estudantes (curtas metragens, cartazes, teatros)				x		
Exposição dos trabalhos					x	
Análise final						x

REFERÊNCIAS

- ARENDDT, Hannah. *As origens do totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- _____. *Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- ARROYO, Miguel Gonzalez. Pobreza, desigualdades e educação. In: BRASIL. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. *Ministério da Educação*. Brasília, DF, 2015a. Disponível em: <<http://egpbf.mec.gov.br/#mod>>. Acesso em: 1 jun. 2017.
- _____. Pobreza e currículo: uma complexa articulação. In: BRASIL. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. *Ministério da Educação*. Brasília, DF, 2015b. Disponível em: <<http://egpbf.mec.gov.br/#mod>>. Acesso em: 01 jun. 2017.
- BOBBIO, Norberto; MATEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política*. Trad. Carmen C. Varrialle, Gaetano Loiai Mônaco, João Ferreira, Luis Guerreiro Pinto Cacais, Renzo Dini. Brasília: UnB, 2004. 2 v.
- _____. *A era dos direitos*. Rio de Janeiro: Campus, 1998
- BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. *A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1990.
- _____. A escola conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura. In: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio (Org.). *Escritos de educação*. Petrópolis (RJ): Vozes, 1998.
- DECLARAÇÃO DE DIREITOS DO BOM POVO DE VIRGÍNIA, 1776. Universidade de São Paulo: Biblioteca Virtual de Direitos Humanos. Disponível em: <<http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Documentos-antiores-%C3%A0-cria%C3%A7%C3%A3o-da-Sociedade-das-Na%C3%A7%C3%B5es-at%C3%A9-1919/declaracao-de-direitos-do-bom-povo-de-virginia-1776.html>>. Acesso em: 20 set. 2017.
- DECLARAÇÃO DOS DIREITOS DO HOMEM E DO CIDADÃO, 1789. Universidade de São Paulo: Biblioteca Virtual de Direitos Humanos. Disponível em: <<http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Documentos-antiores-%C3%A0-cria%C3%A7%C3%A3o-da-Sociedade>>.

- das-Na%C3%A7%C3%B5es-at%C3%A9-1919/declaracao-de-direitos-do-homem-e-do-cidadao-1789.html>. Acesso em: 20 set 2017.
- DECLARAÇÃO E PROGRAMA DE AÇÃO DE VIENA. In: Conferência Mundial sobre Direitos Humanos. 1993. Portal de Direito Internacional. Disponível em: <<http://www.oas.org/dil/port/1993%20Declara%C3%A7%C3%A3o%20e%20Programa%20de%20Ac%C3%A7%C3%A3o%20adoptado%20pela%20Confer%C3%Aancia%20Mundial%20de%20Viena%20sobre%20Direitos%20Humanos%20em%20junho%20de%201993.pdf>>. Acesso em: 15 set 2017.
- DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS. Rio de Janeiro: UNIC, 2009 [1948]. Disponível em: <<http://www.dudh.org.br/wp-content/uploads/2014/12/dudh.pdf>> Acesso em: 5 jun. 2017.
- FLORENZANO, Modesto. *As revoluções burguesas*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Trad. Bernardo Leitão *et al.* Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1990. (Coleção Repertórios)
- LEÃO REGO, Walquíria; PINZANI, Alessandro. Pobreza e cidadania. In: BRASIL. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. *Ministério da Educação*. Brasília, DF, 2015. Disponível em: <<http://egpbf.mec.gov.br/#mod>>. Acesso em: 01 jun. 2017.
- _____. *Lua Nova* [online]. 2008, n.73, pp.147-185. ISSN 1807-0175. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-64452008000100007>. Acesso em: 20 de jun. de 2017.
- LEITE, Lúcia Helena Alvarez. *Escola: espaços e tempos de reprodução e resistências da pobreza*. In: BRASIL. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Ministério da Educação. Brasília, DF, 2015. Disponível em: <<http://egpbf.mec.gov.br/#mod>>. Acesso em: 01 jun. 2017.
- LIBANEO, José Carlos. O dualismo perverso da escola pública brasileira: escola do conhecimento para os ricos, escola do acolhimento social para os pobres. *Educ. Pesqui.* [online], 2012, v. 38. 2011. ISSN 1517-9702. <http://dx.doi.org/10.1590/S1517-97022011005000001>. Acesso em: 25 jul. 2017.
- MENDONÇA, Erasto Fortes. Pobreza, Direitos Humanos, Justiça e Educação. In: BRASIL. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. *Ministério da Educação*. Brasília, DF, 2015. Disponível em: <http://egpbf.mec.gov.br/#mod>>. Acesso em: 1 jun. 2017.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. Direitos Humanos: o desafio da interculturalidade. *Revista Direitos Humanos*, Brasília, v. 2, p. 10-18, jun. 2009. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/dados/revistas/a_pdf/revista_sedh_dh_02.pdf>. Acesso em: 5 jun. 2017.



UM DIÁLOGO POSSÍVEL ENTRE A POBREZA NO CURRÍCULO E O CURRÍCULO PARA POBRES

Christiane Cruz Pereira¹
Naíola Paiva de Miranda²

O projeto de intervenção ora proposto provoca a estrutura escolar a ultrapassar o discurso educacional vigente a partir do referencial teórico que fundamenta a pertinência da escola e especificamente, do currículo, como contribuição da educação para mudanças de realidades dos pobres, de modo a exercerem na escola e após ela, a condição de sujeitos protagonistas e politizados.

Se considerarmos que as formulações dos estudos na Especialização em Educação, Pobreza e Desigualdade Social nos desafia a nos assumir como ator político, independentemente do espaço político de atuação profissional que ocupe, este projeto de intervenção assume o posicionamento de intervir, politicamente, na realidade da pobreza, como gestora da escola em questão.

RESUMO

Na perspectiva do debate acadêmico de Arroyo (2010) em defesa da materialidade da pobreza no currículo, o projeto de intervenção materializa a articulação entre pobreza e currículo. Estruturalmente, a inserção da pobreza como objeto de estudo pela comunidade es-

1 Especialista em Educação Pobreza e Desigualdade Social (UFC).
2 Orientador do EPDS-UFC e Doutora em Educação (UFC).

colar se dá sob dois eixos de apreensão de elementos estruturantes do projeto. O eixo 1 é denominado de “O que pensam os estudantes pobres sobre a escola” e o eixo 2 aborda “o que pensa a escola sobre o que os estudantes pobres pensam dela”.

Anteriormente ao desenvolvimento dos dois eixos, ocorrerão atividades prévias visando à sensibilização e mobilização dos profissionais da escola como premissas para compreenderem os determinantes de produção e reprodução da pobreza na perspectiva de pensar a escola como espaço e tempo de resistência e, em objetivo finalístico, articular pobreza e currículo, preparando, assim, a equipe profissional para a intervenção proposta.

Assim, o desenvolvimento de cada eixo do projeto de intervenção no currículo abrangerá ações específicas e focadas tanto na equipe profissional da escola quanto nos estudantes, em atividades que se assemelham e se diferenciam, ora cronologicamente, ora em formato. Os dois eixos, por conseguinte, se desdobrarão em dois produtos, a saber: “o mapeamento das percepções dos jovens sobre a escola” e “o mapeamento das percepções dos profissionais da escola sobre o que pensam os jovens”. Nessa etapa de desenvolvimento do projeto será gerado o Relatório I de diagnóstico.

O desenvolvimento dos dois eixos desdobrados em dois produtos darão materialidade à articulação entre pobreza e currículo, sob o alcance de dois resultados esperados, quais sejam: (i) disseminação de projetos de iniciação científica com a temática “as causas da pobreza” inserida como sexto eixo de linha de pesquisa da edição anual da feira de ciência, tecnologia, cultura e trabalho da escola e (ii) mapeamento de conteúdos interdisciplinares de articulação com o tema da pobreza.

A viabilidade das ações propostas no projeto de intervenção e a adesão da equipe de profissionais são facilitadas pelo lugar que a pesquisadora ocupa, como diretora da escola, ou seja, com abertura

a processo de escuta, pela equipe escolar, o que já ocorre desde o primeiro semestre letivo de 2016, quando o projeto de intervenção tomou corpo, durante a Especialização.

Uma vez apresentado o resumo do projeto, descrevemos em que contexto se inserem as juventudes da escola pública de educação básica para quem a proposta se configura.

CONTEXTUALIZAÇÃO

A Escola Estadual Jaime Alencar de Oliveira é uma escola de tempo integral e de oferta de ensino médio integrado à formação técnica. Compõe uma das 116 escolas da Rede Estadual de Educação Profissional e possui estrutura física e tecnológica significativamente estruturada e equipada. Apesar do ambiente favorável à aprendizagem, a escola em questão se insere nessa rede como uma das 23 escolas profissionais prioritárias da Secretaria da Educação, ou seja, com resultados de aprendizagem abaixo da média das escolas profissionais, com índice de 30% de estudantes em recuperação final, anualmente, e, 50% destes estudantes, em progressão parcial, o que nos permite inferir que parcela significativa dos estudantes não aprendem satisfatoriamente.

A escola se situa no Bairro Luciano Cavalcante, que se localiza no entorno de duas grandes favelas. Os estudantes possuem entre 14 a 18 anos, sendo 80% provenientes de escolas públicas desde o ensino fundamental e 20%, de escolas privadas. Dos 517 estudantes, 25% são sujeitos de direito do Programa Bolsa Família, 20% do total de estudantes vêm em transporte escolar ou próprio e os demais, vêm a pé ou de ônibus. Adicionalmente à infraestrutura, a localização geográfica de proximidade com bairros de classe média de Fortaleza tem atraído significativamente, nos últimos dois anos, matrícula de estudantes provenientes de escolas privadas.

Quanto a inferências do efeito da pobreza na interioridade dos jovens pobres da escola, algumas constatações sinalizam relação, tais como, número significativo de jovens sob medicamentos depressivos e ansiolíticos (em algumas turmas, correspondem a 25%), bem como jovens em contextos familiares e pessoais de drogadição. Constatamos, assim, que o contexto socioeconômico que caracteriza os bairros circunvizinhos é marcadamente caracterizado pela criminalidade, pelo tráfico de drogas e, portanto, pela convivência precoce dos estudantes com as complexas relações imbricadas com pobreza, desigualdades sociais e fatores de riscos à garantia de direitos humanos e à cidadania.

Dada a contextualização acima, cogitamos relação entre a problemática de currículo-refletida neste estudo sob à luz do debate teórico da Especialização em Educação, Pobreza e Desigualdade Social - e a configuração dos sujeitos da escola em questão.

JUSTIFICATIVA

A partir das inferências de que o dinamismo socioeconômico e cultural dos jovens em seus ambientes de convivência social extra-escolar os expõe a contato cotidiano com uma visão moralizadora e corretiva de pobreza, atribuindo-lhes responsabilização por sucessos e fracassos e considerando a convivência entre jovens estudantes de condição socioeconômica privilegiada e jovens violados em interioridade e materialidade econômica, se faz importante inserir a pobreza como tema de estudo pela comunidade escolar.

Na análise documental dos projetos desenvolvidos pela escola entre 2013 a agosto de 2017, constatamos experiências e vivências escolares e curriculares de ênfase em tecnologias, inovação, questão de gênero e de consciência negra, sendo que os últimos dois, de edição anual, não apresentam enfoque aprofundado nas determinações econômicas, históricas, políticas e sociais.

Dada a configuração escolar apresentada, algumas indagações se fazem pertinentes com vistas a constatar a relevância de uma ação intencional e sistematizada de inserção da pobreza como tema de estudo pela comunidade escolar, tais como: o que pensam os estudantes pobres da escola sobre si mesmos e sobre os colegas não pobres? O que pensam os estudantes pobres da escola, das vivências, experiências e saberes vividos em três anos de ensino médio de tempo integral? O que pensam os estudantes não pobres sobre os estudantes pobres com quem convivem diariamente, por 10h? O que pensam os professores sobre os estudantes da escola? Que reflexões pedagógicas se inserem no fazer docente? Concebem possibilidades de um movimento escolar que reconheça formas de contribuir com as realidades perversas e desiguais dos estudantes da escola?

Os questionamentos acima orientaram a concepção temática e a estrutura programática do projeto de intervenção a ser apresentado, que se desdobrará em detalhamento temporal e metodológico na sequência do texto. Desta forma, justifica-se a defesa da possibilidade de articular pobreza e currículo, o que prescinde de existir lugar no currículo para o tema da pobreza.

→ OBJETIVO GERAL

- Propor um projeto de intervenção acadêmica que articule pobreza e currículo, materializado em ações pedagógicas intencionais.

→ OBJETIVOS ESPECÍFICOS

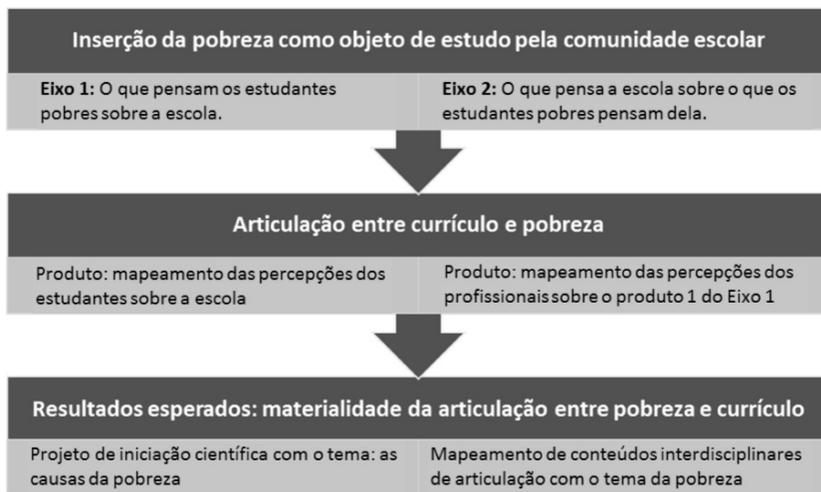
- Inserir a pobreza como tema de estudo pela comunidade escolar;
- Conhecer o pensamento e mapear as percepções dos estudantes de baixa renda da escola sobre a escola;
- Mapear as vivências, culturas, saberes e experiências dos contextos sociais dos estudantes de baixa renda;
- Conhecer o pensamento e mapear as percepções dos profissionais da escola sobre os estudantes de baixa renda;

- Desenvolver pesquisa de iniciação científica sobre a pobreza em seus determinantes econômicos, históricos, sociais e políticos;
- Mapear os conteúdos interdisciplinares de articulação com o tema da pobreza.

A razão de ser do desmembramento dos objetivos descritos em eixos e respectivos produtos apresentados no resumo é o de preparar a escola em questão para o desenvolvimento de um currículo efetivamente democrático, considerando os saberes, identidades e experiências dos sujeitos pobres a quem a escola se destina, de modo a se constituir, na escola em questão, uma pedagogia emancipatória dos sujeitos.

ATIVIDADES

Para efeito didático de materializar em atividades um currículo que contextualiza as vivências socioculturais dos sujeitos aprendentes com o conhecimento historicamente construído e constituído, no currículo, apresentamos o desenvolvimento das atividades, no infográfico a seguir.



O desenvolvimento de cada eixo do projeto de intervenção no currículo abrangerá ações específicas e focadas tanto na equipe profissional da escola quanto nos estudantes.

As ações específicas dos eixos são antecedidas pelas atividades prévias visando à sensibilização e mobilização dos profissionais da escola como premissas para compreenderem os determinantes de produção e reprodução da pobreza na perspectiva de pensarem a escola como espaço e tempo de resistência e, em objetivo finalístico, articularem pobreza e currículo, preparando, assim, a equipe profissional para a intervenção proposta.

Quadro 1 – Atividades Prévias

Atividades prévias
Inserção da pobreza como objeto de estudo pela comunidade escolar
Objetivos: conhecer o pensamento e mapear as percepções dos jovens de baixa renda da escola sobre a escola; mapear as vivências, culturas, saberes e experiências dos contextos sociais dos jovens de baixa renda;
Atividades com os profissionais da escola:
Semana 1
Atividade de sensibilização e problematização: projeção do filme Nunca me sonharam. Realização de estudo da publicação “O que pensam os jovens de baixa renda da escola” do INEP e da Fundação Victor Civita.
Semana 2
Análise comparativa do resumo da Reunião diagnóstica de perfil dos estudantes da escola, realizada em agosto/2017 com a relação nominal dos 25% dos estudantes de direito do Programa Bolsa Família.
Semanas 3, 4 e 5
Seminário Educação, Pobreza e Desigualdade Social, a ser ministrado em um turno, semanalmente, pela pesquisadora, fundamentada na síntese do referencial teórico da Especialização em Educação, Pobreza e Desigualdade Social.
Detalhamento das atividades: As atividades ocorrerão na biblioteca, em um turno do planejamento de área de ensino, nas manhãs das terças, quartas e quintas-feiras

Fonte – Elaborado pela autora

Uma vez realizadas as atividades das 2 semanas, unicamente com professores, cogitamos que estes estarão sensibilizados e preparados para o início das atividades a serem realizadas com os estudantes, uma vez que as mesmas revelarão conteúdo manifesto e latente dos estudantes durante o desenvolvimento do Eixo 1, que se segue.

Quadro 2 – Eixo 1

Eixo 1: O que pensam os estudantes pobres sobre a escola
Objetivos: conhecer o pensamento e mapear as percepções dos estudantes pobres da escola sobre a escola; mapear suas vivências, culturas, saberes e experiências dos contextos sociais onde se inserem.
Atividades com os jovens:
Semana 3
Atividade de sensibilização e problematização por meio da projeção do filme Nunca me sonharam.
Semanas 4 e 5
Realização de 2 rodas de conversa com os estudantes, inspiradas e mediadas pelo conteúdo da pesquisa intitulada “O que pensam os jovens de baixa renda da escola” de publicação do INEP e da Fundação Victor Civita.
Espaço e tempo pedagógicos: 3 aulas geminadas (100min) desenvolvida na Disciplina Formação para a Cidadania, no auditório da escola.
Detalhamento das atividades: A sensibilização e problematização da atividade ocorrerão em duas aulas geminadas de Formação para a Cidadania, por série, no auditório da escola, com uma roda de conversa após o filme; As 2 rodas de conversa das semanas seguintes serão estruturadas a partir dos objetivos descritos e inspirados pela publicação citada. Cada professor da Disciplina Formação para a Cidadania compilará o conteúdo manifesto e o conteúdo latente das rodas de conversa, no que denominamos de Produto 1 e Produto 2.
Produto: mapeamento das percepções dos estudantes sobre a escola
Detalhamento do produto: O Produto será obtido imediatamente à realização das atividades das semanas 3,4 e 5.

Fonte - Elaborado pela autora

Conforme detalhado no quadro 2, as atividades junto aos estudantes, referentes ao Eixo I, ocorrerão concomitantemente às atividades prévias do Seminário Educação, Pobreza e Desigualdade Social, anteriormente descritas, com a finalidade de criar ambiência de debate e discussão sobre o projeto, por todos os envolvidos.

A segunda abordagem do plano de intervenção proposto é denominada Eixo 2, estruturado a partir da temática “O que pensa a escola sobre o que os estudantes de baixa renda pensam dela. E se articula ao produto do Eixo 1 por meio do mapeamento das percepções dos estudantes sobre a escola em estudo na perspectiva de a equipe de profissionais perceber a escola sob o olhar dos estudantes.

A partir do conhecimento dos sentidos, percepções e posicionamentos dos estudantes sobre a escola, propomos como produto do Eixo 2, o mapeamento das percepções dos profissionais sobre o produto 1 do Eixo 1 (mapeamento das percepções dos estudantes sobre a escola). A partir dessa intencionalidade de aproximação dos sujeitos educadores-educandos se organiza o Eixo 2, conceitual e programaticamente.

Quadro 3 – Eixo 2

Eixo 2: O que pensa a escola sobre o que os estudantes pobres pensam dela
Objetivos: Conhecer o pensamento e mapear as percepções dos profissionais da escola sobre os estudantes pobres; propor a inclusão do tema “as causas da pobreza” como objeto de iniciação científica dos estudantes; refletir sobre a articulação entre pobreza e currículo como ação intencional e pedagógica de resistência da escola à pobreza.
Atividades com os profissionais da escola
Semana 6

Realização de workshop tendo como objeto o produto do Eixo I apresentação das percepções dos estudantes sobre a escola; mapeamento das percepções e opiniões dos profissionais da escola sobre o que os estudantes pensam da escola projeção da palestra <i>In Memoriam</i> da entrevista de Paulo Freire (1987) síntese dos conteúdos dos itens acima e proposição da pesquisadora de mapear os con- teúdos intercurriculares que se articulam com a pobreza e de inserir o tema da pobreza na IV Feira de Ciência, Tecnologia, Cultura e Trabalho da escola, na edição 2019.
Espaço e tempo pedagógicos: 01 manhã de sábado letivo da escola, a ser combinado com a equipe escolar e em consonância com o calendário letivo.
Produto: mapeamento das percepções dos profissionais sobre o produto 1 do Eixo (mapeamento das percepções dos estudantes sobre a escola).
Detalhamento do produto: será obtido imediatamente à realização da atividade, por meio de relatório descritivo-analítico.

Fonte : Elaborado pela autora

Uma vez apresentados os eixos e seus desdobramentos, conforme descritos acima, cogitamos que estes possibilitarão a ambi-
ência escolar necessária para o que se pretende efetivar, ou seja, os
resultados esperados.

RESULTADOS

Como resultados esperados, pretendemos a materialidade da
articulação entre pobreza e currículo, estruturada sob duas ações
finalísticas do projeto de intervenção. E partir da síntese e da propo-
sição de incluir o tema da pobreza no desenvolvimento das pesquisas
científicas que a escola desenvolve já como cultura da instituição,
a primeira ação de materialidade da articulação entre pobreza e
currículo será a proposição de incluir “as causas da pobreza” como
sexta categoria de pesquisa a se somar às 5 categorias existentes
na atual configuração da IV Feira de Ciência, Tecnologia, Cultura
e Trabalho da escola, para edição 2019. Atualmente, as categorias
são: (i) Linguagens e códigos; (ii) Ciências da Natureza e Matemá-
tica; (iii) Ciências Humanas; (iv) Ciências Ambientais e (v) Práticas

Tecnológicas.

No tocante à segunda ação de materialidade de articulação entre pobreza e currículo, propomos que a equipe profissional da escola faça o mapeamento dos conteúdos interdisciplinares de articulação com o tema da pobreza.

Diante da estrutura conceitual e programática do plano de intervenção e dos resultados esperados, consideramos que as duas últimas ações supracitadas sejam de autonomia escolar no tocante à definição do cronograma, após o desenvolvimento das atividades (i) prévias, (ii) do primeiro eixo e do (iii) segundo eixo.

AVALIAÇÃO

A pretensão de avaliar um projeto de complexidade e abrangência se sustenta sob o construto de Freire (1987) quando nos desafia a ressignificarmos o olhar sobre nós mesmos, sobre os sentidos que nos constitui, tanto como pessoas quanto como atores públicos e como profissionais da educação.

Assim, o percurso metodológico deste projeto de intervenção permite avaliarmos em que medida as ações propostas sensibilizaram, capacitaram e mobilizaram os profissionais e estudantes de modo a fazer sentido para a escola pesquisada, assumir ações pedagógicas intencionais de resistência à pobreza.

Considerando que as ações propostas obedeceram a um ordenamento lógico de sensibilizar, conhecer, mobilizar e posicionar-se enquanto escola, a avaliação desta proposta será possível mediante relatório descritivo-analítico semanal dos conteúdos expressos e latentes durante as 5 semanas de implementação das atividades e, ao final pela verificação da adesão e engajamento dos profissionais da escola às duas últimas ações propostas, sem a presença da pesquisadora.

A posição profissional da pesquisadora como diretora da escola sinaliza a possibilidade de concretude das duas últimas ações propostas, uma vez que as ações se relacionam à ação intencional de comprometimento político e profissional com a problemática da escola como espaço de reprodução da pobreza.

Ressaltamos que a proposta é que as duas últimas ações da intervenção acadêmica ocorram em assembleia da congregação dos professores sem a presença da pesquisadora. Avaliaremos, portanto, se a escola sairá da posição inicial em que está se empreender um movimento de reconhecer as realidades sociais perversas e desiguais a que são submetidos os estudantes, inserindo o debate nos espaços em que atua, por meio do currículo.

CRONOGRAMA

Atividades	Semanas						
	1	2	3	4	5	6	Livre
Atividades prévias com os profissionais da escola							
Sensibilização e problematização da equipe profissional da escola: projeção do filme Nunca me sonharam.	X						
Sensibilização e problematização: Realização de estudo da publicação “O que pensam os jovens de baixa renda da escola” do INEP e da Fundação Victor Civita	X						
Análise comparativa do resumo da reunião diagnóstica de perfil dos estudantes da escola, realizada em agosto/2017 com a relação nominal dos 25% dos estudantes de direito do Programa Bolsa Família		X					
Seminário Educação, Pobreza e Desigualdade Social, a ser ministrado em um turno, semanalmente, pela pesquisadora, fundamentada na síntese do referencial teórico da Especialização em Educação, Pobreza e Desigualdade Social.			X	X	X		

Atividades com os Jovens						
Sensibilização e problematização dos jovens por meio da projeção do filme Nunca me sonharam.			X			
Realização de 2 rodas de conversa com os estudantes, inspiradas e mediadas pelo conteúdo da pesquisa intitulada “ O que pensam os jovens de baixa renda da escola ” de publicação do INEP e da Fundação Victor Civita				X	X	
Atividades com Profissionais de Escola						
Realização de workshop a partir do o produto do Eixo I (mapeamento das percepções dos estudantes sobre a escola). Mapeamento das percepções e opiniões dos profissionais da escola sobre o que os estudantes pensam da escola; Apresentação das percepções dos estudantes sobre a escola; Projeção da palestra <i>In Memoriam</i> da entrevista de Paulo Freire (1987) Síntese dos conteúdos dos itens acima e proposição da pesquisadora de mapear os conteúdos intercurriculares que se articulam com a pobreza e de inserir o tema da pobreza na IV Feira de Ciência, Tecnologia, Cultura e Trabalho da escola, na edição 2019.					X	
Inclusão de uma sexta categoria de pesquisa: As causas da Pobreza , como categoria de iniciação científica da Feira de Ciência e Tecnologia da escola						X
Mapeamento dos conteúdos interdisciplinares de articulação com o tema da pobreza						X

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Face à construção acadêmica reflexiva e propositiva deste estudo, é possível considerarmos que houve mudanças profundas na compreensão do fenômeno da pobreza, da complexidade e dos múltiplos fatores que a produzem e a reproduzem. Essas mudanças

ocorreram tanto na dimensão de sujeito social, de autoria política, de profissional da educação e nessa última dimensão, ampliaram-se capacidades conceituais como gestora escolar, como professora na relação didático-pedagógica e no campo da ação política do ensino, ou seja, ampliou-se significativamente a compreensão sobre o currículo.

Os aprendizados teóricos resultaram, sobretudo, no pensamento e no posicionamento pessoal e político de atores públicos da escola como sujeitos de intervenção na realidade da pobreza, em alinhamento às reflexões teóricas desenvolvidas neste estudo.

Como mudança de natureza didático-pedagógica está a de compreendermos que o desafio parece ser o de colocar a pobreza e as desigualdades sociais com centralidade na pauta pedagógica e no currículo escolar, na direção de desconstrução da cultura escolar vigente para construção de uma estrutura pedagógica que problematize a noção de pobreza, enxergando e incluindo um caminho para imprimir conhecimentos sobre seus determinismos e os mitos que impedem de ver a pobreza como ela é em sua dimensão histórica, sociológica e econômica.

E no campo das relações que a escola estabelece como ambiência de reflexão dos sujeitos sobre si, é necessário levá-los a se reconhecerem pobres e conhecerem os determinantes econômicos, políticos, sociais e culturais da pobreza que a produz e a reproduz. Essa compreensão se insere diretamente no campo da liderança da gestão escolar como articuladora, sensibilizadora e mobilizadora dos pobres e dos não pobres da escola.

Dentre as formulações teóricas, consideramos que cabe à escola oferecer aos sujeitos ferramentas para ajudá-los a entender essa situação de pobreza, o lugar deles e suas experiências de pobreza no mundo, oportunizando-lhes a articulação entre experiência e saber pelo reconhecimento da escola das experiências de pobreza

destes sujeitos. Esse entendimento do papel político e social da escola desconstrói o discurso educacional vigente de que as crianças e jovens não aprendem por desinteresse, por falta de visão de futuro, por vícios e tantos outros porquês de responsabilização dos sujeitos pelo fracasso escolar. Na verdade, desviam de algumas verdades que se relacionam com o fato de a escola naturalizar o fracasso dos sujeitos por não contextualizar as vivências socioculturais dos sujeitos aprendentes com conhecimento historicamente construído e constituído, no currículo; e não reconhecer os sujeitos socialmente vulneráveis como as pessoas a quem ela deve servir, ensinar e criar ambiência favorável para aprendizagem ativa.

Em síntese, o currículo escolar deve contemplar a discussão da pobreza, sendo necessário articular-se nas áreas de conhecimento e no material didático, de forma ampla, não somente para os pobres, mas para todos, de modo que os pobres e não pobres envolvidos com o fazer educativo conheçam e entendam os determinantes históricos, políticos, econômicos e sociais que perpetuam o sofrimento dos pobres e os viola, em interioridade, materialidade e capacidades.

E é nessa direção de alinhamento ao construto teórico que este estudo promove a reflexão, no chão da escola, com possibilidade de intervir no currículo escolar, pois ao refletir curricularmente com os sujeitos como se produz a pobreza, promove-se que a escola como um todo compreenda de forma mais aprofundada o que é a pobreza e os efeitos nos sujeitos. Daí a possibilidade de mudarem as concepções e o currículo se transformar.

O caráter prescritivo deste plano de intervenção que propõe um diálogo possível entre a pobreza no currículo e o currículo para pobres nos desafia a dar materialidade, no currículo, a todo o discurso teórico que desenvolvemos face aos desafios de instrumentalizar os sujeitos com saberes socialmente construídos e importantes para relacionarem suas vivências de pobreza e o desenvolvimento de culpabilidades

fundamentais para posicionamento autônomo, competente e solidário e crítico frente aos desafios da configuração social brasileira.

Em termos de possibilidades de continuidade de aprofundamento da temática da pobreza em estudos acadêmicos futuros, consideramos que a abertura ao tema nos projetos de iniciação científica dos estudantes possibilitará a ampliação do debate tanto por parte da pesquisadora -dado o conteúdo a ser potencialmente gerado - quanto por parte dos estudantes e professores que se interessarem pelo tema. Cogitamos que a abertura do projeto de intervenção a essa possibilidade ressignifica o lugar e o posicionamento da escola acerca da problemática da pobreza.

Adicionalmente, o mapeamento dos conteúdos interdisciplinares articulados com o tema da pobreza possibilita a retomada da pesquisa, pela pesquisadora, em médio prazo, a considerarmos a implementação de um currículo articulador dos saberes historicamente construídos e as vivências, saberes e identidades de pobreza das crianças e jovens da escola pública.

Como considerações finalísticas deste estudo é possível apreendermos que os sujeitos que estão na escola merecem o debate “de que currículo” e “para quem se desenha o currículo” pois ao pensar sobre a forma possível de o currículo escolar estar a serviço ou dialogar com a condição de pobreza, que é a condição dos coletivos empobrecidos que fazem uso da escola, sob o discurso de que a educação salva os sujeitos da pobreza, percebe-se o nível de responsabilidade política que cada profissional da educação assume, enquanto ator envolvido com a educação, quer no campo da gestão educacional quanto da gestão escolar à gestão de sala de aula, propriamente dita.

Acreditamos que o caminho de desconstrução para construir é o de provocar a estrutura escolar a ultrapassar o discurso educacional vigente que assume algumas verdades como a de que, se todos os estudantes tiverem a igualdade de oportunidade de acesso às escolas,

implicará em sucesso escolar, ou seja, que o sucesso depende dos sujeitos e do quanto aproveitarão dos conhecimentos ensinados na escola.

REFERÊNCIAS

- ARROYO, Miguel G. *Fundamentos de Pobreza e Currículo: uma complexa articulação*. Curso de Especialização em Educação, Pobreza e Desigualdade Social. Fortaleza. Instituto UFC Virtual. Universidade Federal do Ceará, 2010.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO). *Plano de Ação: Programa Mundial de Educação em Direitos Humanos*. Brasília: UNESCO, 2012. Disponível em: Acesso: 2 jun. 2017.
- TV PUC São Paulo. *Paulo Freire: In Memoriam*. Disponível em: <<https://youtu.be/KshN1mWJo5o>>. Acesso em: 2 jun 2017.



CONHECENDO A REALIDADE DO MEU BAIRRO

Francisco Eduardo da Silva¹
Luiza Eridan Elmiro Martins de Sousa²

A EEIF Colégio Raimundo Mesquita, no município de Reriutaba-Ce, localiza-se no centro da cidade, bairro que concentra uma alta movimentação comercial e, no sábado, a tradicional feira da cidade. Durante o ano de 2016 havia as seguintes modalidades de ensino: Fundamental I (5º ano) e Fundamental II (6º ao 9º ano), além de uma turma do EJA (Educação de Jovens e Adultos).

No referido ano, foram matriculados 680 alunos, sendo 355 no turno da manhã e 325 no turno da tarde, apresentando um público bem diversificado. Alguns alunos residem próximo da escola e vêm a pé ou de bicicleta, enquanto outros moram em bairros distantes ou na zona rural, utilizando ônibus ou caminhonete para comparecer às aulas.

Ao analisar a clientela da escola, percebemos que esta convive diariamente com o contexto de pobreza e desigualdade social e, durante a realização deste curso de especialização, sentimos a necessidade de conhecer melhor a realidade da escola e de seu público e identificamos, através de análise das fichas dos alunos, que do total de 680 matriculado em 2016, tínhamos 75,14% que vinham de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família (PBF) e, segundo

1 Especialista em Educação Pobreza e Desigualdade Social (UFC).

2 Orientadora do EPDS-UFC e Mestre em Psicologia (UFC).

informações do IBGE do ano de 2010,³ o município de Reriutaba apresentava um IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) de 0,601 (IDECI, 2015, p.152).

O IDH ajuda a orientar políticas públicas, ao demonstrar deficiências em áreas como saúde, educação e desigualdade social. Aspectos não captados pelos números do PIB. [...] o índice é a combinação de três outros indicadores: expectativa de vida, índice de educação e renda per capita. O resultado do cálculo é um número que vai de 0 a 1. Quanto maior, melhor. (CORRÊA, 2017, Jornal o Globo – economia)

De acordo com o pensamento do sociólogo Arroyo (2015, p. 23), os alunos e alunas de uma escola em determinada comunidade podem “saber-se” através do conhecimento sobre a história de seu próprio bairro. Diante deste contexto surgiu o projeto “Conhecendo a realidade do meu bairro”.

JUSTIFICATIVA

Partimos do pressuposto de que um dos pontos fundamentais para transformar a realidade é conhecê-la, ou seja, conhecer o local de moradia dos sujeitos que compõem o universo escolar, a convivência diária, o modo de vida e a realidade na qual estão inseridos nossos educandos. Pois,

Quando há um forte sentimento pelo lugar, quando existe um sentimento afetivo por ele, quando temos no interior da comunidade a presença de um sentimento de pertença, as possibilidades de uma população se unir em torno de um objetivo comum são muitos maiores do que aqueles que naqueles lugares onde estes sentimentos não estejam

3 Conforme pesquisa realizada no site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) o IDH é extraído do censo realizado a cada dez anos.

presentes, ampliando as potencialidades de se alcançar um efetivo e abrangente processo de desenvolvimento (FREITAS, 2008, p. 46)

Portanto, faz-se necessário que “os alunos e alunas compreendam que viver em espaços de pobreza significa reconhecer que o ambiente urbano ou do campo é resultado de processos políticos, econômicos e sociais” (ARROYO, 2015, p. 34). Além disso, quando se conhece o contexto de vida do aluno, é mais fácil sistematizar um modelo educativo mais próximo de sua realidade e, assim, transformá-la.

OBJETIVOS

Possibilitar aos educandos a oportunidade de lançar um olhar crítico sobre seu bairro, refletindo sobre a forma como eles observam, identificam e enfrentam os problemas existentes no lugar onde vivem.

ATIVIDADES

- Conversa com os alunos sobre o conceito de bairro e história do bairro.
- Exibição do documentário: Heliópolis — Bairro Educador⁴.

Resposta de Questionário.

- Visita ao bairro que apresente maior percentual de alunos matriculados na escola.
- Produção de um documento com as principais demandas do bairro escolhido para ser entregue ao gestor municipal.

METODOLOGIA

- Roda de Conversa com os alunos do 8º ano, em sala de aula, dialogando sobre o conceito de bairro e a importância de conhecer a realidade onde estão inseridos.

4 Vídeo - Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=McB3oVTIsrY> >. Acesso em: 12.07.2017

- Solicitar aos educandos que respondam um questionário sobre o bairro onde residem.
- Visita acompanhada do grupo de alunos que residam no bairro com maior percentual de alunos moradores, para conhecer de perto a realidade, através de entrevista com os moradores, registros fotográficos e vídeos.
- Produção do documento para ser entregue ao gestor municipal com registro das demandas identificadas através da visita ao bairro.

RESULTADOS ESPERADOS

A partir deste trabalho esperamos que os alunos percebam o quanto eles são sujeitos e autores de sua própria história, estando inseridos em um contexto permeado por questões sociais e históricas, tornando-os capazes de transformar a realidade que os cerca.

Espera-se tornar os alunos mais conscientes de sua realidade e protagonistas na busca de soluções vindas do poder público, da iniciativa privada, da sociedade organizada em geral, e ao procurar parcerias, agentes da sua transformação. Por fim, espera-se produzir um documento com registro das principais demandas para melhoria do bairro visitado e ser entregue ao gestor municipal e posterior acompanhamento das ações.

AVALIAÇÃO

Os alunos serão avaliados a partir dos seguintes critérios: participação, compromisso e criatividade, podendo ser utilizado como nota para a disciplina de História ou Geografia.

CRONOGRAMA

Atividade	Tempo
Conversa com os alunos e resposta do questionário.	2 aulas de 50 min.
Exibição do documentário: <i>Heliópolis — bairro educador</i> .	1 aula de 50 min.
Debate em sala de aula sobre o documentário: <i>Heliópolis — bairro educador</i> .	1 aula de 50 min.
Visita ao bairro escolhido.	2 aulas de 50 min.
Produção de documento com demandas da população.	4 aulas de 50 min.
Entrega do documento ao gestor municipal	De acordo com agenda do gestor.

RECURSOS

- Caneta.
- Folhas de papel A4.
- Notebook.
- Datashow.
- Ficha com o questionário.
- Caixa de som.
- Câmera fotográfica.
- Ônibus (transporte escolar para deslocamento até o bairro dos educandos).

ANEXO - QUESTIONÁRIO

Identificação.

Aluno: _____

Bairro: _____

Perguntas.

a. Você se sente bem em morar no seu bairro?

b. Que qualidade você destaca do seu bairro?

c. O que você considera como aspectos negativos do seu bairro?

d. Qual nota (de zero a dez) você daria para a qualidade da atenção que o poder público tem dispensado às necessidades do seu bairro?

e. Na sua opinião, de quem é a responsabilidade pelas melhorias do seu bairro?

f. Você estaria disposto a se envolver em ações por melhorias das condições de vida em seu bairro?

Sim Não Talvez

Outra respostas _____

g. Por favor, diga-nos o que você acha que poderia ser feito para melhorar o seu bairro?

h. Você acredita que mobilizações populares podem trazer resultados positivos para o seu bairro? Justifique.

i. Qual nota (de zero a dez) você daria para seu grau de conhecimento das ruas e localidades mais distantes de sua casa?

j. Qual nota (de zero a dez) você daria para seu grau de relacionamento com pessoas que moram em locais que são mais distantes do seu bairro?

REFERÊNCIAS

- ARROYO, Miguel Gonzalez. Módulo IV: Pobreza e currículo: uma complexa articulação. In: BRASIL. *Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão – SECADI*. Ministério da Educação. Brasília, DF, 2015a. Disponível em: Disponível em: http://www.solar.virtual.ufc.br/lessons?bread=menu_lesson&contexts=2. Acesso em: 27 mai. 2016.
- CORREIA, Marcelo. *Jornal o Globo*. Economia. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/entenda-que-e-para-que-serve-idh-21090842>. Acesso em: 21 mar. 2017.

FREITAS, César Gomes de. *Desenvolvimento local e sentimento de pertença na comunidade de Cruzeiro do Sul - Acre*. Universidade Católica Dom Bosco. Centro de Pesquisa, Pós-graduação em Desenvolvimento Local Mestrado Acadêmico. Campo Grande - MS. 2008. Disponível em: <http://site.ucdb.br/public/md-dissertacoes/8058-desenvolvimento-local-e-sentimento-de-pertenca-na-comunidade-de-cruzeiro-do-sul-acre.pdf>. Acesso em: 26 ago. 2017.

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL DAS CIDADES DO CEARÁ (IDECI). *Conhecendo o município - Reriutaba*. Fortaleza, 2015.

ESCOLA E COMUNIDADE: ESPAÇOS DE VIVÊNCIAS INTEGRAIS E DE POTENCIALIDADES

Francisca Maraline da Silva Rocha¹
Maria Lourdes dos Santos²

“É preciso uma aldeia inteira para educar uma criança”.
(Provérbio africano)

A presente proposta de intervenção busca aproximar a escola da comunidade a partir dos estudantes e de suas famílias. Para isso, prevê o planejamento e realização de atividades extracurriculares que potencializem o desenvolvimento social desses agentes por meio de oficinas de arte e formação baseadas nos bens históricos e naturais que compõem a coletividade, as experiências de vida e o patrimônio cultural pertencente ao município.

CONTEXTUALIZAÇÃO

A instituição a ser beneficiada pela presente proposta de intervenção é a Escola de Ensino Fundamental Rodrigo de Argolo Caracas, situada no distrito de Pernambucozinho, zona rural do município de Guaramiranga - CE, na região serrana do Maciço de Baturité. O estabelecimento acolhe crianças de diversas outras localidades mais ou menos próximas, uma vez que existem somente três escolas públicas em todo o território municipal.

1 Especialista em Educação Pobreza e Desigualdade Social (UFC).
2 Orientador do EPDS-UFC e Doutora em Sociologia (UFC).

Sua infraestrutura básica dispõe de sete salas de aula, que funcionam nos turnos da manhã, com o Ensino Fundamental II e, no turno da tarde, com o Ensino Fundamental I, com turmas do 1º ao 9º ano. Além disso, a escola possui: uma sala de professores, uma sala de leitura, cujo ambiente também é adaptado como auditório e sala de vídeo; uma sala de informática, atualmente sem utilização; dois banheiros para alunos; um banheiro para os funcionários; sala de direção e coordenação; cantina; uma sala para Atendimento Educacional Especializado (AEE).

Apesar de o aspecto em geral ser agradável, com salas de aula espaçosas e ventiladas, a escola é antiga e necessita, com considerável urgência, de uma reforma estrutural, pois a maioria dos espaços, inclusive salas de aula, apresentam rachaduras nas paredes. O espaço destinado aos alunos no momento do intervalo é bastante restrito e comprometedor. Em dias chuvosos, é impossível oferecer o recreio, pois a área para brincadeiras fica alagada e os corredores não acomodam todos.

Pelo fato de as outras comunidades serem distantes da escola e existirem apenas dois ônibus escolares, algumas crianças chegam diariamente, atrasadas, perdendo até 40 minutos de aula. Ao final do dia, quando as aulas se encerram, os ônibus saem deixando os alunos primeiro nas comunidades mais próximas e, depois, voltam para pegar e deixar os demais. Isso faz com que alunos cheguem em casa ao anoitecer.

Comum ouvir relatos de alunos sobre as dificuldades enfrentadas para que o transporte escolar chegue a determinados lugares para buscá-los. Muitos deles falam que as estradas são íngremes e perigosas. Alguns relatam as vivências no transporte escolar com medo, enquanto outros falam com naturalidade.

As famílias vivem basicamente da agricultura, de pequenos comércio e outras trabalham como caseiros em casas de veraneio.

Alguns pais, por trabalharem distante, saem de casa pela manhã, levando almoço, e só retornam no final do dia, deixando claro que a convivência entre pais e filhos é comprometida. Na escola, existe um grande índice de crianças que moram com os avós. Alguns pelo fato de os pais serem separados e as mães trabalharem como domésticas em Fortaleza.

Sendo assim, percebe-se que a carência do público da Escola Rodrigo de Argolo vai muito além da financeira, atinge o emocional das crianças e as torna mais sensíveis a alguns debates. Falar sobre família requer muita delicadeza e cuidado, pois algumas crianças sentem-se incomodadas e reagem de diversas maneiras. Já presenciei casos de crianças caírem em prantos de choro e outras com revolta expressiva, pois os problemas familiares magoam demais, a ponto de deixarem feridas que somente aos poucos vão cicatrizando e, às vezes não, vão originando outras, de outras dimensões e que causam mais dores.

Outro fator relevante para uma análise do grupo atendido pela escola é o fato de o município de Guaramiranga, nas últimas décadas, constituir o mais importante destino turístico do Maciço de Baturité. Seu microclima, de paisagem verde e fria o ano inteiro, faz crescer a especulação imobiliária, que vem atingindo um patamar muito alto. Tanto o centro da cidade quanto os sítios nos arredores possuem inúmeras casas de veraneio e, conseqüentemente, muitas pessoas de condições financeiras mais favoráveis que os próprios munícipes.

Enquanto para os pais isso é um fator positivo pelo fato de alguma forma gerar emprego, mesmo que informais e com remunerações abaixo do merecido para serviços domésticos e/ou de jardinagem e agrícolas, para alguns alunos, principalmente os adolescentes, é motivo de comparações e questionamentos sobre o abismo entre suas condições de vida e a dos patrões de seus pais.

Já escutei discursos em sala de aula de crianças que dizem não gostar do final de semana, pelo fato de ficarem em casa sozinhas, pois os pais precisam servir seus padrões nesses dias. A escola, ciente dessa condição, já tem estabelecido que quaisquer eventos que conte com a participação dos pais deve acontecer antes da sexta-feira, pois, caso contrário, a participação é mínima, o que provoca nas crianças e adolescentes um descontentamento pela ausência dos pais.

O quadro docente é formado por cinco professores, quatro deles estão lotados em outros espaços da escola. Duas professoras ficam na sala de leitura, uma pela manhã, outra à tarde, uma na sala de AEE (Atendimento Educacional Especializado) e outro professor fica dando suporte ao Núcleo Gestor quando necessário. Do grupo, somente nove são funcionários temporários, e os demais são funcionários efetivos. Por esse motivo, todo ano o grupo de funcionários sofre mudanças, pois aqueles que não são efetivos precisam submeter-se a uma prova de seleção, e, de acordo com as colocações, é que as lotações vão sendo feitas.

A escola tem em sua matrícula 295 alunos, e, segundo a secretária escolar, 90% desses alunos são beneficiários do Programa Bolsa Família. Na sala de aula onde estou lotada (turma 3º ano), de 18 alunos, apenas duas famílias não recebem o benefício. Observando os alunos que são beneficiários do PBF e os que não são, percebo uma grande diferença. A maioria dos alunos tem a pobreza estampada nos rostos, nas roupas e nos relatos de fome. Essa condição é evidenciada em conversas particulares sobre assuntos relacionados à família e em relatos falados no dia a dia. Os dois alunos que não são beneficiados pelo PBF, aparentemente, não passam dificuldades financeiras, suas atividades escolares são acompanhadas pelos pais, enquanto 50% dos beneficiários não recebem nenhuma ajuda dos pais nas tarefas escolares. Muitos nunca trouxeram feitas as tarefas de casa, e alguns as trazem incompletas por não conseguirem fazer sozinhos e por não terem ajuda.

Conversando com algumas colegas professoras, percebi que esse é um problema da maioria das salas. Muitas delas relatam a mesma falta de acompanhamento por parte da família e uma extrema preocupação com a frequência dos filhos, mas nenhuma com o rendimento dos mesmos em sala de aula. É visível que, na maioria dos casos de alunos indisciplinados, os pais não oferecem suporte algum aos filhos na escola. O trabalho desses pais pode ser considerado como justificativa, mas não pode ser aceito como algo que os afaste da escola e do desenvolvimento dos filhos.

Eventos acontecidos no centro urbano de Guaramiranga só são conhecidos por alguns habitantes da zona rural por propagandas ou divulgações nas escolas, mas a participação ainda é algo distante, tanto pelas condições logísticas (transporte, horários de funcionamento) como pela falta de envolvimento do público local com tais eventos. O Festival Nordeste de Teatro e o Festival de Jazz e Blues são exemplos de eventos do calendário cultural fixo da cidade, porém continuam desconhecidos para uma maioria dos habitantes da pequena cidade, que possui 4.164 habitantes, de acordo com o censo do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), de 2010.

Pode-se detectar, nesse caso, que não existe sensibilidade que proporcione a todas as pessoas o acesso à arte, à cultura e aos movimentos culturais locais. Planejar um evento do porte destes festivais requer cuidados tão específicos quanto planejar uma aula sobre algum assunto polêmico, pois corre-se o risco de excluir sujeitos em construção, e essa exclusão poderá trazer fatores negativos não só para a escola e família, mas para todo o município, porque este passa a ser visto como palco para eventos distantes de sua realidade e, conseqüentemente, a autoanulação naturalmente passa ser percebida. Afinal, não viabilizar também é excluir.

Os fatos relatados demonstram carências múltiplas tanto da instituição escolar quanto do público por ela atendido. Mesmo algumas

famílias tendo alguma fonte de renda, percebe-se nelas e no espaço escolar, a ausência do essencial, ou seja, o autorreconhecimento do sujeito, de seu papel e participação na comunidade.

JUSTIFICATIVA

Presenciar crianças com oito anos de idade passarem mal por estarem com fome é uma perversidade para qualquer ser humano. Lembro-me bem do primeiro caso que presenciei. Foi um choque e um conflito de sentimentos e sensações. Comprovar que crianças próximas a mim sentem a dor de fome, doeu e dói em mim como mãe, educadora e ser humano. É impossível presenciar fato como esse e não me sentir impotente diante de um problema tão delicado, absurdo, difícil.

O contexto social onde a escola em que trabalho está inserida e a condição social de meus alunos fizeram-me refletir sobre o papel do educador na sociedade, na escola e na vida dos alunos. Fizeram-me repensar o meu papel. Trabalhar em um espaço rodeado pela carência e perceber que esta será sempre um obstáculo para o progresso pessoal e comunitário (antes de tudo) me leva a interrogar quais são os interesses do poder público diante da situação da comunidade que é de sua responsabilidade. Percebe-se claramente que, como Guaramiranga é uma cidade turística, essa realidade de carência da zona rural é totalmente desconhecida para os estranhos e esquecida pelo poder público que, de alguma forma, não procura criar estratégias eficazes de superação desse problema social. Discursos que “santo de casa não obra milagre”, nessa região são facilmente vindos de uma forma adaptada: “Gente de casa não tem dinheiro para gastar nos eventos da cidade, então, não são importantes”. Muitos adolescentes, ao expor esse pensamento, demonstram uma consciência do seu estado de pobreza e das desigualdades e injustiças que essas lhes causam.

É preciso colocar no currículo escolar, através de intervenções pedagógicas, ações que favoreçam o engrandecimento do sujeito não só intelectualmente, mas também que o incentive a participar efetiva e positivamente dos processos sociais, culturais e políticos que acontecem dentro e fora da escola. Sendo assim, conseguir trazer para as dependências da escola as famílias não é o suficiente para se chegar a um trabalho de sucesso e que dê resultados positivos à comunidade. É necessário que a escola vá até a comunidade, vá até onde estão seus alunos e conheça de perto suas condições de vida. A família só participará integralmente das atividades escolares e deixará de apenas assistir reuniões quando se sentirem acolhidas por ela.

Mas só isso não basta. É preciso que a escola leve as famílias a entenderem que existe, por parte da instituição, uma preocupação que vai além da alfabetização e preparação técnica para o mercado de trabalho dos seus filhos; que a formação humana e social também é alvo de planejamento e trabalho pedagógico diário. A escola deve passar para as famílias segurança e apoio quanto às suas fragilidades. Nesse sentido, faz-se necessário que a escola assuma de fato sua parcela na educação integral do seu público.

Assim, as experiências de Educação Integral vão inaugurando uma nova relação que a escola e os territórios estabelecem com seus atores, mostrando que é possível romper com a dicotomia entre escola e vida, entre experiência social e aprendizagem, garantindo o direito a uma educação democrática, voltada para a cidadania. (LEITE, 2015, p. 56)

Trabalhar a coletividade, apontando caminhos de superação, (embora que lentos) proporciona ao sujeito enxergar que sua condição não está estabelecida para sempre, mostrando a ele novas possibilidades de se reconhecer e de se reinventar. A consciência de suas posições econômicas, sociais e culturais na comunidade e o

reconhecimento que outras mais favoráveis do que as suas existem poderão proporcionar ao sujeito vontade e crença de que o curso econômico de nossas vidas não é tão natural como o curso dos rios. Ele pode ter sido induzido e poderá ser desviado através de nossa postura cidadã no meio em que vivemos.

Reconhecer nossa pequenez diante da fome é tão importante quanto reconhecer que se pode contribuir, de alguma forma, com alguém que passa por essa condição. Esse reconhecimento favoreceu o planejamento desse projeto que visa contribuir com a família e comunidade através do fortalecimento das potencialidades de cada espaço.

Levando em consideração a localização geográfica do município de Guaramiranga, seus privilégios em estar localizada em uma serra e por isso gozar dos benefícios do clima, do solo e, ainda, do pequeno tamanho territorial, acredito que um trabalho junto à comunidade, além de fortalecer a mesma, proporcionará conhecimento por parte dos alunos sobre o espaço que convivem e, conseqüentemente, a valorização do território proporcionará mais zelo, compreensão de sua condição, os fatores que os levam enfrentar as dificuldades atuais e, acima de tudo, o desejo de encontrar forma de atuar positivamente na transformação do espaço de convivência familiar ou social.

Acredita-se que com atividades coletivas (palestras, oficinas de arte, artesanato, etc.) as famílias, além de se desenvolverem coletivamente, poderão auxiliar financeiramente nas despesas familiares, além de fazerem parte das atividades proporcionadas pela escola. Considerando que grande parte da população da zona rural trabalha como caseiros, ainda existem muitas famílias que dependem exclusivamente da renda da então frágil agricultura exercida pelos maridos e do benefício do PBF.

A escola deve ser pensada a partir de seus espaços e tempos de reprodução e resistências da pobreza ao longo da história. Assim, torna-se lugar privilegiado para a realização, além das necessárias discussões, de ações concretas de integração em benefício da criança, sua família e comunidade.

OBJETIVOS

GERAL:

(Re)conhecer as situações de pobreza na comunidade escolar e propor atividades de educação integral para as crianças e suas famílias, criando estratégias que potencializem a participação dessas na escola e seu desenvolvimento social na comunidade.

ESPECÍFICOS:

- Reconhecer o território em que vivemos como espaço histórico para valorização das raízes familiares, culturais e sociais;
- Promover ações educativas e formativas que fomentem oportunidades criativas de desenvolvimento social e de valorização do espaço de convivência comunitária.

ATIVIDADES

- Identificar, junto à Secretaria da Escola, os alunos cujas notas estão abaixo da média, que demonstram estado de pobreza e que as famílias são ausentes na escola;
- Buscar parcerias com entidades públicas e privadas para o fortalecimento do projeto;
- Pesquisar na comunidade dados que revelem sua história cultural;
- Promover, inicialmente, na Escola, oficinas de artes com os alunos, as famílias e, posteriormente, com a comunidade;
- Fazer, na Escola e em cada comunidade que seja representada por pais no projeto, uma horta comunitária para proporcionar o entrosamento de todos.

METODOLOGIA

Inicialmente, buscaremos fazer parcerias com algumas instituições públicas e privadas para o desenvolvimento das ações. O Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) do município, as Organizações Não Governamentais (ONGs) que trabalhem com atividades artísticas, sociais, ambientais, patrimoniais e a Secretaria de Cultura do município, assim como, comerciantes locais para doação de material para as oficinas de artes promovidas ao longo do projeto.

Com os professores da escola, começaremos com uma conversa de sensibilização e apresentação do projeto, solicitando a ajuda dos que se sentirem convidados a participar. Os trabalhos serão divididos entre os professores, em alguns momentos, por aptidão (palestras, oficinas, feiras etc.) e as demais atividades serão encaixadas nas aulas das disciplinas que convêm com as ações do projeto (levantamento histórico das comunidades nas aulas de História e Geografia etc.)

Construídas as parcerias, realizaremos a pesquisa, protagonizada pelos alunos participantes do projeto, cujo objetivo será inventariar, junto às pessoas da comunidade em que vivem, os bens culturais materiais e imateriais existentes. A ideia é conhecer os modos de criar e fazer artesanatos tradicionais (se existe possibilidade de produção dos que não são feitos, se esses trazem retorno financeiro para as famílias) e, em geral, o patrimônio local de referência histórica, social e política para comunidade.

Paralelamente ao trabalho de pesquisa e descobertas sobre a cultura local, uma programação de palestras e oficinas seria realizada na Escola, com a colaboração das instituições parceiras. O primeiro passo, nesse sentido, seria a realização de palestra conduzida por um psicólogo para as crianças, adolescentes, famílias e Núcleo Gestor, com abordagens de convivência em grupo, importância da parceria entre família e Escola no desenvolvimento integral do sujeito. Em

sequência, serão realizadas palestras ou rodas de conversa sobre história e memória comunitária junto aos moradores antigos e palestras sobre educação patrimonial.

Após a sensibilização promovida pelas palestras, a proposta seria conduzir o grupo a participar de ações formativas práticas, por meio de oficinas. A motivação dos minicursos contaria com o apoio da Associação dos Artesãos do município, para a criação e confecção de peças de artesanato, com as sugestões registradas durante a pesquisa. As oficinas terão como objetivo ensinar mães e adolescentes a fazerem algum tipo de arte que possa ser comercializada por eles como fonte de renda.

Outra ação prática que complementaria a pesquisa, assim como as conversas sobre o patrimônio cultural, seria a realização de trilhas de memória, com visitas às comunidades em que moram os participantes do projeto para a realização e reconhecimento histórico dos espaços de referências locais e pessoas que contêm histórias vividas naquele território, a fim de conhecer a história de vida das pessoas que deram origem à comunidade, e que tiveram influências ou participação na vida das famílias envolvidas no trabalho proposto.

As informações e relatos coletados pelo grupo seriam apresentados de forma criativa aos demais integrantes da comunidade escolar em evento organizado pela Escola, com o objetivo de socializar os trabalhos realizados e conhecimentos adquiridos nas trilhas da memória.

Em seguida, a etapa seria o planejamento e a viabilização de ambientes e eventos que fomentassem o desenvolvimento social. O primeiro seria a criação, na Escola e em algumas comunidades em que moram os participantes do projeto, de hortas orgânicas com o objetivo de fortalecer o trabalho em grupo e para o consumo da própria comunidade, despertando para a valorização do bem comunitário como um serviço que beneficiaria a todos, sendo todos responsáveis pela atividade.

Por fim, outra importante ação seria realizar, junto com Secretaria de Cultura de Guaramiranga, uma feirinha “Arte na Comunidade”, a fim de divulgar, entusiasmar e trazer um retorno financeiro para as famílias participantes do projeto. Para tal, antes seria feita a seleção dos melhores produtos confeccionados nas oficinas de artesanato para serem vendidos na feira no centro da cidade de Guaramiranga para comercialização desses e divulgação do trabalho das pessoas das comunidades. O valor arrecadado seria distribuído entre os participantes que confeccionaram os produtos ou usado como o grupo julgar melhor.

RESULTADOS

Ao final do projeto, espera-se que as famílias se sintam, de fato, parte da Escola, que participem ativamente das atividades sugeridas e que contribuam com as propostas de trabalho para o sucesso da instituição, conforme planejado. Almeja que as comunidades sejam consideradas pelos seus membros como espaços culturais, sociais e que possuem potencialidades que podem ser desenvolvidas para o bem comum dos habitantes.

AVALIAÇÃO

Fazer um comparativo do antes, durante e depois do projeto sobre o rendimento escolar dos alunos identificados com notas baixas e em situações de conflito escolar;

Comparar a participação da família na Escola, antes e depois do projeto, através de conversas com o núcleo gestor e demais colegas professores;

Realizar momentos de reflexão sobre as atividades desenvolvidas durante o projeto, e como as pessoas se sentem envolvidas pelo mesmo;

Proporcionar rodas de conversas com os participantes para exposição dos resultados observados, e planejamento de novas ações.

CRONOGRAMA

AÇÕES	1º bimestre Fev./mar. 2018	2º bimestre Abr./maio, 2018	3º bimestre Jul./ago. 2018	4º Bimestre Set./out. 2018
Identificação dos alunos junto ao núcleo gestor	X			
Busca de parcerias	X			
Palestras		X		
Pesquisa nas comunidades		X		
Trilhas da memória		X		
Oficinas de artes		X		
Criação e acompanhamento de hortas orgânicas na Escola e em algumas comunidades			X	
Inauguração da Feirinha <i>Arte na</i> comunidade			X	X
Ações avaliativas				X

REFERÊNCIAS

- ARROYO, Miguel Gonzalez. Módulo IV: Pobreza e Currículo: uma complexa articulação. In: BRASIL. *Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão - SECADI*. Ministério da Educação. Brasília, DF, 2015b. Disponível em: <<http://egpbf.mec.gov.br/#mod>>. Acesso em: 01 jun. 2017.
- LEITE, Lúcia Helena Alvarez. Módulo III: Escola: espaços e tempos de reprodução e resistências da pobreza. In: BRASIL. *Secretaria de Educação*

- Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão - SECADI*. Ministério da Educação. Brasília, DF, 2015. Disponível em: <<http://egpbf.mec.gov.br/#mod>>. Acesso em: 01 jun. 2017.
- MACEDO, L. *Ensaio pedagógico: como construir uma escola para todos?* Porto Alegre: Artmed, 2005
- MENDONÇA, Erasto Fortes. Módulo II: Pobreza, Direitos Humanos, Justiça e Educação. In: BRASIL. *Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão - SECADI*. Ministério da Educação. Brasília, DF, 2015. Disponível em: <<http://egpbf.mec.gov.br/#mod>>. Acesso em: 01 jun. 2017.
- REGO, Walquíria Leão; PINZANI, Alessandro. Módulo I: Pobreza e Cidadania. In: BRASIL. *Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão - SECADI*. Ministério da Educação. Brasília, DF, 2015. Disponível em: <<http://egpbf.mec.gov.br/#mod>>. Acesso em: 01. jun. 2017

EDUCAÇÃO ESCOLAR E DIREITOS HUMANOS

Antônia Selmária de Sousa Silva¹
João Miguel Diógenes e Araújo Lima²

Mesmo após, aproximadamente, sete décadas da ratificação da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUHD), muitos direitos ainda são infringidos, o que causa o sentimento de injustiça e ampliação da desigualdade social. Criar mecanismos que possam torná-la de conhecimento das pessoas é uma forma de instruir, e um grande passo para incentivar pessoas a serem participantes na sociedade, ao invés de passivas e vítimas de sua condição social. Assim, acredita-se que a educação em direitos humanos pode expandir conhecimentos e sensibilizar os sujeitos envolvidos sobre seus direitos e deveres como cidadão, instaurando uma perspectiva de mudanças. Em consequência disso, pensou-se em atividades concisas e de cunho informativo sobre direitos humanos, que podem ser utilizadas como introdução à educação em direitos humanos no espaço escolar. Os procedimentos de execução, como metodologia, objetivos e descrição das atividades, serão apresentados neste capítulo.

Este projeto apresenta como proposta introduzir na educação escolar de alunos do ensino médio, cuja faixa etária é entre 14 e 17 anos, abordagens sobre direitos humanos, sendo desenvolvidas de forma lúdica. Os objetivos são: a) contextualizar historicamente sobre a criação da Declaração Universal dos Direitos Humanos

1 Especialista em Educação Pobreza e Desigualdade Social (UFC)

2 Orientador do EPDS-UFC e Mestre em Sociologia (UFC).

(DUDH); b) apresentar aos estudantes a DUDH; c) realizar um estudo e discussão de forma mais aprofundada sobre os artigos 23 e 25, que declaram os direitos sociais básicos que devem ser garantidos pelo Estado a todos os cidadãos, como o trabalho, educação, saúde, moradia, alimentação e segurança; d) discutir formas de a escola e a comunidade obterem conhecimentos que possam ajudá-los a compreender sobre seus direitos.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Os Direitos Humanos ainda são um tema desconhecido por grande parte da população brasileira. Além disso, são envolvidos em preconceitos sobre sua aplicabilidade. Visto que a escola é um espaço de construção de conhecimentos, coletividade, diferenças e que, em tese, faz parte da vida de todos os sujeitos, é considerada como o local ideal para a inserção do diálogo, com alunos, professores e comunidades, sobre esse assunto.

Tendo em vista esse contexto e as ações governamentais que sugerem a aplicabilidade da educação em direitos humanos, como a Lei 9.394/1996 de Diretrizes e Bases da Educação; a resolução N° 1, de Maio de 2012, que estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos; o Plano de Ação do Programa Mundial de Educação em Direitos Humanos, cuja segunda fase sugere a aplicação desse tema para funcionários públicos, professores, policiais e militares de todos os níveis, na educação básica e na educação não formal; este projeto propõe a introdução do tema na escola, no contexto da educação básica, porém em uma versão simplificada, mas que propicie espaço para a sua continuidade.

JUSTIFICATIVA

O conhecimento sobre Direitos Humanos tende a proporcionar a redução de ideias errôneas fomentadas cotidianamente a respeito

do tema, tais como “direitos humanos só servem para proteger delinquentes”, ou então que são apenas para “humanos direitos”. Ademais, esse conhecimento nos ajuda a compreender direitos, deveres e responsabilidades, e a identificar quando aqueles estão ou não estão sendo cumpridos, seja dentro do espaço escolar, na comunidade onde se vive, ou na vida familiar. Embora não sejam discutidos ou percebidos cotidianamente, os direitos humanos interessam a todas as pessoas, pois fazem parte da vida em sociedade.

Do plano internacional ao local, das questões globais às da vida cotidiana, os direitos humanos atravessam nossas preocupações, buscas, projetos e sonhos. Afirmados ou negados, exaltados ou violados, eles fazem parte da nossa vida individual, comunitária e coletiva. (CANDAUI, 2012, p.716)

Portanto, os direitos humanos interessam a cada pessoa, independente de classe social, econômica, étnica, como também são universais, por isso a importância de conhecê-los a fim de reivindicar sua aplicabilidade. Além disso, geram conhecimentos e estimulam o respeito às diferenças, propiciando uma cultura de paz que pode ser fomentada nas escolas e se estender na sociedade. Afinal, além de conteúdos, também cabe às escolas promover o desenvolvimento pleno dos sujeitos e o exercício da cidadania.

Para introduzir essa temática no espaço escolar, as oficinas se propõem a abordar inicialmente os direitos sociais básicos inerentes a todos os seres humanos, que se encontram referidos nos artigos 23 e 25 da DUDH e que são afirmados no artigo 6º da Constituição da República Federativa do Brasil.

OBJETIVOS

Com base no que foi exposto acima, o projeto tem como objetivos:

- Apresentar a Declaração Universal dos Direitos Humanos, seu contexto histórico de criação e seus objetivos;
- Abordar os artigos 23 e 25 da DUDH e discutir em que situações, dentro da escola, na família ou na comunidade, os alunos enfrentam dificuldades relacionadas à ausência ou insuficiência de elementos para o gozo dos direitos propostos nesses dois artigos;

ATIVIDADES

As atividades serão realizadas em cinco oficinas. Cada uma terá uma forma de aplicação lúdica, que envolve a participação e interação dos alunos, pois é essencial saber seus conhecimentos prévios sobre os assuntos abordados, assim como as percepções dos estudantes após participar das oficinas, num ambiente em que a aprendizagem seja prazerosa.

1ª Oficina: O que são os Direitos Humanos?

Para quem foram criados?

A primeira oficina visa conhecer as percepções prévias dos estudantes sobre os direitos humanos e suas experiências relacionadas. Logo após, será apresentado o contexto histórico que contribuiu para a criação dos direitos humanos.

2ª Oficina: Educação x Trabalho. Como a educação influencia na inserção no mercado de trabalho? Artigo 23 (DUDH).

Após a discussão sobre o tema direitos humanos, a segunda oficina visa debater questões sobre educação e trabalho: as dificuldades enfrentadas para conseguir um emprego, as exigências do mercado, as condições de trabalho com baixos salários, condições de informalidade, tipos de serviços

encontrados pela classe popular e trabalho infantil. Ademais, a educação será abordada como instrumento de qualificação e oportunidades.

3ª Oficina: Direitos humanos de igualdade social (alimentação e moradia), expressos no artigo 25 (DUDH).

O objetivo dessa oficina é debater sobre a pobreza, as situações de fome e as condições de moradia de pessoas em situações de pobreza extrema; e elencar as formas de habitação e alimentação das pessoas que vivem nas zonas rurais, periferias e em assentamentos precários, como é o caso das favelas.

4ª Oficina: Saúde e segurança pública, direito de todos e privilégios de poucos. Artigo 25 (DUDH).

Na penúltima oficina, pretende-se discutir com os estudantes a respeito de suas percepções sobre o sistema público de saúde, a segurança e os serviços sociais ofertados, tendo como referência suas experiências no lugar onde habitam.

5ª Oficina: Transfigurando olhares.

Nesta última oficina, o objetivo é fazer um fechamento confrontando elementos que estão envoltos na realidade dos alunos, comparar com o que foi discutido nas oficinas anteriores e produzir um material resultante do trabalho como todo.

METODOLOGIA

As oficinas Direitos Humanos na Escola serão realizadas em cinco etapas, para turmas com até 30 alunos, e cada oficina terá uma duração média de duas horas a duas horas e meia. Serão compostas de atividades expositivas, relatos de experiências dos estudantes sobre os assuntos abordados, minipalestras com convidados, jogos e insumos produzidos pelos próprios estudantes, como história em quadrinhos, esquetes, cartazes etc.

1ª oficina:

- Abertura, com apresentação da temática da oficina, os objetivos e uma explanação de como serão as atividades;
- Apresentação oral das opiniões e conceitos prévios dos alunos sobre o tema Direitos Humanos (se sabem o que é, o que já ouviram sobre o assunto);
- Resgate histórico e apresentação com vídeos e slides sobre a criação da Organização das Nações Unidas, a DUDH e seu objetivo;
- Jogo³ de tabuleiro, no qual as casas do jogo abordam perguntas, afirmações e curiosidades sobre a criação dos direitos humanos;
- Materiais: Vídeos, slides, data show, caixas de som, notebook, jogo de tabuleiro produzido especificamente para a atividade e espaço físico com cadeiras, mesas e Declaração Universal dos Direitos Humanos impressas para os alunos.

2ª Oficina:

- Apresentação do objetivo e tema da oficina;
- Vídeos⁴ sobre as dificuldades enfrentadas para se inserir no mercado de trabalho, empregos informais e seus problemas;
- Relato de experiência de dois convidados⁵, sendo um que realiza trabalho formalizado e com direitos trabalhistas, e outro que trabalha informalmente. A ideia é que ambos relatem suas experiências em suas profissões ressaltando seus direitos.
- Apresentação em slides sobre métodos implantados pelo Estado para capacitar e profissionalizar pessoas para inserção e valorização no mercado de trabalho; citar políticas públicas do Estado que foram criadas para que todos tenham acesso à educação (transporte escolar, merenda escolar, programa bolsa escola, cursos profissionalizantes);

3 O jogo de tabuleiro sobre direitos humanos pode ser confeccionado pelos facilitadores da oficina. Para uma turma de 30 alunos, será necessária a impressão de 10 jogos e, para cada um, três jogadores, que se movimentam no percurso do tabuleiro usando um dado cuja numeração das faces indicará quantas casas se deve avançar no tabuleiro, e pinos para representar a posição de cada jogador. Nas casas do tabuleiro, deverá haver perguntas, curiosidades, charges sobre direitos humanos e outros comandos que os jogadores precisarão obedecer ou responder. O jogador que obedecer todas as regras do jogo e conseguir chegar primeiro ao final, será o vencedor.

4 Os vídeos utilizados nas oficinas, como reportagens, trechos de documentário e, matéria jornalística, poderão ser pesquisados e retirados da internet e do YouTube (<https://www.youtube.com/?gl=BR&hl=pt>), sendo importante destacar para os estudantes a tipologia do vídeo e a fonte.

5 De acordo com a viabilidade, os convidados poderiam ser pais de alunos.

- Em equipes, os estudantes irão pensar e escrever em cartaz atitudes que a comunidade escolar poderia adotar, caso algum direito relacionado a educação seja violado em sua escola, como exemplo; a falta de merenda escolar, transporte, falta de material, e estrutura física danificada. Essas propostas deverão ser apresentadas a todos e discutidas.
- Produção e apresentação de um esquete pelos estudantes sobre o tema trabalhado. Os alunos poderão escolher que aspecto do tema abordar, sendo cenas de violação dos direitos a educação e trabalho, ou o inverso;
- Materiais: Vídeos, slides, data show, caixas de som, notebook, dois convidados para os relatos de experiência, cartolinas, pincéis e espaço para físico com cadeiras e mesas.
- Nesta oficina, ao falar sobre trabalho, é importante ressaltar outros aspectos que também estão mencionados na DUDH, como o direito ao repouso e a férias remuneradas, segundo o artigo 24, e o direito sem discriminação alguma, com salários iguais por atividades similares, de acordo com o artigo 23.

3ª Oficina:

- Apresentar o tema da oficina;
- Vídeos sobre a situação de extrema pobreza existente no Brasil e sobre as situações de vida e moradia da classe desfavorecida nas zonas rurais, favelas e periferias urbanas;
- Breve palestra com um representante de Secretaria de Assistência Social, para mostrar serviços que já são prestados a pessoas em situação de fome e em moradia precária. Além disso, informar como é realizada assistência às famílias nesse perfil, as dificuldades e os resultados obtidos;
- Relato de vida de uma pessoa beneficiada com programa de moradia popular e relato de um representante do Movimento dos Trabalhadores sem Terra, para expor qual o objetivo do movimento e o que buscam;
- Atividade em grupos, para os alunos comporem poema, música, ou história em quadrinho sobre os temas;
- Materiais: Vídeos, slides, data show, caixas de som, notebook, papéis, lápis de cores, canetas, borrachas, convidados e espaço para físico com cadeiras e mesas.

4ª Oficina:

- Apresentação do tema;
- Elaboração e apresentação de um esquete, reportando experiências que os alunos viveram nos seguintes temas: saúde e segurança pública;
- Vídeos de reportagens e/ou documentários sobre situações boas e ruins da saúde e da segurança pública no Brasil;
- Relato de um profissional que trabalha com a saúde pública para explicar como funciona o sistema de saúde e a demanda;
- Relato de um paciente que já recebeu tratamento especializado pelo sistema público;
- Desafio: Atividade em grupos – os estudantes serão desafiados a criar uma música com gênero musical escolhido por eles mesmos, podendo cada grupo usar um estilo diferente, como rap, funk, sertanejo e outros. A produção deve conter informações e opiniões sobre as oficinas de modo geral.
- Propor o desafio aos alunos de trazer duas fotografias, retirada por eles mesmos, de situações que se configuram como violação ou promoção dos direitos humanos, por exemplo, um morador de rua ou estrutura física defasada de uma escola. Essas situações devem ser de elementos presentes na rua, comunidade, bairro ou cidade onde moram, ou mesmo de dentro da escola. Caso algum aluno não possa realizar essa tarefa por limitações financeiras, poderá usar imagens de revistas, livros ou jornais.
- Fechamento: Gravar o depoimento dos estudantes sobre suas percepções antes e depois de participarem das oficinas;
- Materiais: Vídeos, data show, caixas de som, *notebook*, papéis, lápis, canetas, convidados, espaço físico com cadeiras e mesas.

5ª Oficina:

- Iniciar a oficina indagando aos alunos o nível de dificuldade para obter as imagens;
- Os estudantes devem apresentar individualmente as imagens que conseguiram registrar. O papel do facilitador nesse momento é mediar uma discussão, em que os alunos se sintam à vontade para relatar os sentimentos e percepções que os fizeram escolher aquela imagem. Além disso, devem apontar em conjunto possíveis estratégias de mudanças para as situações fotografadas.

- Após esse momento de sensibilização e divisão de conhecimentos, em que os alunos foram instigados a ver situações comuns de outra forma, eles deverão confeccionar dois ou mais murais coletivos usando as fotografias e frases que façam alusão aos direitos humanos.
- Expor os murais na escola como produto de divulgação, valorização e produto final das oficinas, que na verdade é apenas um trabalho de introdução de educação em direitos humanos na escola.
- *Coffee Break* para congratular a realização de todas as atividades desenvolvidas;
- Materiais: folhas de papel madeira, pincéis, régua, lápis de cores, canetinhas, folha de ofício A4, fotografias impressas levadas pelos estudantes, ou impressas pela escola. Lanche para o momento de *coffee break*.

AVALIAÇÕES PROCESSUAIS

- Cartazes confeccionados durante as oficinas;
- Materiais coletados pelos alunos (cartazes, história em quadrinho, poema, música);
- Envolvimento nas atividades;
- Fotos;
- Participação/relatos nos diálogos no decorrer das oficinas.

AVALIAÇÃO FINAL

- Relatos de experiência dos estudantes (gravado ou escrito);
- Murais confeccionados pelos estudantes com as fotografias registradas por eles.

CRONOGRAMA

O cronograma de atividades (TABELA1) prevê a realização destas em cinco etapas distintas, sendo ideal a aplicação de uma oficina por semana. No entanto, por motivo da rotina escolar, o cronograma de aplicação é flexível, podendo ter intervalo de até 15 dias entre cada oficina, visto que um longo espaço de tempo entre os eventos poderá gerar uma desconexão entre os assuntos.

Tabela1: Cronograma das Oficinas

CRONOGRAMA DE APLICAÇÃO DAS OFICINAS	
PREVISÃO DE TEMPO	OFICINAS
Semana 01 (1ª Oficina)	Apresentação do projeto de oficinas. Oficina: O que são os Direitos Humanos? Para quem foram criados?
Semana 02 (2ª Oficina)	Oficina: Educação X Trabalho. Como a educação influencia na inserção no mercado de trabalho? Artigo 23 (DUDH).
Semana 03 (3ª Oficina)	Oficina: Direitos humanos de igualdade social (alimentação e moradia), expressos no artigo 25 (DUDH).
Semana 04 (4ª Oficina)	Oficina: Saúde e segurança pública, direito de todos e privilégios de poucos. Artigo 25 (DUDH). Registro do relato de experiência dos alunos sobre as oficinas (gravado ou escrito).
Semana 05 (5ª oficina)	Oficina: Transfigurando olhares. Fechamento das oficinas. (<i>Coffee Break</i>)

RESULTADOS ESPERADOS

Ao concluir a aplicação das oficinas, espera-se que o público participante tenha um breve conhecimento sobre o contexto histórico no qual foi criada a DUDH, assim como os objetivos desta. Além disso, espera-se que, com os conhecimentos adquiridos, os estudantes compreendam que serviços prestados na educação, saúde e outros se tratam de direitos que o governo deve garantir, independentemente da política local do município, e, desse modo, possam lutar e buscar melhorias na garantia e efetivação de seus direitos. Também, espera-se que a escola perceba a importância de colocar em prática a educação em direitos humanos e busque dar continuidade a essas atividades, cabendo aos professores e ao núcleo gestor escolher a metodologia a ser utilizada e a forma como irão proceder.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016. 496 p. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf> Acesso em: 08 de Set. 2017
- _____. *Lei Nº 9.394. de 20 de Dezembro de 1996*. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm> Acesso em: 10 de Set. 2017.
- _____. *Plano de Ação. Programa Mundial para Educação em Direitos Humanos. Terceira fase*. Brasília, 2015. Publicado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0023/002329/232922por.pdf>> Acesso em: 17 de Set. 2017.
- _____. *Resolução Nº 1, de 30 de Maio de 2012. Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos*. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=10889-rcp001-12&category_slug=maio-2012-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 10 de Set. 2017.
- CANDAU, V.M.F. Direito à Educação, Diversidade e Educação em Direitos Humanos. *Educ. Soc., Campinas*, v. 33, n. 120, p. 715-726, jul.-set. 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v33n120/04.pdf>> Acesso em: 17 de Set. 2017.
- DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS. Adotada e proclamada pela resolução 217 A (III) da Assembleia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001394/139423por.pdf>> Acesso em: 16 Jun. 2017.



“EDUCAR É, ANTES DE QUALQUER COISA, UM DIREITO”

Rubens George Alvino de Souza¹
Lorena Maria Fidélis Ferreira²

A Constituição Brasileira (1988), em seu artigo 205, estabelece que a Educação é um direito de todos, e deve ser mantida pelo Estado e pela família como requisito necessário para o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Nessa perspectiva, a educação é uma prática social que conduz o aluno à obtenção de um projeto de vida que lhe garanta saúde, moradia e outros direitos sociais. Assim, quando uma criança e/ou um jovem deixa de estudar, sem antes concluir a educação básica, deve-se entendê-lo(a) em uma situação de privação de direitos. Um desafio à família, à escola e ao Estado.

TEMA E RESUMO

O projeto: “Estudar é, antes de qualquer coisa, um direito!”, a ser implementado junto à Escola de Ensino Médio em Tempo Integral de Mineirolândia, no distrito homônimo, parte do município de Pedra Branca, no Ceará, é estruturado com base em um diagnóstico da situação escolar. Após definição do problema, o elevado índice de evasão escolar, serão desenvolvidas ações de divulgação do projeto

1 Especialista em Educação Pobreza e Desigualdade Social (UFC).
2 Orientadora do EPDS-UFC e Mestre em Psicologia (UFC).

e discussão junto à comunidade escolar sobre os desafios referentes ao problema, através de encontros para divulgar os dados referentes à evasão e suas consequências negativas para o aluno, a escola, as famílias e a comunidade. Em seguida, realizar-se-á contato direto com cada estudante evadido ou em processo de evasão. Esta ação abrangerá desde conversas com o aluno(a) até o encaminhamento de determinados casos para o Conselho Tutelar. Concomitantemente, reestruturar-se-á o currículo escolar e serão propostas novas metodologias de trabalho aos professores.

CONTEXTUALIZAÇÃO

O problema do abandono dos estudos preocupa educadores e responsáveis pelas políticas públicas de todo país. De acordo com o Ministério da Educação (MEC), a evasão atinge 3,6% do Ensino Fundamental e 11,2% do Ensino Médio. São mais de 3 milhões de crianças e jovens fora da escola, segundo dados de 2014, divulgados em 2016 pelo Instituto Nacional de Pesquisa e Estatística Anísio Teixeira (INEP).

A evasão escolar tem vários motivos, mas uma pesquisa de 2009, da Fundação Getúlio Vargas (FGV), mostrou, com base nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2009, que 40,3% dos jovens de 15 a 17 anos abandonam os estudos por falta de interesse, perspectiva e ciência de uma provável reprovação. A própria pesquisa aponta algumas alternativas a serem adotadas pelas escolas para que se inicie um trabalho de combate a este desafio, tais como: mudança do currículo e adoção de novas metodologias de ensino.

Como anteriormente mencionado, a evasão fere um dos direitos fundamentais das crianças e dos adolescentes, o direito à educação, o que implica diretamente na privação de muitos princípios como o da equidade. Cabe, então, aos órgãos governamentais e as instituições

educacionais pesquisarem, compreenderem e utilizarem os recursos dos quais dispõem para solucionar essa problemática e garantir a permanência dos alunos na escola.

Este projeto “Estudar é, antes de qualquer coisa, um direito!” anseia, portanto, analisar algumas suposições e buscar possíveis soluções para a evasão escolar de tantos jovens, sobretudo os estudantes da nossa escola pública em Mineirolândia.

O objetivo inicial consiste em identificar as causas e os motivos pelos quais um grande número de alunos que ingressam na E.E.M.T.I. de Mineirolândia abandonam a escola antes de concluírem o ensino médio. Pretende-se, assim, apontar alternativas para minimizar as ocorrências desse problema. Governo, escola e família precisam atuar de forma articulada para a superação desse cenário que reflete uma lógica excludente.

JUSTIFICATIVA

A escola é na essência um espaço democrático onde a criticidade e as reflexões devem coexistir para que crianças e adolescentes possam desenvolver suas potencialidades. Ela assume assim a incumbência de proporcionar aos jovens oportunidades ímpares em suas vidas. Contudo, essa máxima não vem sendo observada em sua plenitude na E.E.M.T.I. de Mineirolândia. A evasão que se observa em todo o ensino médio, sobretudo nos 1º anos, exige um trabalho específico nessa área para que se conheçam as causas dessa fatídica realidade e se possa apontar os possíveis caminhos para dirimir essa complexa questão.

A presente proposta de intervenção foi motivada pela observação dos dados a seguir que mostram o quantitativo de alunos que abandonaram a Escola nos últimos 04 (quatro) anos.

Ano	Quantitativo total de alunos na escola	Percentual de alunos evadidos	Números absolutos de alunos evadidos
2013	383	10,45%	40
2014	375	10,40%	39
2015	356	8,5 %	30
2016	285	8,4 %	24

Como se pode constatar, a E.E.M.T.I. de Mineirolândia é uma escola estadual relativamente pequena mas que vem, ao longo dos anos, esforçando-se para lidar com a evasão escolar.

A evasão ocupa uma posição de destaque entre os problemas enfrentados pelas escolas públicas em todo o país. Diversas pesquisas, como a da Fundação Getúlio Vargas (FGV) de 2009, anteriormente citada, já foram realizadas para entender o problema e possivelmente contribuir para encontrar caminhos que possam levar à solução. No entanto, a evasão escolar é um problema complexo, de difícil compreensão e solução, pois se relaciona com outras importantes questões pedagógicas como formas de avaliação, reprovação escolar, currículo, didática docente e metodologias aplicadas nas diversas disciplinas escolares.

Dessa forma, essa intervenção pretende se constituir como ferramenta de apoio à gestão pedagógica e administrativa da escola no que se refere ao enfrentamento do problema.

OBJETIVO GERAL

Refletir sobre as causas que contribuem para a evasão escolar e, conseqüentemente, propor alternativas para a permanência e o retorno dos alunos matriculados na E.E.M.T.I. de Mineirolândia, garantindo-lhes a efetivação de um direito que lhes é fundamental – a educação.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Reduzir a taxa de evasão escolar da E.E.M.T.I. de Mineirolândia.
- Sensibilizar alunos e familiares acerca da importância da educação formal e assim fazer da relação aluno-escola uma relação de parceria e não de mera obrigação.
- Convidar a família a assumir junto à escola a responsabilidade pela educação formal de seus filhos.
- Desenvolver junto aos professores estratégias de ensino mais diversificadas e atrativas.

ATIVIDADES

As atividades aqui propostas não são um fim em si mesmas, elas podem e devem ser ampliadas à medida que alternativas forem surgindo.

- Rever o Projeto Político Pedagógico da escola, repensando as linhas pedagógicas adotadas pela instituição e o quanto elas estão despertando o interesse dos alunos para com os estudos. É muito importante que o currículo e as práticas pedagógicas oferecidas pela escola configurem-se como motivadores e se aproximem das necessidades dos alunos e de suas famílias. O ideal é equilibrar a teoria com atividades práticas.
- Fomentar e fortalecer projetos de conscientização contra o Bullying, a Homofobia e outras formas de discriminação, práticas que contribuem para a evasão escolar.
- Mapear os pontos fortes e fracos da escola, identificando possíveis motivos que levam à evasão escolar e os que contribuem para a permanência dos alunos.
- Acompanhar pedagogicamente o aprendizado dos estudantes, como forma de orientá-los dentro de suas dificuldades e fortalecer suas potencialidades.
- Promover momentos de formação com os alunos sobre a importância e o valor da formação escolar.
- Oferecer, quando possível, material interativo, atualizado, interdiscipli-

nar e participativo. Observa-se na rotina escolar que materiais defasados acabam desmotivando os alunos.

- Analisar o espaço escolar e ver o que pode ser feito para melhorá-lo. O espaço de uma escola deve ser atraente o suficiente para que o aluno não deseje sair dela. Às vezes com ações simples, como o plantio de árvores, pintura de uma parede, a colocação de cartazes, o ambiente fica mais agradável.
- Ouvir, analisar e providenciar, quando possível, a demanda dos alunos.
- Periodicamente, convidar os pais e/ou responsáveis pelos alunos para participarem da rotina da escola e, a partir de diálogos igualitários, conscientizá-los quanto à importância dos estudos formais, o número máximo de faltas permitidas durante o ano letivo, segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), bem como alertá-los quanto às penalidades previstas em lei pela não permanência de seus filhos na escola (abandono intelectual).
- Mobilizar todos os educadores em torno de um objetivo único: “combater a evasão escolar” tendo como metodologia de trabalho aulas mais interativas e dinâmicas, utilizando para isso técnicas diversas, a saber: Aprendizagem Cooperativa, do Programa de Estímulo à Cooperação na Escola (PRECE) da Universidade Federal do Ceará (UFC); Tertúlias Dialógicas e Grupos Interativos, do Projeto Comunidade de Aprendizagem, do Instituto Natura, dentre outros.
- Comunicar ao Conselho Tutelar os casos em que a escola não tem poder para atuar.
- Promover encontro dos alunos com pessoas específicas da Escola, o Professor Diretor de Turma (PDT), para conversas periódicas a respeito de motivação, valor da educação, direitos e deveres, entre outras.

METODOLOGIA

Devem participar do projeto de combate à evasão escolar: o Núcleo Gestor, os Professores Diretores de Turma (PDTs), os professores em geral, professores coordenadores de área (PCAs), representantes dos alunos, pais e/ou responsáveis, membros do Conselho Tutelar.

O projeto de combate à evasão escolar deve interagir com outros projetos, como o AoGosto do Aluno, desenvolvido pela Secretaria de Educação do Ceará (SEDUC), e os projetos que a escola já desenvolve, a saber: projetos esportivos, como o Torneio da Paz e os Jogos Interclasses; projetos culturais, como o Arraiá da Alegria e o Projeto Folclore; projetos de integração, como o Carnaval Seguro, o Dia das Mães, Dia dos Pais, Dia das Mulheres, Dia do Estudante; projetos pedagógicos, como o Aula Nota 10 e as Aulas Eletivas, onde o aluno escolhe o que quer estudar; projetos científicos, como a Feira de Ciências, a Feira do Núcleo de Trabalho Pesquisas e Práticas Sociais (NTPPS) e a Olimpíada de História.

As atividades propostas neste projeto devem ser desenvolvidas mediante discussão, análise e avaliação do currículo, das práticas pedagógicas e dos objetivos da escola; investimento no trabalho do Coordenador Pedagógico, como articulador privilegiado das relações entre os membros da comunidade escolar no trabalho de construção / concretização da proposta pedagógica da escola; realização de campanhas de conscientização e combate ao bullying, à homofobia e a outras formas de preconceito e discriminação a partir de projetos escolares que tratem dessas temáticas; o levantamento junto aos professores e aos alunos a respeito das principais dificuldades que a escola enfrenta; a realização de formações sobre “Equidade”, para que as oportunidades de aprendizagem sejam dadas a todos, mas com condições específicas; e o trabalho com atividades desafiadoras no intuito de despertar o interesse dos alunos.

Outras atividades importantes a serem desenvolvidas: implementação nas aulas de Formação para a Cidadania de um trabalho direcionado à motivação, à perspectiva de vida, à carreira e à profissão e à importância da educação formal; desenvolvimento de aulas com as Tecnologias da Informação e da Comunicação (TICs) através de plataformas virtuais de aprendizagem, uso de mídias e vídeos educativos no Laboratório Educacional de Informática (LEI) da escola;

promoção de momentos de reorganização física: limpeza, pintura, produção de imagens de forma integrada entre funcionários, alunos e pais a fim de adequar o espaço escolar aos anseios dos estudantes; análise da assiduidade dos alunos e levantamento dos alunos mais faltosos e os já evadidos; agendamento de encontros periódicos entre professores e pais/responsáveis para tratar da infrequência escolar, suas consequências e implicações para o aluno e para a família.

Contribuirão ainda para a execução das atividades a formação continuada com professores, visando à problematização de suas práticas docentes e sua qualificação profissional; o trabalho junto ao Conselho Tutelar com campanhas de combate à evasão; e a destinação de um(a) profissional da escola para realizar acompanhamento direcionado e personalizado a cada turma – o regime estrutural da educação cearense já conta com esse profissional, a saber: Professor Diretor de Turma (PDT).

RESULTADOS ESPERADOS

1. Reduzir em 25% o índice de evasão de escolar em comparação ao mesmo período nos últimos 4 anos.
2. Melhorar a qualidade do ensino ofertado tendo como base a permanência do aluno na escola e a sua conclusão de forma qualificada, na medida em que for adaptando o currículo e o conteúdo das disciplinas escolares às metodologias mais eficazes e dinâmicas, o que tornará as aulas mais agradáveis aos alunos e também aos próprios professores.
3. Tornar a escola um espaço mais agradável, aconchegante e convidativo a partir de uma reorganização dos recursos dos quais a instituição dispõe para esse fim e naturalmente rever as relações humanas praticadas nesse ambiente.

AVALIAÇÃO

O projeto deve ser avaliado durante toda a execução. Mensalmente, a coordenação pedagógica e a direção devem acompanhar e verificar a execução e eficácia das atividades projetadas. Ao final do ano, a comunidade escolar deve fazer um levantamento dos pontos positivos e negativos do projeto e verificar se os resultados foram alcançados.

A avaliação do resultado esperado 1 pode ser realizada mensalmente a partir de um comparativo dos dados referentes à evasão escolar. Essas informações são geradas pelo Sistema Integrado da Gestão Escolar (SIGE) e são acessíveis a todo corpo docente da escola.

A avaliação do resultado esperado 2 pode ser realizada a partir de pesquisa com os alunos sobre a qualidade do ensino ofertado, utilizando, para tal, instrumental simples. Neste, eles poderão avaliar as metodologias e o currículo trabalhados, explicar o motivo de cada apontamento e sugerir encaminhamentos. Podem ser utilizadas também como referência avaliativa as informações concernentes à aprovação que, bimestralmente, são coletadas no SIGE. Serve também a esse propósito a comparação dos dados referentes ao número de alunos que ingressam no ensino superior ou mesmo o desempenho no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM).

A avaliação do resultado 3 pode utilizar instrumental simples e/ou rodas de conversas, onde os alunos, bimestralmente, opinarão sobre clima e ambiente escolar, apontando pontos positivos e negativos, e sugerindo encaminhamentos em prol de melhorias.

CRONOGRAMA

Ação/Atividade	Mês – 2018											
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Ago	Set	Out	Nov	Dez	
Apresentar à comunidade o Projeto de intervenção e conscientizá-los a respeito do problema da evasão escolar.	X											
Rever o Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola, procurando realinhá-lo de acordo com os coletivos que a instituição atende.	X											
Identificar em instrumental apropriado os pontos positivos e negativos da escola	X											
Rever o Projeto Político Pedagógico da escola, com especial atenção ao currículo e as práticas pedagógicas adotadas.	X											
Fazer melhoramento no espaço físico escolar.		X										
Fomentar e fortalecer ações de conscientização com o intuito de minimizar à evasão escolar.		X										
Acompanhar pedagogicamente o aprendizado dos estudantes.			X									
Promover momentos de formação com os alunos			X									
Mobilizar todos os educadores em torno de um objetivo único: “combater a evasão escolar” tendo como meta aulas mais interativas e dinâmicas, utilizando para isso técnicas diversas.			X									

Promover encontro dos alunos com pessoas específicas da Escola, o Professor Diretor de Turma (PDT), para conversas periódicas a respeito de motivação, valor da educação, direitos e deveres, entre outras.			X								
Convidar a vir à escola, os pais e/ou responsáveis pelos alunos, e a partir de diálogos igualitários, conscientizá-los quanto à importância dos estudos formais, o número máximo de faltas permitidas durante o ano letivo e alertá-los quanto às consequências previstas a não permanência de seus filhos na escola (abandono intelectual).				X		X		X		X	
Incentivar os professores para o uso de material interativo, atualizado, interdisciplinar e participativo.		X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Ouvir, analisar e providenciar, quando possível, a demanda dos alunos.		X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Comunicar ao Conselho Tutelar os casos em que a escola não tem poder para atuar.	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X

BREVES CONSIDERAÇÕES

A Educação/Escola tem o dever social de proporcionar à população em geral conhecimentos que tragam a reflexão, fortaleçam a cultura da equidade e do respeito à vida, aproximando vozes e experiências sob a égide da justiça social. Ela pode e deve ajudar as

pessoas a compreenderem os processos que constituem a cidadania e a democracia, contribuindo assim para a efetivação de ações concretas de combate às injustiças sociais.

Dessa forma, a escola traz consigo o compromisso de contribuir com um mundo melhor, que respeite e valorize as diferenças e que reconheça, por meio das lutas sociais, uma forma de educar e de transformar a sociedade. No Brasil, a luta contra a pobreza e a desigualdade social exige uma tomada de consciência das condições que produzem e reproduzem tais iniquidades sociais, reconhecer suas complexidades e o que elas produzem.

O sistema educacional tem o poder de despertar a percepção das pessoas para as violências reais e simbólicas que diariamente são cometidas contra os direitos da população pobre. Para tanto, exige uma escola que desconstrói preconceitos, prima pela qualidade e promove uma formação humana emancipadora com afetividade.

REFERÊNCIAS

- ARROYO, Miguel Gonzalez. Módulo introdutório: pobreza, desigualdades e educação. In: Brasil. *Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão – SECADI*. Ministério da Educação. Brasília, DF, 2015a. Disponível em: <<http://egpbf.mec.gov.br/#mod>>. Acesso em: 18 jul. 2017.
- _____. Módulo IV: Pobreza e currículo: uma complexa articulação. In: Brasil. *Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão – SECADI*. Ministério da Educação. Brasília, DF, 2015b. Disponível em: <<http://egpbf.mec.gov.br/#mod>>. Acesso em: 18 jul. 2017.
- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 1988.
- _____. *Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos*. Parecer do Conselho Nacional de Educação nº 8/2012, Brasília, 2012.
- _____. *Diretrizes curriculares nacionais gerais da educação básica*. Brasília: Ministério da Educação, 2013.
- INSTITUTO NACIONAL DE EDUCAÇÃO E PESQUISAS. *Indicadores de fluxo escolar da educação básica*. Brasília-DF: INEP, jun. de 2017

- LEÃO REGO, Walquíria; PINZANI, Alessandro. Módulo I: Pobreza e cidadania. In: Brasil. *Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão* – SECADI. Ministério da Educação. Brasília, DF, 2015. Disponível em <<http://egpbf.mec.gov.br/#mod>>. Acesso em: 18 jul. 2017.
- LEITE, Lúcia Helena Alvarez. Módulo III: Escola: espaços e tempos de reprodução e resistências da pobreza. In: Brasil. *Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão* – SECADI. Ministério da Educação. Brasília, DF, 2015. Disponível em: <<http://egpbf.mec.gov.br/#mod>>. Acesso em: 18 jul. 2017.
- MENDONÇA, Erasto Fortes. Módulo II: Pobreza, direitos humanos, justiça e educação. In: Brasil. *Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão* – SECADI. Ministério da Educação. Brasília, DF, 2015. Disponível em: <<http://egpbf.mec.gov.br/#mod>>. Acesso em: 18 jul. 2017.
- PROJETO MALETA FUTURO. *Maleta por que pobreza? Educação e desigualdade*. 2014 – 2016. Disponível em: <<http://www.maletafutura.org.br/ui/maleta-por-que-pobreza.aspx>>. Acesso em: 16 de ago. 2017



BULLYING ESCOLAR: ESTRATÉGIAS DE PREVENÇÃO E COMBATE

Dylehon Silva do Nascimento¹
Carlos Vinícius Frota de Albuquerque²

O presente trabalho propõe apresentar questões complexas envolvendo episódios de violência escolar, enfatizando principalmente o *bullying*, além de apresentar estratégias preventivas, no propósito de intervir mediante situações decorrentes desse contexto. Ressalta-se uma apresentação sobre diversas manifestações envolvendo *bullying* escolar, assim como suas causas, consequências, além das reações comportamentais no cotidiano escolar dos sujeitos envolvidos diretamente com tais práticas. Apresenta-se concepção e contribuição de autores sobre a temática, tão relevante no cenário educacional atual. Por fim, sugere propostas de intervenção de modo multidisciplinar no enfrentamento e superação de comportamentos agressivos que afetam a autoestima, saúde emocional e psicológica do educando.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Atualmente o contexto das relações interpessoais vem ganhando mais dinamicidade com o advento da globalização e dos usos das mídias digitais. As informações compartilhadas, na maioria das vezes sem nenhuma reflexão sobre suas causas e consequências, acabam

1 Especialista em Educação Pobreza e Desigualdade Social (UFC).
2 Orientador do EPDS-UFC e Mestre em Sociologia (UFC).

por intervir negativamente nas vivências dos valores humanos e, por conseguinte permitem a disseminação de práticas que vão contra os princípios da igualdade, liberdade, respeito e cidadania. Sendo, portanto, praticado pelo ser humano atos que incitam o preconceito e a violência, seja física ou psicológica. No ambiente escolar essa manifestação de desrespeito contínuo às diferenças é caracterizada como o *Bullying*. Que acaba por afetar a qualidade de vida dos discentes afetando seu desenvolvimento intelectual, social, psicológico.

O projeto terá como público alvo alunos do ensino fundamental (6º ao 9º ano), estimado aproximadamente em 300 alunos, esses em sua maioria vem de um contexto social empobrecido, sendo beneficiários dos programas Bolsa Família e Garantia Safra, em maior parte, filhos de agricultores das comunidades Sede, Ideal e Vazantes, além de outras vizinhas, todas no município de Aracoiaba-CE, e em uma pequena minoria filhos de comerciantes, funcionários públicos e motoristas. A proposta que será trabalhada surgiu diante da expansão do fenômeno *bullying*, que vem adentrando os espaços educacionais de maneira devastadora e que fomentou a necessidade de discutir essa temática com maior centralidade.

A violência escolar é algo que vem passando por várias transformações, tendo em vista que o *bullying* tem se tornado uma realidade frequente e devastadora na vida dos educandos. Isso ganha proporção devido à ausência de princípios e valores envolvendo o respeito às diversidades que deveriam ser trabalhados constantemente através da família. Percebe-se que esses preceitos são transmitidos de maneira ineficiente de geração em geração, deixando lacunas, que têm revelado cenas lamentáveis de atitudes levianas e desrespeitosas no seio escolar.

Segundo Mendonça (2015, p. 47):

Compreende-se que não são excludentes as tarefas da educação para as diversidades e as da Educação em Direitos

Humanos. Isso porque esta só se faz sentido se voltada para a construção de ambientes educativos de respeito e promoção dos direitos humanos de todas e todos, independentemente das diferenças que carregam. É uma tarefa nada fácil para ser executada num mundo que segue sendo atravessado pelas violações sistemáticas aos direitos humanos fundamentais e pela naturalização das desigualdades, da pobreza e da exclusão social.

Desse modo, cabe interpretar que essa proposta se deve ao nosso entendimento de que a prática de *bullying* de extrema violência, pois se trata de uma atitude que fere a dignidade da pessoa humana. Assim, cabe à escola promover conferências, palestras, rodas de conversas e outros instrumentos que conscientizem os agressores, levando-os ao entendimento de que as consequências vivenciadas pelas vítimas lesionam o corpo e a alma e sua integridade macula sua honra e, por esses motivos, é inaceitável e necessário o combate desse tipo de violação de direitos.

Em uma recente pesquisa divulgada no ano de 2013 pelo portal de notícias Veja Abril, estudos apontam que um em cada cinco jovens na faixa dos 13 aos 15 anos pratica *bullying* contra colegas no Brasil. O estudo ainda mostra que o perfil dos agressores possui uma predominância masculina: 26,1% dos meninos praticam *bullying*, em comparação com 16% das meninas. Também são eles os que mais sofrem a agressão (7,9%), em relação a elas (6,5%).

De origem inglesa e sem tradução ainda no Brasil, o termo *bullying* é utilizado para qualificar comportamentos agressivos no âmbito escolar, praticados tanto por meninos quanto por meninas. Os atos de violência (física ou não) ocorrem de forma intencional e repetitiva contra um ou mais alunos que se encontram impossibilitados de fazer frente às agressões sofridas. Tais comportamentos não apresentam motivações

específicas e justificáveis. Em última instância, significa dizer que, de forma “natural”, os mais fortes utilizam os mais frágeis como meros objetos de diversão, prazer e poder, com o intuito de maltratar, intimidar, humilhar e amedrontar suas vítimas. (MOURA, 2011, p.25)

O fenômeno *bullying* é bastante complexo, tendo como principais evidências um comportamento violento, repetitivo e intencional, vindo a disseminar diversas formas de preconceito e/ou discriminação, seja ela por raça, orientação sexual, religião, ideologia, origem étnica, deficiência, gênero e aparência. Essas atitudes adentram a sociedade e principalmente no espaço escolar de maneira avassaladora, sendo cada vez mais recorrentes nesse cenário.

Percebe-se então que, em decorrência dessa violência, as vítimas apresentam algumas reações comportamentais incomuns como: isolamento social, ficam retraídas em sala de aula, infrequência escolar, baixo rendimento escolar, demonstram certas tristezas e aflições, baixa autoestima, ansiedade, agressividade e irritabilidade, sentem-se excluídas, perdem o interesse pelas tarefas e atividades escolares, distúrbios de alimentação e sono, apresentam hematomas, arranhões, cortes, roupas e materiais escolares rasgadas e danificadas e, em casos mais graves, apresentam sérios problemas relacionados a depressão.

Partindo desses princípios e definições sobre o *bullying*, apresento como proposta a idealização e realização de uma ação nas escolas públicas, com o propósito de orientar a todos os envolvidos no processo educacional, elencando a relevância do combate às mais variadas violências vivenciadas na escola, assim como amenizar e possivelmente extinguir situações ameaçadoras, além de promover novas possibilidades de compreensão sobre a temática apresentada.

A prática do *bullying* nas escolas é totalmente visível, sendo que as escolas acreditam que a maioria das agressões é vinda de alunos problemáticos e conflituosos, ou seja, são criados por avós, tios, mãe e/ou pai divorciado, como também pelo convívio com drogas, violência e prostituição no ambiente familiar. Situações de violência mais perceptíveis nessas escolas são no que diz respeito a identidade de gênero, deficiências e situações de obesidade, onde instituições como a EEIEF Capitão Antônio Joaquim, considerada berço da educação e cultura do município, não conseguiram ainda extinguir ou amenizar essa prática.

OBJETIVOS

Geral

- Promover entre os educandos das escolas João Ferreira Gadelha e Capitão Antônio Joaquim práticas do respeito à diversidade, por meio de atividades orais e escritas que estimulem as reflexões sobre atos de violência escolar e busquem eliminá-las.

Específicos

- Promover discussões sobre a temática *bullying* escolar com o núcleo gestor, docentes, alunos e família;
- Instigar a reflexão da comunidade escolar sobre a necessidade de desenvolver ações educativas no enfrentamento a situações de *bullying* na escola;
- Realizar pesquisa com discentes das instituições no propósito de identificar possíveis situações de convivência com o *bullying*;
- Apresentar dados e estatísticas referentes ao *bullying* escolar no Brasil, Ceará e na própria instituição de ensino;
- Compreender os sentimentos do agressor e do agredido, sujeitos esses envolvidos com esse tipo de violência;
- Compreender as diferenças entre situações *bullying* e *cyberbullying*.

ATIVIDADES

As atividades se darão de forma interdisciplinar utilizando metodologias e recursos diversificados. Vejamos:

- **Língua Portuguesa:** Leitura e interpretação de diferentes gêneros textuais; Atividades de produção oral e escrita que trabalhem a reflexão sobre o respeito a diversidade.
- **Matemática:** Coleta, análise e amostra de dados, organização e classificação de dados coletados, criação e interpretação de gráficos acerca dos casos de *bullying* presentes na escola.
- **Ciências:** Principais distúrbios (psicológico, alimentar e sono) e síndromes enfrentadas por pessoas que convivem com o *bullying*.
- **Geografia:** Regiões com maior incidência de violência escolar no contexto pesquisado. Estudo de caso para percepção de causas, consequências e intervenções.
- **História:** Origem do *bullying*, incidentes que marcaram a história do país e do mundo a partir da prática do *bullying*.
- **Educação Física:** Jogos educativos, filmes e jogos cooperativos que propiciem situações de interatividade humana e permita o convívio pacífico com as diferenças.
- **Artes:** Encenação de peças teatrais, dramatizações, Confecção de cartazes educativos, curta metragens, animação e concurso de desenhos que mostrem de forma direta e impactante as consequências da prática do *bullying* na vida do educando.
- **Religião:** Princípios e valores éticos e morais.
- **Inglês:** Leitura, interpretação, diálogos e traduções de texto com relatos de discentes que sofreram *bullying*.
- **Direitos Humanos** - cine debate sobre *bullying* mostrando que o mesmo é um desrespeito a vítima e uma afronta aos direitos humanos.
- Palestras com órgão responsáveis pela temática (CRAS, CREAS, conselho tutelar, profissionais do PSE e PSF);
- Criação de jornais, *sites*, *blog*, páginas nas redes sociais que atentem a conscientização sobre as práticas do *bullying*.

METODOLOGIA

O projeto pedagógico partiu das observações relacionadas às práticas pedagógicas dos educadores da EEF João Ferreira Gadelha e EEIEF Capitão Antônio Joaquim, onde constatamos cenas e episódios de práticas relacionadas ao *bullying* durante o horário de aula. Diante dessa realidade, houve a necessidade de realizar uma análise qualitativa, buscando compreender um pouco mais essa temática que tem revelado cenas lamentáveis de atitudes levianas e desrespeitosas no ambiente escolar.

Diante das circunstâncias apresentadas, tornou-se indispensável a elaboração e apresentação de um projeto de intervenção pedagógica para intensificar ações de combate a essa problemática que reflete negativamente na saúde psicológica e afetiva do educando.

Nesse contexto, foi necessário e admissível estabelecer parcerias com profissionais do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e Conselho Tutelar do município com propósito de subsidiar aos profissionais da educação a elaboração de ações pedagógicas de intervenção ao combate ao *bullying*, tendo como foco principal o enfrentamento e a superação desses comportamentos agressivos.

O projeto pedagógico desenvolver-se-á de acordo com o cronograma que será apresentado, sendo delimitado às turmas do Ensino Fundamental de 6º ao 9º ano nas escolas mencionadas anteriormente. As atividades serão trabalhadas de modo interdisciplinar, através de aulas expositivas, momentos de discussões, atividades individuais, em grupo, pesquisas de campo, seminários, apresentação em power point; leitura de diferentes gêneros textuais: reportagens, anúncios, entrevistas, canções, cartazes, relatos, tirinhas, entre outros, atividades de interpretação oral e escrita, dramatizações, palestras com órgãos responsáveis pela

temática (CRAS, CREAS, conselho tutelar, profissionais do PSE e PSF), exibição de filmes e vídeos.

RECURSOS NECESSÁRIOS

HUMANOS: Núcleo Gestor; Professores; Alunos; Pais; Secretaria de Educação; Conselho Tutelar; profissionais da saúde.

MATERIAIS: Pen drive; Notebook; Microcomputadores; Data Show; Filmadora; CD Player; CDs; DVD Player; DVDs; Televisão; Caixa Amplificada de Som; Microfone; Papel A4; Pincel Atômico; Tesoura; Cola; Tinta; Cartolina.

RESULTADOS ESPERADOS

Diante a efetivação do projeto pedagógico, buscamos oportunizar aos educandos mudanças de hábitos e comportamentos, observando principalmente se os objetivos propostos foram alcançados. Esperamos que, mediante o processo de intervenção sobre a temática abordada, os alunos relatem todo e qualquer tipo de agressão no espaço escolar, sendo de conhecimento dos professores, núcleo gestor, facilitando assim, tomadas de decisões com propósito de combater essas práticas abusivas.

AVALIAÇÃO

A avaliação será processual e contínua, sendo considerada a participação dos alunos durante o desenvolvimento das atividades realizadas no decorrer da execução do projeto de intervenção. Desse modo, será verificado durante todo o período de desenvolvimento do projeto, bem como após a finalização das atividades dos discentes em seu cotidiano escolar, se houve mudança de postura no que se refere as atitudes e comportamentais dos educandos.

CRONOGRAMA

AÇÕES	PERÍODO				
	Fev.	Março	Abril	Maiο	Junho
Apresentação do projeto à comunidade escolar;	x				
Formação docente para os professores;	x				
Planejamento das atividades pedagógicas com os professores	x				
Execução das ações com os discentes de modo interdisciplinar.		x	x	x	
Seleção de atividades produzidas pelos discentes para apresentação na culminância;			x	x	
Palestra com professores para discentes e pais sobre prevenção e combate ao <i>bullying</i> ;				x	
Culminância do projeto, por meio de apresentações e exposição dos trabalhos produzidos pelos educandos;					x
Avaliação do projeto, visando possíveis adequações.		x	x	x	x

REFERÊNCIAS

- MENDONÇA, Erasto Fortes. Módulo II: Pobreza, Direitos Humanos, Justiça e Educação. In: BRASIL. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão – SECADI. *Ministério da Educação*. Brasília, DF, 2015. Disponível em: <http://egpbf.mec.gov.br/#mod>>. Acesso em: 01 set. 2017.
- _____. Módulo II: Pobreza, Direitos Humanos, Justiça e Educação. In: BRASIL. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão – SECADI. *Ministério da Educação*. Brasília, DF, 2015. Disponível em: <http://egpbf.mec.gov.br/#mod>>. Acesso em: 03 jul. 2017.
- MOURA, Everlaine Santiago de. *O bullying na escola: o olhar dos professores*. 2011. 73 f. Monografia (Licenciatura em Pedagogia). Universidade de Brasília, Brasília, 2011. Disponível em: <<http://bdm.bce.unb.br/handle/10483/3208>>. Acesso em: 06 de jul. 2017

RIO DE JANEIRO. Ministério Público. *Bullying*: práticas positivas de prevenção na escola. 2014. Disponível em: <http://www.mprj.mp.br/documents/112957/1490663/cartilha_mprj_bullying_praticas_positivas_de_prevencao_na_escola.pdf>. Acesso em: 05 de outubro de 2016.

SILVA, Pollyane Lima. Um em cada cinco adolescentes pratica *bullying* no Brasil. *Veja*. Com Educação, 2013. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/educacao/um-em-cada-cinco-adolescentes-pratica-bullying-no-brasil/>>. Acesso em: 25 agosto 2017.

NUANCE DE UMA RAÇA: DANÇA AFRO-BRASILEIRA COMO OBJETO DE TRANSFORMAÇÃO E ACEITAÇÃO PARA A MULHER NEGRA

Michelle Cristyanne da Silva Lima¹
Raquel Guimarães Mesquita²

O projeto de intervenção “Nuance de uma raça: dança afro-brasileira como objeto de transformação e aceitação para a mulher negra” traz a dança afro-brasileira como objeto de transformação e aceitação da mulher negra, visando estimular reflexões sobre as raízes históricas do que é ser mulher negra por meio de vivências da cultura afro, mais especificamente por meio de oficinas de dança. Tais atividades representam um instrumento de fortalecimento da identidade negra e da luta contra o racismo, promovendo, assim, a elevação da autoestima, o autoconhecimento e a aceitação de sua cor e de sua ancestralidade.

O público-alvo dessa ação são as estudantes das Escolas de Ensino Fundamental da rede Municipal, da cidade de Aracati, que cursam o 8º e 9º ano, contemplando as turmas que estudam no turno da manhã. As atividades serão realizadas, inicialmente, na sala de áudio e vídeo da escola, onde serão exibidos alguns vídeos sobre a dança afro, acontecendo em seguida rodas de conversa a respeito do tema. Posteriormente, serão direcionadas à sala de dança para que as alunas possam praticar a dança.

1 Especialista em Educação Pobreza e Desigualdade Social (UFC).

2 Orientadora do EPDS-UFC e Mestre em Sociologia (UFC).

Utilizaremos em uma oficina alguns instrumentos específicos da cultura afro, como o atabaque (instrumento de percussão afro-brasileiro) e o berimbau (instrumento de corda de origem Angolana). As oficinas de dança ocorrerão durante dois meses, duas vezes por semana, às quartas-feiras, das 15:00h às 16:00h. A partir dessas experiências, contribuiremos para dar mais visibilidade à cultura afro e também ajudaremos a fortalecer a efetivação da Lei n.º 10.639/03, que torna obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, afirmando o estudo desse conteúdo no ambiente escolar.

A cultura afro possui caráter plural e nos oferece infinitas possibilidades para desenvolver a temática. Para a culminância do projeto teremos uma apresentação de dança afro protagonizada pelas alunas participantes, trabalhando a criação da coreografia e do próprio figurino, assim como a maquiagem.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Inúmeros são os motivos que impulsionam a realização desse projeto, entre eles a necessidade de tornar mais ativa as vivências da cultura afro-brasileira nas escolas escolhidas, almejando intensificar e dar mais visibilidade à temática. Como professora da rede municipal de ensino há quase 15 anos, observei que as ações que abordam os elementos da cultura negra são pontuais e insuficientes para darem conta da pluralidade e riqueza de tal cultura.

As atividades escolares que perpassam esse tema apenas se limitam a menções em datas comemorativas, como acontece, por exemplo, no Dia da Consciência Negra, na qual as escolas abordam por intermédio de poucas ações, a leitura de algum texto escolhido por professores ou coordenação em alusão à data. Com isso a necessidade de potencializar ações mais enérgicas fazem-se necessárias.

Outro fator que estimulou o projeto foi a observação e o próprio desabafo de algumas alunas negras nas escolas, nas quais relataram

muitas vezes sentirem-se feias e sem “coragem” de exibir os cabelos crespos, além de também afirmarem já terem sofrido preconceito por causa da cor da pele e do cabelo, deixando-as com baixa autoestima e sentindo-se desvalorizadas.

O silenciamento da cultura e da história Africana e a falta de vivências e experiências dos alunos acerca do tema resultam em muitas colocações preconceituosas dos mesmos. O processo histórico que escravizou e excluiu a população negra contribuiu para que suas manifestações culturais não alcançassem o mesmo valor simbólico de outras expressões, não tendo, por isso, a devida visibilidade e o reconhecimento dentro da nossa sociedade. Deve-se considerar, ademais, que os negros tiveram que negar sua própria religião, e o sincretismo religioso foi uma forma de continuar a cultuar seus “deuses”, posto que tudo que veio do negro foi desvalorizado, sendo considerado como algo inferior.

O projeto almeja desenvolver na cidade de Aracati uma parceria com adolescentes do 8º e 9º ano do Ensino Fundamental da rede Municipal cujo intuito é combater o preconceito. É válido ressaltar que uma boa parcela das alunas reside em áreas de risco e vivem em situação de pobreza ou pobreza extrema.

As poucas ações realizadas pelas escolas como forma de mobilizar e ampliar as discussões sobre a mulher negra nos apontam a necessidade da aplicação do projeto para que essa experiência possa proporcionar a toda comunidade educativa o conhecimento, a valorização e o empoderamento da mulher negra por meio da dança Africana. Apesar de termos uma lei que determina a inclusão do Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira nas instituições de ensino, ainda estamos longe de alcançar a realidade que desejamos, e são vários os motivos, como: a falta de interesse das próprias escolas em dar mais atenção ao tema ou até mesmo a falta de compromisso e preparação de alguns docentes para lecionar a temática. Jesus (2012) afirma:

Muitos profissionais desconhecem ou têm receio de trabalhar este conteúdo, por não estarem preparados para entrar no âmbito das discussões políticas, de preconceito social, racial e religioso, bem como, serem também fruto de um processo pedagógico que também os alijou desses conhecimentos. (JESUS, 2012, p. 5)

Dessa forma, a visibilização da cultura afro pode sugerir uma maneira da própria escola negligenciar tal discussão, levando as mulheres negras a vivenciar, silenciosamente, situações de racismo e preconceito sem que o problema venha ser combatido de forma eficaz. Direcionar o educador para apropriação dessa problemática significa inserir ações que resultem em conhecer e respeitar as diferenças, contribuindo para que barreiras e tabus possam ser superados.

Analisar a situação da mulher negra é perceber que ela já traz em seu corpo a história de seus ancestrais que viveram na condição de escravos, expostos a todo tipo de violência e condições precárias de vida. Esse processo de escravidão no Brasil fez com que o negro tivesse contato com várias outras culturas além da sua, uma enorme variedade cultural, uma vez que eles vieram de várias partes da África e assim acabaram fundindo os costumes e mesclaram sua cultura com outros aqui existentes.

Utilizar a linguagem corporal como objeto de comunicação facilitará a construção de novos saberes, assim como a socialização de todos os envolvidos. A dança afro poderá ainda proporcionar a compreensão da construção cultural da mulher negra e a subjetividade do educando. A infinidade de possibilidades que o corpo oferece levará o educando a situações de resgate de sua história e memórias e a novas criações.

JUSTIFICATIVA

As situações de racismo e discriminação parecem ainda muito presentes em nosso cotidiano, e as vivenciadas pelas mulheres negras não seria uma exceção. Compreendemos que a escola é um espaço significativo para promoção de ações que abordem a discussão sobre o racismo e a invisibilidade da cultura negra na sociedade, pois, a escola, como espaço legítimo de construção de conhecimento, pode se envolver e colaborar na luta contra o preconceito, assim como de promoção de cidadania e dignidade, atuando para romper barreiras e superar opiniões formadas pelo senso comum.

Ao longo dos séculos, a história da mulher é marcada por grandes desafios e conquistas, passando por épocas onde só eram vistas como meras reprodutoras. Del Priori (2000, p. 46) afirma que: “o corpo da mulher foi marcado pela opressão e submissão”. A autora aponta que os médicos consideravam o corpo feminino frágil. Afirma ainda que, em contrapartida, a mulher era vista como símbolo de beleza.

Del Priori (2000, p. 46) também descreve que: “a Igreja Católica tinha uma maior preocupação com a aparência das mulheres (modo de se vestir e agir). Na época do Brasil Colônia, havia um esforço para mantê-las dentro do matrimônio (monogâmico), na busca de construir famílias com base na moral cristã”. De acordo com as regras da religião, a sensualidade feminina deveria ser recatada, sua imagem não poderia gerar malícia, pois a mulher deveria preocupar-se somente com o cuidado dos afazeres da casa, do seu companheiro e de seus filhos.

Nota-se que um dos receios, tanto na perspectiva médica como religiosa, era de que a mulher tivesse acesso ao próprio corpo como fonte de autoconhecimento, prazer e poder. Várias foram as investidas sobre o corpo das mulheres para distanciá-las da consciência de que

o próprio corpo as pertencia. Resgatar essa apropriação e empoderamento sobre o próprio corpo é não só uma forma de autoconhecimento e reconstrução de uma identidade feminina e ancestral, mas também um meio de resistir contra as sucessivas formas de violência pelas quais passam as mulheres atualmente, sobretudo as mulheres negras, que, além da própria questão de gênero, são interpeladas pela representação de sua negritude (na cor da pele, no ondulado do cabelo, no formato dos lábios e nariz etc.).

O projeto aborda uma proposta de oficina de dança afro-brasileira, visto que se acredita que ações envolvendo a dança, a música e a cultura afro envolverão as mulheres negras das escolas, abordando a diversidade, as diferenças e as possíveis situações preconceituosas vivenciadas pelos alunos no espaço escolar.

A prática da dança ajuda a elevar a autoestima, alivia as tensões, contribui na construção da cidadania e facilita a formação de vínculos afetivos e auxilia na questão estética do corpo feminino, já que essa arte ajuda a mulher a gostar de si, se valorizar da maneira que é e a conhecer melhor o seu corpo, como coloca Moro (2004, p. 3): “Nossas emoções não existem apenas na mente, elas deixam marcas profundas, nos músculos, articulações e em toda nossa estrutura enquanto ser humano”. Os sentimentos são transmitidos através de nosso corpo, e a forma que nos movimentamos pode denunciar nosso estado emocional.

Mediante tantos benefícios que a dança pode trazer, buscarei estimular, nas oficinas de dança afro, práticas que favoreçam o bem-estar da mulher, partindo da referência do significado do seu corpo. Nogueira (1998, p. 78) afirma que: “a imagem do corpo é individual e estritamente ligada à história do sujeito”. Cada um carrega em seu corpo a sua história pessoal, e o corpo é capaz de repassar essa história sem que nenhuma palavra seja proferida.

OBJETIVO GERAL

Contribuir para a construção de uma identidade empoderada e positiva da mulher negra e da cultura afro como forma de fortalecer o enfrentamento ao racismo.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Valorizar a atuação da mulher negra na sociedade contemporânea;
- Estimular a construção de uma autoestima positiva da mulher negra;
- Contribuir para a autonomia e emancipação feminina;
- Promover reflexões e discussões sobre a cultura afro-brasileira;
- Auxiliar na promoção do respeito à diversidade cultural e étnica.

ATIVIDADES

A oficina será iniciada com uma roda de conversa na qual será abordada a temática afro, a fim de que eu possa observar os conhecimentos e opiniões dos alunos em relação à mulher negra e à cultura negra e, assim, entender como eles se sentem ao vivenciar de forma mais profunda essa discussão no espaço escolar. Nesse primeiro momento, aplicarei um questionário com o objetivo de compreender suas percepções e experiências no início do projeto.

Os momentos de prática corporais serão realizados em oficinas de dança afro-brasileira, destacando a dança afro como um dos elementos da cultura negra pertencente a uma esfera simbólica criada pelas comunidades afro, tais como: as práticas religiosas, os hábitos alimentares e a musicalidade. Farei uma rápida explanação sobre essa arte, explicando às adolescentes quais os benefícios dessa prática.

Em todas as aulas práticas, após a acolhida, seguiremos com um alongamento e aquecimento, estimulando a descoberta de movimentos corporais, chamando a atenção para que as mulheres utilizem

esse momento da aula para sentir e perceber como se movimentam seus corpos, quais articulações, músculos são acionados ao executar o movimento e quais as sensações ao se concentrar unicamente nos seus corpos.

Dando continuidade à aula, construiremos pequenas partituras coreográficas com os movimentos da dança afro, ao som de uma música percussiva. Apresentarei como sugestão que as educandas deixem-se levar pela melodia e experimentem executar os movimentos vivenciados de forma livre, para que possam aguçar a criatividade.

Faremos um momento no qual será exibido alguns vídeos de dança protagonizados por alguns bailarinos negros, assim como explanarei de forma sucinta a trajetória de vida artística de um dos principais nomes da dança afro-brasileira, a bailarina negra precursora Mercedes Batista, nascida em Campos dos Goyatacazes, Rio de Janeiro, a qual, segundo Melgaço (2007, p. 7) foi: “uma mulher negra que ousou almejar e galgar espaços novos numa sociedade discriminatória, esse fato significou a necessidade constante de superar obstáculos”. Além disso, realizaremos de uma oficina de turbantes, penteados afro e maquiagem para pele negra, objetivando provocar reflexões nas alunas em relação à beleza negra e aos costumes e tradições em seu modo de vestir, além de estimular seu empoderamento social e a autoestima, ao valorizar suas raízes.

Teremos um momento para falar abertamente sobre as questões de gênero. O propósito é que elas possam se sentir à vontade para relatar as possíveis experiências vividas sobre preconceito de gênero dentro ou fora da escola.

No intuito de dar visibilidade ao projeto, será criado, em parceria com as participantes, uma página no Facebook, a fim de mostrar a toda comunidade o passo a passo do projeto. Ademais, pretende-se que esta página seja um meio de disseminação de informações sobre a temática, com a publicação de textos e artigos. É importante,

aqui, destacar que essa ação incentivar a produção escrita dos participantes.

Trazendo a discussão do feminismo negro dentro do contexto musical contemporâneo, realizaremos uma oficina utilizando as músicas e os videoclipes e performances da cantora norte-americana feminista Beyoncé para apresentar as situações vivenciadas pela mulher negra e a importância do seu empoderamento. Será feito um convite a todos os participantes para juntas, analisarmos as mensagens transmitidas através das letras e coreografias da cantora.

Para fortalecer essa vivência, convidaremos para participar de uma das oficinas um arte-educador que trabalha com a capoeira e maculelê, o qual desenvolve toda a oficina com os instrumentos percussivos adequados, o que torna a experiência ainda mais rica, pois os alunos poderão apreciar as músicas e observar alguns instrumentos que compõem a música afro-brasileira.

Ao término dos ciclos das oficinas, pretendemos realizar uma culminância do projeto convidando toda a escola e a comunidade para prestigiar a apresentação da performance “Pretas: da cor do Brasil!”, com uma coreografia que será resultado das oficinas realizadas.

METODOLOGIA

A Oficina traz a proposta de atividades práticas-vivenciais como: dinâmica de grupo que envolva o tema em uma roda de conversa e prática corporal, explorada por algumas técnicas da dança afro.

Nas rodas de conversa e exibição de vídeos de dança afro, utilizaremos a sala audiovisual. Posteriormente, usaremos a sala de dança para a execução das aulas práticas, tudo isso com o apoio da escola onde se desenvolverá o projeto. As atividades serão direcionadas para os adolescentes que estejam regularmente matriculados e frequentando a escola, no 8º e 9º ano do ensino fundamental do

turno da manhã. Estipulamos a participação de 40 adolescentes na oficina. As Escolas escolhidas para a aplicação do projeto são: Colégio Municipal, E.E.F. São Marcelino Champagnat e E.E.F. Gercina Nepomuceno, localizadas na zona urbana do município de Aracati.

Para a construção da página na rede social utilizaremos a biblioteca multimídia da escola e receberemos apoio da equipe técnica de informática, composta por dois professores. Também utilizaremos a sala de audiovisual, que oferece recursos como computador, Datashow, microfone e caixa amplificadora, assim como a sala de dança da escola e os recursos disponíveis nela: som, caixa amplificadora e microfone. Também serão necessárias folhas de papel ofício e canetas para que os participantes realizem uma pequena avaliação no último dia da oficina. A oficina será realizada duas vezes por semana durante dois meses e cada aula terá duração de 1 hora.

Para Portinari (1988, p. 13): “a dança é uma das mais antigas artes. Desde a Antiguidade, a humanidade já tinha na expressão corporal uma forma de se comunicar”. Dançava-se para homenagear deuses e chefes, para treinar guerreiros e educar cidadãos. As práticas corporais estão ligadas à vida e ao cotidiano do homem. Segundo Le Breton (2007, p. 7), “antes de qualquer coisa a existência é corporal”. Ele acredita que surge do corpo os fundamentos que justificam a existência individual e coletiva.

Almeja-se utilizar as práticas corporais para conhecer a cultura negra no intuito, também, de promover um resgate cultural e promover a discussão da cultura afro-brasileira, além de contribuir para maior conhecimento sobre as danças ancestrais e desmistificar uma frase utilizada por alguns alunos nos corredores das escolas: “A dança afro é macumba”.

Destaca-se que a dança, além de ser uma prática lúdica e prazerosa e que também propicia a compreensão dos caminhos percorridos pela mulher negra e suas relações sociais, culturais, raciais, auxiliando para que ela passe a se reconhecer positivamente dentro do cenário contemporâneo e se veja como protagonista de sua própria história, através de um corpo livre, criativo e expressivo.

Acredita-se que seja necessário construir um espaço de aprendizado que oportunize a troca de saberes e que seja possível combater toda e qualquer prática de discriminação racial. A dança afro, em suas inúmeras perspectivas, carrega potencialidades de abordagens sobre a cultura afro-brasileira, trabalhando questões sobre as diferenças e desigualdades, além de contemplar os estímulos das habilidades corporais e cognitivas.

RESULTADOS ESPERADOS

A inserção deste projeto nas escolas poderá contribuir para a ampliação das discussões sobre a cultura afro-brasileira e do olhar para a mulher negra no espaço escolar, bem como no cenário contemporâneo, apresentar quais suas principais bandeiras de luta, os preconceitos e discriminações que sofrem (racial e de gênero). Assim, também poderá contribuir para uma construção positiva da identidade das mulheres negras, a fim de que esta busque se apropriar de sua cultura, empoderando-se para atuar no combate a todas as formas de discriminação racial, social, cultural no espaço escolar e na comunidade em que estão inseridas.

Salienta-se que o estudo da cultura negra através da dança contribuirá para que as educandas conheçam um pouco mais sobre a história de nossos ancestrais, facilitando a construção de sua identidade e autoestima. “Ao lado de algumas pesquisas relacionadas a esta temática que vem sendo propostas, nosso intuito agora é contribuir e fomentar novas reflexões, interrogações ou suscitar.” (MORO, 2004, p. 13).

AVALIAÇÃO

Pretende-se realizar a avaliação do projeto de forma documentada, mediante relatório sobre os processos, com anexo de fotos das oficinas. Além disso, acontecerá um momento avaliativo com as alunas participantes e outro com as equipes técnicas das escolas (coordenador pedagógico, coordenador disciplinar e direção).

CRONOGRAMA DAS ATIVIDADES

AÇÕES	MÊS 1	MÊS 2	MÊS 3	MÊS 4
Construção do Projeto	X			
Articulação - Viabilizar arte-educador e espaço físico para as oficinas	X			
Divulgação do Projeto. Inscrições		X		
Aplicação do Projeto		X	X	
Apresentação da performance: “Preta: da cor do Brasil”				X
Avaliação				X

REFERÊNCIAS

- DEL PRIORI, Mary. *História das mulheres no Brasil*. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2004.
- JESUS, Jaqueline Gomes. *Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos*. Brasília, 2012.
- LE BRETON, David. *A sociologia do corpo*. 2. ed. Tradução de Sonia M. S. Fuhrmann. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.
- MELGAÇO, Paulo. *Mercedes Baptista - A criação da identidade negra na dança*. Goiânia, 2007.
- MORO, E. A dança do ventre como instrumento na psicoterapia corporal para mulheres. In: Convenção Brasil Latino América, Congresso brasileiro e encontro paranaense de psicoterapias corporais. 1., 4., 9., Foz do Iguaçu. *Anais...* Centro Reichiano, 2004. CD-ROM.

NOGUEIRA, Isildinha Baptista. *Significações do corpo negro*. Universidade de São Paulo, 1998.

PORTINARI, Maribel. *História da Dança*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989.



PROJETO DE INTERVENÇÃO: A VALORIZAÇÃO DA CULTURA AFRO-BRASILEIRA E AFRODESCENDENTE

Ana Luíza de Oliveira Castro¹
Carlos Vinícius Frota de Albuquerque²

TEMA E RESUMO

O presente projeto de intervenção “A valorização da cultura afro-brasileira e afrodescendente”, será realizado no ano letivo de 2018, com os alunos do 5º ano da Escola de Ensino Fundamental Raimundo dos Santos Lessa, localizada em Ocara-CE. Surgiu como proposta de trabalho do Curso de Especialização em Educação, Pobreza e Desigualdade Social (EPDS), tem como objetivo reduzir o preconceito e a discriminação racial, reaver a identidade cultural do Brasil e enaltecer a importância da cultura negra na constituição da sociedade brasileira. A metodologia utilizada será uma pesquisa bibliográfica, de natureza qualitativa. Será feita uma pesquisa-ação, em campo, no qual serão proporcionadas situações didáticas de ação/reflexão/ação, onde os educandos possam refletir criticamente sobre a importância da cultura afro-brasileira e afrodescendente. Quanto à avaliação esta será diagnóstica, processual e contínua. Diante dessa realidade, o desenvolvimento desse projeto é de fundamental importância para que os educandos possam compreender nossa identidade cultural, tendo a África como berço da nossa civilização. Espera-se

1 Especialista em Educação Pobreza e Desigualdade Social (UFC).

2 Orientador do EPDS-UFC e Mestre em Sociologia (UFC).

com esse projeto obter resultados satisfatórios, onde os alunos possam reconhecer a importância dos povos negros para a construção da identidade cultural do Brasil.

CONTEXTUALIZAÇÃO

A Escola de Ensino Fundamental Raimundo dos Santos Lessa pertence à Rede Municipal de Ensino da cidade de Ocara-CE e está situada na Rua Antonio Paulino, S/Nº, bairro Boa Esperança, Zona Rural, CEP 62.755-000. Tem, na composição do Núcleo Gestor, como diretor escolar o professor Gil Célio Cavalcante, como coordenadora pedagógica, a professora Maria Alfresa da Silva Lopes, e o secretário escolar, Francisco Robério da Silva. Na composição técnica e docente, conta com 9 professores e 4 auxiliares de serviços gerais, totalizando 16 funcionários. Todos os docentes são graduados em Pedagogia, sendo 5 especialistas em Educação, dentre os demais funcionários 7 são graduados, 3 têm nível médio e 1 tem nível fundamental.

A EEF Raimundo dos Santos Lessa funciona durante os turnos manhã e tarde, das 7 h às 11 h e das 13 h às 17 h. Atualmente conta com 86 alunos, com idade entre 6 e 15 anos, distribuídos em 5 turmas do 1º ao 5º ano do ensino fundamental. Esses alunos são advindos do próprio bairro e de localidades vizinhas como Assentamento Novas Vidas, Asneira e Balança.

A escola possui 03 salas de aulas, 01 sala de professores, 01 cantina, 01 diretoria, 01 brinquedoteca, 02 banheiros, 01 sala do Atendimento Educacional Especializado e pátio coberto. Com relação à estrutura física e sanitária, infelizmente está bastante precária, pois não tem pátio para as crianças brincarem, não tem espaço para práticas esportivas, não tem pia nos sanitários, as salas de aula não são climatizadas e também são pouco iluminadas, porém é um ambiente muito acolhedor e cheio de bons profissionais.

No tocante à classe social das famílias dos educandos, podemos classificar como pertencentes à pobreza e pobreza extrema, pois economicamente vivem da agricultura, de bicos na construção civil (servente e pedreiro), da venda de produtos recicláveis (coletados no lixão de Ocara) e dos benefícios federais. Hoje de acordo com o formulário do Programa Bolsa Família, nesta escola mais de 70% das crianças são beneficiárias desse programa.

Devido às condições financeiras, infelizmente observamos que uma parcela significativa desses educandos já está exposta ao trabalho infantil, e desde muito cedo já é possível encontrá-los vendendo verdura no centro de Ocara e também coletando materiais recicláveis no lixão, para assim complementarem a renda de suas famílias.

Ao analisarmos a ficha de matrícula escolar, constatamos que embora a escola tenha uma parcela de alunos negros, em especial na turma do 5º ano, apenas um aluno é declarado pela família como negro, a maioria dos alunos são declarados pardos. Isso acontece porque aqui no Brasil as próprias pessoas declaram sua cor e sua raça, e muitos negros mais claros acabam se declarando pardos³. Diante disso, é possível inferir que o preconceito dos alunos é herdado dos próprios pais.

Dentre os problemas enfrentados pela escola, está o preconceito e a discriminação racial, problema este que compromete a autoestima e a saúde emocional das crianças e dos adolescentes. Diante dessa problemática, apresentamos o projeto de intervenção com o tema “A valorização da cultura afro-brasileira e afrodescendente”, que será realizado na turma do 5º ano, que contém 20 alunos, com idades entre 10 e 12 anos, idade onde as diferenças ficam mais notórias e dessa forma precisam ser trabalhadas não como fator de exclusão social, mas, sobretudo de valorização das diferenças.

3 O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE estabelece que são compreendidos como negras as pessoas que se reconhecem pretas e pardas, ou seja, os negros são a somatória dos que se autodeclararam negros e pardos (OLIVEIRA, 2004).

JUSTIFICATIVA

Em pleno século XXI, o preconceito e a discriminação racial ainda representam uma triste realidade presente na sociedade brasileira. Diuturnamente, os negros são discriminados e excluídos na sociedade. E a escola, como parte dessa, acaba sendo palco dessas práticas preconceituosas e muitas vezes até ajudando a fortalecer o preconceito racial.

Esse projeto de intervenção surgiu da necessidade de reduzir o preconceito e a discriminação racial, buscar a identidade cultural do Brasil e enaltecer a importância da cultura negra para a constituição da nossa sociedade, a fim de desenvolver uma cultura de respeito e valorização das diferenças na escola, por ela ser um espaço de pluralidade cultural, onde cada aluno traz consigo uma singularidade que deve ser respeitada. Dessa forma, a escola deve ter seu currículo voltado para a valorização da cultura negra e desconstrução de preconceito.

Julgamos necessário promover, dentro da escola, ações que conscientizem os educandos sobre a importância dos negros para a construção da identidade do povo brasileiro, onde os alunos possam também refletir sobre o preconceito e discriminação que os negros sofreram ao longo da história do Brasil e que ainda continuam sofrendo.

Diante disso, percebemos a importância da educação na conscientização dos educandos, no rompimento das barreiras atitudinais que impedem a plena realização dos indivíduos negros, pois o preconceito racial é fator de exclusão social, deixando marcas que prejudicam o indivíduo na sociedade.

A escola, dessa forma, tem papel fundamental na disseminação da cultura do respeito e valorização das diferenças, daí decorre a fundamental importância desse projeto dentro do ambiente escolar.

OBJETIVOS:

Geral

- Reduzir o preconceito e a discriminação racial percebida entre os alunos do 5º ano da EEF Raimundo dos Santos Lessa.

Específicos

- Proporcionar aos educandos uma educação voltada à valorização da cultura negra, conscientizando-os sobre a importância dos negros para a constituição e identidade da nação brasileira,
- Apresentar aos educandos a história da africanidade no Brasil;
- Estimular o contato dos alunos com elementos de socialização como capoeira, danças narrativas e contos afro-brasileiros;
- Promover discussões sobre o preconceito racial e a discriminação existente no Brasil e no mundo;
- Mostrar aos educandos através de atividades, as diversas influências africanas presentes em nossa sociedade, tais como, na linguagem, religião, vestimenta, alimentação e manifestações artísticas, desconstruindo o preconceito relativo à cultura africana;
- Mostrar aos educandos a história dos heróis que lutaram pela igualdade racial em nosso país (Zumbi dos Palmares, Machado de Assis, Aleijadinho, Lima Barreto, Dragão do Mar, Carolina de Jesus, Dandara, Antonieta de Barros);
- Buscar a autoestima das crianças e adolescentes afro-brasileiros e afro-descendentes.

ATIVIDADES

- 1º passo: Conversa com o núcleo gestor sobre o projeto a ser desenvolvido;
- 2º passo: Apresentação do projeto para o professor da disciplina de História do 5º ano;
- 3º passo: Realizar adaptações das atividades a serem desenvolvidas durante o projeto de acordo com as sugestões do professor de História da turma;
- 4º passo: Conversa com o público alvo (20 alunos do 5º ano);
- 5º passo: Desenvolvimento das atividades do projeto em sala de aula, durante 8 aulas da disciplina de História, de acordo com a ordem a seguir:

1ª aula

- Tema: A história da africanidade no Brasil.
- Metodologia: Apresentação do vídeo sobre a colonização. Roda de conversa sobre o vídeo. Atividade: escrita e/ou desenho do que mais chamou atenção no vídeo. Após a atividade, cada aluno decide se deseja compartilhar com o restante da turma.

2ª aula

- Tema: Racismo e preconceito.
- Metodologia: Apresentação do vídeo “Vista minha pele”. Roda de conversa sobre o preconceito e discriminação. Atividade: escrita e/ou desenho sobre o preconceito racial. Após o cumprimento da atividade, cada aluno decide se deseja compartilhar com o restante da turma.

3ª aula

- Tema: Influências africanas na sociedade brasileira
- Metodologia: Roda de conversa: Quais as influências dos povos africanos estão presentes em nossa sociedade? Vídeo sobre as influências africanas.
- Divisão da turma em 4 equipes de 5 alunos. Cada equipe ficará responsável por uma das seguintes atividades:
 - Confecção de um dicionário de palavras de origens africanas;
 - Confecção de máscaras africanas;
 - Confecção de um cartaz com as influências africanas na alimentação, religião e vestimentas;
 - Apresentação de uma influência artística (dança).

Após o cumprimento da atividade, cada equipe irá apresentá-la para o restante da turma.

4ª aula

- Tema: História dos heróis negros que lutaram pela igualdade racial no Brasil (Zumbi dos Palmares, Machado de Assis, Aleijadinho, Lima Barreto, Dragão do Mar, Carolina de Jesus, Dandara, Antonieta de Barros, etc.).

- Metodologia: Exposição de slides com foto, vida e influência dos heróis negros que lutaram pela igualdade racial; leitura do livro paradidático: “O Dragão do Mar”; conversa sobre o material exposto; divisão das equipes; confecção de cartazes sobre os heróis que lhes chamaram mais atenção. Após o cumprimento da atividade, cada equipe irá apresentá-la para o restante da turma.

5ª aula

- Tema: Palestra sobre os desafios enfrentados pelos negros no Brasil e no mundo e como resgatar a autoestima das crianças e adolescentes negros.
- Metodologia: Palestra com alunos africanos da Universidade da Integração Internacional Lusofonia Afro-Brasileira-UNILAB.

6ª aula

- Tema: Visita ao museu
- Metodologia: Visita ao Museu Senzala Negro Liberto, localizado em Redenção-CE. Fazer registros fotográficos das imagens que mais lhes chamarem atenção. Diário de bordo: Fazer uma redação com ilustrações sobre as sensações obtidas durante a visita ao museu.

7ª aula

- Tema: Consolidação dos conhecimentos adquiridos durante o projeto.
- Metodologia: Roda de conversa. Divisão da turma em 4 grupos de 5 alunos, onde cada grupo ficará responsável por desenvolver uma das seguintes atividades: paródia, poesia, redação e dramatização. Após o cumprimento da atividade, cada equipe irá apresentá-la para o restante da turma.

8ª aula (culminância do projeto)

- Tema: Amostra Cultural da cultura afro-brasileira e afrodescendente
- Metodologia: Exposição da Amostra cultural da valorização da cultura afro-brasileira e afrodescendente. Na ocasião serão apresentados para a comunidade docente e discente da EEF Raimundo dos Santos Lessa, os trabalhos desenvolvidos em sala: portfólio com exposição de fotos da viagem ao museu, redação, desenhos, máscaras africanas, além de feira cultural com apresentação de comidas típicas africanas, paródias, poesias, peça teatral sobre a cultura afro e escolha da beleza negra da escola.

METODOLOGIA

Esse projeto de intervenção busca proporcionar aos educandos uma compreensão sobre a identidade cultural do povo brasileiro, reconhecendo África como o berço da civilização.

A metodologia utilizada será uma pesquisa bibliográfica, com leitura de diversos textos dos principais autores que escreveram sobre o tema. De natureza qualitativa, será realizada uma pesquisa de campo, para que possamos averiguar de forma empírica a postura dos alunos ante o tema proposto. O projeto de intervenção terá duração de 8 semanas e será realizado pelos alunos do 5º ano da EEF Raimundo dos Santos Lessa.

Serão realizadas aulas expositivas, com apresentação de vídeos, slides, leitura de livros paradidáticos e rodas de conversa para refletir e discutir sobre os temas propostos. Para alcançar os objetivos sugeridos para cada aula, serão realizadas atividades dirigidas e também uma atividade avaliativa, que será recolhida e guardada para compor o portfólio a ser exposto na ocasião de encerramento das atividades desenvolvidas no projeto (apresentação das atividades realizadas em sala, para a comunidade escolar).

A culminância do projeto acontecerá no pátio da escola, com a exposição da Amostra cultural da valorização da cultura afro-brasileira e afrodescendente, para os convidados discentes, docentes e núcleo gestor da escola. Nessa ocasião, os alunos da turma do 5º ano (público-alvo do projeto), sob a supervisão e orientação do seu idealizador e do professor de História da turma, irão compartilhar os conhecimentos adquiridos, ou seja, apresentar os trabalhos realizados em sala de aula.

Em varais, serão expostos os portfólios com desenhos, redações, poesias, paródias, dicionário de palavras africanas, máscaras africanas, fotos da viagem ao museu, etc.

Será escolhida, pelo idealizador do projeto, uma poesia e uma redação para ser lida e declamada para todos. Serão apresentadas comidas típicas, uma peça teatral sobre a cultura afro, uma dança africana e um desfile para escolher a beleza negra da escola.

Esse projeto contará com o apoio do núcleo gestor da escola, docente da disciplina de história do 5º ano, Prefeitura Municipal de Ocara e UNILAB. O núcleo gestor dará apoio e disponibilizará o material a ser utilizado durante as atividades realizadas em sala de aula. O professor de História participará ativamente das atividades. A Prefeitura Municipal de Ocara disponibilizará um ônibus para levar alunos, professor de História e idealizador do projeto, para conhecer o museu Senzala Negro Liberto, localizado em Redenção-CE. A UNILAB será responsável por enviar alguns de seus alunos africanos para ministrar uma palestra na EEF Raimundo dos Santos Lessa, em Ocara-CE.

Para realização do presente projeto serão necessários os seguintes materiais: 01 aparelho de TV e 01 DVD, 05 cd's, 01 datashow, 01 aparelho de som, Internet, 01 notebook, 01 câmera fotográfica, 01 microfone, 10 cartolinas, 3 caixas de tinta guache, 20 tesoura, 04 cola, 1 resmas de papel A4, 20 canetas, 20 borrachas, 10 livros didáticos e 10 paradidáticos, 50 jornais, 20 pincéis, 05 filmes, 10 vídeos, 20 revistas, entre outros.

RESULTADOS ESPERADOS

Esperamos, ao final da realização desse projeto de intervenção, que 80% dos educandos tenham compreendido a importância dos povos negros para a constituição da sociedade brasileira; 80% sejam capazes de identificar as diferentes influências africanas presentes no nosso dia-a-dia; 80% valorizem a história dos heróis negros que lutaram pela igualdade racial no Brasil; 70% das crianças e adolescentes negros pertencentes a esta turma possam ter sua autoestima

elevada e 80% se tornem cidadãos mais conscientes e críticos, e que, sobretudo, sintam-se mobilizados a se engajarem na luta contra o preconceito e a discriminação racial.

AVALIAÇÃO

Avaliar faz parte do processo de ensino/aprendizagem. Para Abreu e Masetto (apud Santos, 2005, p. 23) a avaliação deve:

Estar relacionada com a aprendizagem; ser pensado, planejado e realizado de forma coerente e conseqüentemente com os objetivos propostos para aprendizagem; ser contínuo, para acompanhar o processo de aprendizagem; permitir um contínuo reiniciar do processo de aprendizagem; estar voltado para o desempenho do aluno; incidir, também, sobre o professor e o plano de ensino; exigir observação e registro por parte do professor e do aluno; conter tanto a avaliação feita por outros, como auto-avaliação.

Diante disso, podemos perceber que a avaliação não deve estar voltada apenas para a aplicação de provas e testes, mas também devemos levar em conta os aspectos qualitativos da aprendizagem.

A avaliação desse projeto de intervenção ocorrerá de forma diagnóstica, processual e contínua, através de observação, envolvimento e participação dos alunos durante as atividades propostas. Essa observação do desenvolvimento dos alunos permitirá repensar sobre as atividades já planejadas, sobre a realização de novas atividades, da necessidade de retomar algum conteúdo e de utilizar novas estratégias de aprendizagem. Dessa forma, ao final de cada uma das 8 aulas propostas, será realizada uma atividade avaliativa (poesia, paródia, redação, apresentação de danças, confecção de dicionário de palavras africanas, confecção de cartazes e de máscaras africanas, etc.), a fim de qualificar a aprendizagem dos alunos sobre os

temas estudados, bem como avaliar se a metodologia utilizada está propiciando o alcance dos objetivos propostos.

CRONOGRAMA

PERÍODO	AÇÃO	RESPONSÁVEL
De 10 a 20 de janeiro de 2018	Pesquisa bibliográfica	Idealizador
De 21 a 31 de janeiro de 2018	Construção do projeto	Idealizador
Dia 01 de fevereiro de 2018	Visita a EEF Raimundo dos Santos Lessa para apresentar o projeto para os gestores.	Idealizador
Dia 02 de fevereiro de 2018	Apresentação do projeto para o professor de história do 5º ano	Idealizador
De 05 a 09 de fevereiro de 2018	Realização das adaptações das atividades a serem desenvolvidas em sala, de acordo com as sugestões do professor de história da turma.	Idealizador e professor da disciplina de história do 5º ano
Dia 15 de fevereiro de 2018	Abertura do projeto de intervenção – conversa com os alunos do 5º ano sobre o projeto	Idealizador
Dia 19 de fevereiro de 2018	Início das atividades do projeto em sala de aula	Idealizador
De 19/02/18 a 13/04/18	Desenvolvimento das atividades	Idealizador, professor de história da turma, gestores, Secretaria da Educação e UNILAB.
Dia 20/04/18	Culminância do Projeto: amostra cultural da valorização da cultura afro-brasileira e afrodescendente	Idealizador, professor de história e alunos do 5º ano
De 05/02/18 a 20/04/18	Avaliação do projeto	Idealizador

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.
- _____. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL. *Parâmetros Curriculares Nacionais: Pluralidade Cultural e Orientação Sexual*. Brasília: MEC/SEF, 1997.
- _____. Ministério da Educação. *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana*. Brasília: outubro de 2004.
- GIL, Antonio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6.ed. São Paulo: Editora Atlas S.A., 2008.
- GONÇALVES, Fabiane Lucimar da Cunha. *Preconceito e Discriminação: a Fomentação Profissional dos Educadores da Escola Estadual de Ensino Fundamental Presidente Castelo Branco*. Disponível em: <<http://meuartigo.brasilecola.uol.com.br/educacao/o-papel-escola-na-desconstrucao-racismo-preconceito.htm>>. Acesso em 07 ago. 2017.
- MENDONÇA, Erasto Fortes. *Módulo II: Pobreza, Direitos Humanos, Justiça e Educação*. In: BRASIL. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão – SECADI. Ministério da Educação. Brasília, DF, 2015. Disponível em: <http://egpbf.mec.gov.br/#mod>>. Acesso em: 10 ago. 2017
- SANTOS, C. R. et. al. *Avaliação Educacional: um olhar reflexivo sobre sua prática*. São Paulo: Editora Avercamp, 2005.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ. Biblioteca Universitária. *Guia de normalização de trabalhos acadêmicos da Universidade Federal do Ceará*. Fortaleza, 2013.

DESCONSTRUINDO A VISÃO MORALISTA DA POBREZA: NOVAS CONCEPÇÕES IDENTITÁRIAS EM HORIZONTE-CE

Maria Mônica Ramos de Melo¹
Raquel Guimarães Mesquita²

Esse projeto tem a finalidade de sensibilizar os professores de uma escola pública, situada no Município de Horizonte - CE, de modo a proporcionar discussões sobre novas formas de se pensar e compreender a pobreza, tendo em vista a necessidade de buscar meios de combatê-la. Percebemos que há uma visão moralista sobre a pobreza e que através dela foram construídos e reproduzidos historicamente sentidos/significados que negativam o “ser pobre” e o associa com a falta de valores humanos e morais, culpabilizando os pobres pela sua própria situação. Tendo como objetivo desconstruir essa visão que enxerga a pobreza somente sob um aspecto moralizante e não busca entender outras dimensões dessa situação (em sua amplitude econômica, política e social) é que se busca nesse projeto promover com os educadores discussões em torno dessa temática como forma de tensionar o currículo formal que não a contempla. O projeto será desenvolvido por meio de estudos teóricos e atividades de reflexão-ação, buscando compreender como são vistos os sujeitos pobres no contexto escolar. Percebemos que há uma necessidade de desmitificar a construção do significado do “ser pobre”, compreendendo, claro,

1 Especialista em Educação Pobreza e Desigualdade Social (UFC) e licenciatura em Letras (UECE).

2 Orientadora do EPDS-UFC e Mestre em Sociologia (UFC).

os limites da escola e salientando a importância de políticas públicas que garantam o acesso a direitos fundamentais.

PROBLEMATIZAÇÃO

O projeto aqui apresentado busca sensibilizar o corpo docente de uma escola da rede municipal de ensino, tendo em vista que o discurso moralizante sobre a pobreza ainda é reproduzido em nossa sociedade. Este projeto busca enxergar o “ser pobre” como sujeito de direito, a partir da desconstrução de significados que rotulam os pobres.

A escolha dessa temática se deu em virtude de minha participação em um projeto de pesquisa onde fui bolsista de iniciação científica, ainda na graduação em Letras (pela Universidade Estadual do Ceará-UECE). Foi em virtude de ter participado deste projeto que despertei o interesse por compreender o processo de produção e reprodução das chamadas minorias sociais (pobres, mulheres, dentre outras). Além disso, o curso de Letras me proporcionou a busca pela investigação da construção dos sentidos/significados construídos culturalmente e na oportunidade do Curso de Especialização Educação, Pobreza e Desigualdade Social, ao estudar sobre a visão moralista da pobreza, me veio a ideia de construir um projeto de intervenção nessa temática, pois percebi que nas escolas ainda há, por parte dos profissionais que lá atuam, uma perspectiva que reproduz uma visão moralista da pobreza, que culpabiliza os pobres pela situação de pobreza. Para que haja uma mudança de percepção e de postura, acredita-se que é preciso saber unificar o conhecimento formal da escola com as vivências cotidianas dos educandos, inclusive as vivências de pobreza. É nesse sentido que propomos este projeto, onde pretendemos discutir com os profissionais que atuam em uma determinada escola pública a temática da pobreza por um ângulo multifacetado (econômico, político e social), de modo a possibilitar

uma compreensão mais complexa sobre a temática e articulando a dimensão da pobreza com a própria escola e com os sujeitos que dela participam. Também discutiremos qual o papel da educação no que se refere à garantia de direitos básicos à sobrevivência humana, englobando as minorias sociais (pobre, negro, índio, mulheres, LGBTQ, entre outros) como sujeitos de direitos.

O público que a escola em questão atende são famílias pobres e a maioria delas está incluída no Programa Bolsa Família, que constitui muitas vezes a única fonte de renda da família. Com relação à forma de tratar o público, alguns profissionais carregam marcas de uma cultura preconceituosa, estando presente em algumas falas a ideia de que a pobreza se restringe a uma questão moral. Outro ponto que deve ser destacado diz respeito às falas de alguns docentes que criticam o Programa Bolsa Família, os quais afirmam que o Programa deveria ser reformulado, pois só leva em conta a frequência escolar e oferece apenas uma bolsa. Com essa visão sobre a pobreza, os professores não percebem que este Programa visa à garantia dos direitos essenciais à vida, tais como alimentação e saúde.

É essa visão moralista que mascara as causas da pobreza, que culpa o pobre por sua condição e é essa concepção sobre o “ser pobre” que pretendemos desconstruir. Sabemos que nossa cultura reproduz ideias que reforçam essa visão, bem como a mídia, que também reproduz em suas falas concepções que identificam os pobres como ausentes de valores. Além disso, a imagem da pobreza é reforçada ao associá-la à violência, ao crime e ao consumo e vendas de drogas. Todas essas representações são uma forma de colocar a responsabilidade de ser pobre nos próprios pobres. Um caminho que se aponta para romper com esse ciclo é o acesso à educação. Sabemos, porém, que para minimizar ou erradicar a pobreza é necessário muito mais do que práticas pedagógicas. Sem a implementação e o monitoramento de políticas públicas se torna impossível mudar essa realidade.

É com este intuito que trago a proposta de discutir em rodas de conversas esta temática, considerando que os docentes precisam entender as reais causas da pobreza, compreender os pobres como sujeitos de direitos e serem capazes de desenvolverem senso crítico para poder lutar pela construção de um mundo mais justo e democrático.

JUSTIFICATIVA

Este projeto surge da necessidade de se repensar a postura dos professores no tocante a compreensão da condição de pobreza dos alunos de uma determinada escola pública, visto que foi observada uma perspectiva moralista por parte de alguns profissionais do corpo docente da referida escola que acabam, em suas falas e posturas, reincidindo no imaginário de que o pobre é pobre, pois não tem força e valores morais suficientes para romper com a situação de pobreza.

Por este motivo, compreendemos que se faz necessário sensibilizar os professores no que se refere ao estudo da temática em questão. É importante entender de que modo os docentes lidam com a pobreza e com as desigualdades sociais dentro e fora das salas de aulas. Para buscar transformar a postura dos professores, é necessário inicialmente conhecer a realidade e é partindo deste pressuposto que busco a mudança em algumas formas de enxergar a pobreza, pois percebemos que esta temática não é trabalhada nas escolas do modo mais indicado, ao passo que não enxerga o aluno pobre como um sujeito de direito. O que a escola tem dito em suas falas são questões que rotulam esses seres humanos, taxando-os de “preguiçosos, burros”, alegando que esses alunos não conseguem aprender porque não se esforçam. Desse modo, não se considera os fatores externos que interferem diretamente na vida deles, por exemplo, a pobreza.

Diante disso, foi pensado um projeto que visa à desconstrução de falas e práticas que acabam por negatizar o sujeito pobre (reforçando a imagem negativa que a mídia divulga sobre o “ser pobre”). Considerando que o público que a escola atende está em situação de pobreza e que desejamos que todos sejam vistos como sujeitos de direitos, tentamos fazer com que os professores entendam a pobreza a partir de suas causas e seu processo de reprodução. É com este intuito que a proposta de se discutir em rodas de conversas esta temática é apresentada, considerando que os docentes são mediadores de conhecimento na escola e que são figuras chaves para a construção de uma educação que pensa questões relacionadas aos direitos humanos. Nesse sentido, eles - professores - também precisam entender as reais causas da pobreza, compreender-se como sujeitos de direitos e serem capazes de terem um senso crítico para poder lutar pela construção de um mundo mais justo e democrático.

OBJETIVOS

Geral:

- Sensibilizar os docentes da rede pública de ensino de uma determinada escola, objetivando a desconstrução da visão moralista sobre a pobreza e as desigualdades sociais.

Específicos:

- Diagnosticar como o fenômeno da pobreza é compreendido pelos professores;
- Sensibilizar os professores da escola que foi feita a observação e refletir sobre as múltiplas facetas da pobreza;
- Discutir com os professores envolvidos no projeto o processo histórico de produção e reprodução de pobreza;
- Construir uma educação que enxergue o sujeito pobre e as minorias como sujeitos de direitos.

ATIVIDADES

As atividades ocorrerão em quatro dias sucessivos por um período de aproximadamente duas horas cada dia. O primeiro dia, previsto para 22/01/18, se dará com a reunião de todos os professores na sala de planejamento e em seguida será feita a acolhida. Na oportunidade, será trabalhado o texto *Borboletas*, de Mário Quintana, o qual contempla a ideia de que é necessário um cuidado com a escola e com seus sujeitos de modo que eles gostem de estar na instituição. Depois, farei uma breve apresentação do projeto e, em seguida, haverá a exibição de um vídeo que guiará nosso primeiro momento de reflexão (o vídeo a ser utilizado será uma entrevista do prof. Miguel Arroyo). Com esse momento, buscamos diagnosticar como os docentes compreendem a pobreza. Aqui será feita uma roda de conversa para que possamos compreender a forma como eles enxergam a pobreza. Depois, será trabalhado um trecho do livro “Vidas Secas”, de Graciliano Ramos. Depois da leitura, será solicitado que cada professor anote o que mais lhe chamou a atenção quanto à pobreza dos personagens e as causas desta situação. Aqui o objetivo é sensibilizar os docentes quanto às vivências de pobreza e suas múltiplas faces.

No segundo dia, proposto para 23/01/18, haverá a exibição do documentário Severinas e será feita uma roda de conversa para discutir oralmente e se fazer um paralelo entre o trecho de Vidas Secas e o documentário, tecendo comentários sobre os personagens e seu processo histórico, observando a época em que ambas as obras foram produzidas. Desse modo, buscamos entender a pobreza a partir do processo histórico.

No terceiro dia, previsto para 24/01/18, será construído um breve memorial, onde cada membro irá fazer um pequeno texto que resgate alguma vivência de pobreza em sua vida. Em seguida, haverá uma dinâmica onde os memoriais são todos misturados em uma cesta e cada membro irá lê um texto e falar se já vivenciou algo parecido.

No quarto e último dia, proposto para 25/01/18, os professores irão fazer uma reflexão na roda de conversa sobre a forma que eles acham que é mais indicada para trabalhar o assunto em sala de aula. E para finalizar, será feito um plano de aula que objetive trabalhar a pobreza e as desigualdades sociais, incluindo a temática dentro do conteúdo que está sendo trabalhado, visando à reflexão e a compreensão dos pobres como sujeitos de direitos.

METODOLOGIA

O projeto trabalhará com múltiplas linguagens: vídeo, literatura, produção textual. Essas linguagens trarão perspectivas sobre a pobreza e embasarão a roda de conversa e a própria explanação da facilitadora.

A intenção é que o projeto seja executado no mês de janeiro de 2018, a partir de rodas de conversas que acontecerão preferencialmente na própria escola com todos os docentes da referida instituição. As rodas de conversas acontecerão em quatro encontros (de 22 a 25/01/18) com duração em média de 2:30h de duração a partir das 16:00h. No primeiro encontro, utilizarei cópias, data show, caixa de som, telão, notebook. No segundo e no terceiro serão utilizados os mesmos materiais do primeiro encontro. No quarto encontro, será usado papel ofício, caneta e cesta.

RESULTADOS ESPERADOS

A partir do desenvolvimento do projeto, esperamos sensibilizar os docentes desta escola para que estes profissionais entendam a pobreza e as desigualdades sociais a partir do contexto histórico, político, econômico e social e compreendam sua produção e reprodução, tendo um olhar para as suas práticas e vivências de pobreza em sala de aula.

Pretendemos também com que esses professores tenham um novo olhar para essa temática e objetivem formar pessoas capazes de dialogar criticamente sobre a construção do significado do ser pobre e os compreendam como sujeitos de direitos. Por isso que a proposta deste projeto é desmistificar a visão moralizante da pobreza e compreender suas múltiplas faces.

Enfim, como o público que a escola atende são sujeitos que estão em situação de pobreza e a maioria deles não têm os seus direitos respeitados, esperamos que este projeto fomente no corpo docente da instituição citada acima uma concepção sobre a pobreza que não esteja associada somente à falta de valores humanos tais como respeito, honestidade, fraternidade, amizade, dentre outros e sim aos fatores que produz e reproduz o ciclo da pobreza como, por exemplo, a má distribuição de renda.

AVALIAÇÃO

A avaliação será feita por um comparativo de antes e depois do projeto com algumas perguntas chaves a serem respondidas pelos professores no último dia do projeto. Através destas perguntas, iremos verificar se os objetivos foram atingidos e se resultados foram alcançados.

Pretendemos, através das rodas de conversas, que os professores reflitam sobre a visão moralizante da pobreza, notem que a temática quase não é estudada em sala de aula, compreendam que há uma visão construída culturalmente que negativa os sujeitos pobres e que percebam que a mídia reforça a ideia dos pobres serem enxergados como preguiçosos e bandidos, notando a importância dessa desconstrução.

Enfim, com a realização das rodas de conversas buscamos fazer com que os participantes compreendam que é em prol da construção de um mundo mais justo e democrático que pretendemos romper

com essa visão moralista da pobreza a qual mascara a realidade vivenciada por milhões de pessoas que estão em situação de pobreza ou pobreza extrema.

CRONOGRAMA

Atividade	Data da realização	Horário de início	Horário de término
Organização do material	15 e 16/01/2018	16:00h	18:30h
Exposição do calendário	17/01/2018	16:00h	16:05h
Início da realização das rodas de conversa	22/01/2018	16:00h	18:30h
Acolhida	22/01/2018	16:00h	16:10h
Apresentação do Curso de Especialização	22/01/2018	16:10h	16:20h
Exibição e reflexão do vídeo do Arroyo – Romper com concepções de educação corretivas e moralizantes.	22/01/2018	16:20h	16:40h
Leitura do trecho de vidas secas e escrita das observações feita pelo público da roda de conversa.	22/01/2018	16:40h	18:30h
Exibição do documentário Severinas.	23/01/2018	16:00h	16:30h

Paralelo entre o trecho de Vidas Secas e o documentário Severinas.	23/01/2018	16:30h	18:00h
Construção do memorial	24/01/2018	16:00h	17:00h
Dinâmica referente ao memorial e reflexão sobre o modo que a pobreza é estudada em sala de aula.	24/01/2018	17:00h	18:00h
Reflexão sobre as práticas de sala de aula	25/01/2018	16:00h	17:00h
Construção do plano de aula	25/01/2018	17:00h	18:00h
Encerramento	25/01/2018	18:00h	18:30h

REFERÊNCIAS

- ARROYO, Miguel Gonzalez. Módulo Introdutório: Pobreza, Desigualdades e Educação. In: BRASIL. *Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão – SECADI*. Ministério da Educação. Brasília, DF, 2015a. Disponível em: <http://egpbf.mec.gov.br/#mod>>. Acesso em: 01 jun. 2017.
- _____. Módulo IV: Pobreza e Currículo: uma complexa articulação. In: BRASIL. *Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão – SECADI*. Ministério da Educação. Brasília, DF, 2015b. Disponível em: <http://egpbf.mec.gov.br/#mod>>. Acesso em: 01 jun. 2017.
- CANDAU, Vera Maria Ferrão. Educação em Direitos Humanos: questões pedagógicas. In: BITTAR, Eduardo C. B. (Org). *Educação e Metodologia para os Direitos Humanos*. São Paulo: QuartierLatin do Brasil, 2008. p. 285-298.
- HALL, S. *A Identidade Cultural na Pós-Modernidade*. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- LEITE. Lúcia Helena Alvarez. Módulo III: Escola: espaços e tempos de reprodução e resistências da pobreza. In: BRASIL. *Secretaria de Educação*

- Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão – SECADI*. Ministério da Educação. Brasília, DF, 2015. Disponível em: <http://egpbf.mec.gov.br/#mod>>. Acesso em: 01 jun. 2017.
- LEÃO REGO, Walquíria; PINZANI, Alessandro. Módulo I: Pobreza e Cidadania. In: BRASIL. *Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão – SECADI*. Ministério da Educação. Brasília, DF, 2015. Disponível em: <http://egpbf.mec.gov.br/#mod>>. Acesso em: 01 jun. 2017.
- MENDONÇA, Erasto Fortes. Módulo II: Pobreza, Direitos Humanos, Justiça e Educação. In: BRASIL. *Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão – SECADI*. Ministério da Educação. Brasília, DF, 2015. Disponível em: <http://egpbf.mec.gov.br/#mod>>. Acesso em: 01 jun. 2017.
- SACRISTÁN, J. G. (Org.). *Saberes e Incertezas sobre o Currículo*. Porto Alegre: Penso, 2013. 542p.



DIREITOS HUMANOS PARA A JUVENTUDE

Joaquim Eduardo Bezerra Barbosa¹
Lilianne Moreira Dantas²

Esta parte do trabalho é dedicada ao Projeto de Intervenção a ser desenvolvido em uma escola da rede pública municipal da zona rural do município de Granjeiro-CE e é parte do trabalho de conclusão-TCC do curso de Especialização em Educação, Pobreza e Desigualdade Social ministrado pela Universidade Federal do Ceará. De uma forma geral abordamos a temática vista durante o curso com os alunos do ensino fundamental II com o intuito de instigá-los com os assuntos relacionados aos Direitos Humanos, contribuindo assim para a formação intelectual e crítica dos mesmos.

TEMA E RESUMO

O presente projeto tratará da temática Direitos Humanos e Educação, que foi escolhido, devido à importância do assunto para a formação de cidadãos críticos que conheçam a realidade vivida com a temática e os benefícios de estarmos cientes do que nos é assegurado por lei em nosso país. Além disso, surge da observação da não aplicabilidade do que orientam os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) para o terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental, em especial no volume 10 que se refere à Pluralidade Cultural (BRASIL,

1 Especialista em Educação Pobreza e Desigualdade Social (UFC)

2 Orientadora do EPDS-UFC, doutoranda em Educação Brasileira (UFC) e Mestre em Educação Brasileira (UFC).

1998) que trata da necessidade de se discutir Direitos Humanos na escola. O projeto deverá ser implementado em uma escola da rede pública de ensino da cidade de Granjeiro-CE e terá uma clientela de alunos com a faixa etária de 12 a 16 anos, que compõem as turmas de 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental II.

CONTEXTUALIZAÇÃO

O curso de especialização em Educação, Pobreza e Desigualdade Social proporcionou diversas experiências instigadoras e, juntamente com o conhecimento construído a partir do trabalho diário de professor e coordenador do Programa Bolsa Família na Educação, faz emergir o desejo de trabalhar o tema Direitos Humanos diretamente com os alunos, visto que mesmo existindo um Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos, na escola em que trabalho a temática não é muito bem trabalhada, apesar de existir uma disciplina específica para isso, vejo que o estudo não é satisfatório e que o conhecimento dos mesmos sobre o assunto é bastante superficial e parte do senso comum. Como atuo na escola, aproveitarei para introduzir os conteúdos que contribuirão na formação cidadã dos alunos, trabalhando assim questões atuais e que muitas vezes passam despercebidas pela maioria deles.

Esse projeto será desenvolvido com os alunos do Ensino Fundamental II, que são aproximadamente 100 adolescentes (quatro salas de aula: 33 alunos no 6º ano, 26 no 7º, 15 no 8º e 25 alunos no 9º ano), vindos quase que na totalidade de famílias carentes e beneficiárias do Programa Bolsa Família na zona rural da cidade de Granjeiro-CE. Acreditamos que o conhecimento da temática pode melhorar, a médio e longo prazo, a relação existente entre os alunos no ambiente escolar e de alguma forma contribuir na construção de valores humanos como o respeito ao próximo e ao mesmo tempo a formação de sujeitos críticos e conscientes para que possam resultar

em uma melhora nas atitudes educacionais desses alunos em sala de aula e conseqüentemente na sociedade de uma forma geral.

Pretendemos conseguir alguns parceiros externos à escola como apoio para financiamento de materiais, como a própria Secretaria de Educação do município e alguns comerciantes da região que sempre nos dão suporte financeiro nos projetos e eventos realizados na escola, mas a parceria principal será da comunidade escolar, principalmente dos professores e núcleo gestor da escola, sem desconsiderar o envolvimento dos alunos.

JUSTIFICATIVA

A escola na qual o projeto será desenvolvido é pequena fisicamente e em quantidade de alunos, mas mesmo assim vivenciamos problemas semelhantes às de instituições maiores, como exemplo, a indisciplina e principalmente a falta de interesse e motivação de alguns alunos em estudar. A maioria das famílias da comunidade onde a escola se localiza vive em situação de pobreza e pouco conhecem sobre os direitos que lhes são garantidos por lei. Muitas vezes faltam recursos materiais e humanos na escola para desenvolver um trabalho de qualidade, como funcionários, merenda escolar, material didático, professores de determinadas áreas e em momento algum percebemos qualquer ação por parte dos pais e aluno, assim analisamos que poucos conhecem os seus direitos e as formas mais eficientes de exigí-los.

Com isso, acreditamos que a importância da execução deste projeto está na possibilidade de mostrar para o público da Escola Augusto Ferreira da Silva que a educação é uma forma de engrandecer intelectualmente os sujeitos que dela participam, promovendo nos alunos um senso de criticidade que possa os levar a se tornarem sujeitos atuantes, dando a oportunidade para os mesmos fazerem uma transformação sobre a realidade que vivenciam e, portanto,

aproveitando o espaço escolar para construir conceitos que valorizem o ser humano e suas diferenças, criando assim, ações que despertem os desejos de mudanças de atitude e de transformação pessoal, que possam no futuro trazer uma melhora no bem estar de todos os envolvidos nessa ação.

OBJETIVOS

Tomando como base a discussão apresentada durante este curso de Especialização em Pobreza Educação e Desigualdade Social e partindo da realidade dos alunos e da comunidade escolar em torno da instituição, pretendemos desenvolver na unidade escolar uma formação, a qual os alunos possam refletir sobre a temática dos Direitos Humanos, buscando envolver parte da comunidade com vista às práticas cotidianas de respeito e defesa desses direitos em todos os espaços sociais.

Partindo desta reflexão, o presente projeto tem por objetivo promover a construção do conhecimento em Direitos Humanos junto aos alunos de turmas de 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental II regularmente matriculados em uma escola municipal da zona rural do município de Granjeiro-CE. Temos como objetivos específicos: ampliar o conhecimento sobre o que são Direitos Humanos; debater sobre os direitos humanos na vida dos alunos; incentivar o conhecimento sobre direitos humanos junto às famílias dos alunos; envolver a comunidade escolar através das ações realizadas.

ATIVIDADES

Primeiramente, apresentar o projeto ao Núcleo Gestor da escola com o intuito de ter a aprovação e dar continuidade aos trabalhos do projeto. Depois de aprovado, apresentá-lo aos professores, aproveitando a oportunidade em uma reunião coletiva para fazer as devidas

explicações a respeito do projeto. A intenção é ter a aprovação e contribuição de todos os professores de todas as áreas da escola, para que todos trabalhem a temática em sala de aula.

Após a aprovação da comunidade escolar, realizaremos uma reunião com os pais e familiares para que possam estar cientes do projeto que acontecerá na escola. Como a escola pertence a zona rural de um município muito pequeno, é comum nos projetos desenvolvidos na escola o constante apoio dos outros setores público municipais, então torna-se bastante viável buscar parceiros exteriores à escola, como Secretaria de Assistência Social, Secretaria de Saúde e Secretaria de Educação juntamente com o Setor Jurídico do Município, podendo estes contribuir como palestrantes.

A parte prática será articulada com os professores das diversas áreas, com os palestrantes parceiros da escola e com todos os alunos participantes. De uma forma geral, as propostas de atividades do projeto são as seguintes:

- Oficinas com os alunos e professores sobre tema Educação em Direitos Humanos;
- Organização e realização de um festival de artes, englobando teatro, música e dança;
- Concurso de redação, voltado para a realidade social local;
- Passeata dos Direitos Humanos na localidade;
- Visitas com os alunos ao Conselho Tutelar;
- Criação de um Mural do Cidadão na escola;
- Palestras voltadas para os direitos e assistência social de uma forma geral, outra voltada para as questões dos direitos à saúde e bem estar e por último uma voltada para as questões jurídicas.

A nossa intenção durante as atividades é participação de todos os alunos, funcionários, pais de alunos, professores e alguns representantes da comunidade local e que este projeto esteja aberto a

possíveis mudanças ao ser apresentado aos participantes. Durante a culminância do projeto toda a comunidade será convidada a prestigiar os trabalhos realizados durante as oficinas.

METODOLOGIA

Inicialmente aproveitaremos o Planejamento Coletivo Mensal com toda a comunidade escolar para apresentar o projeto e conquistar parceiros como professores, funcionários, núcleo gestor da escola bem como os alunos, representantes da comunidade local e os pais dos alunos. Após aprovação, será realizada reunião com os pais que aderirem para conversa de conscientização sobre a importância da ajuda deles no desenvolvimento do projeto.

Em um segundo momento, será feita toda uma pesquisa bibliográfica sobre o tema e um estudo coletivo com os outros professores da escola que adotarem a ideia e em um terceiro momento iremos por em prática todas as atividades propostas no projeto junto aos alunos das turmas de 6º ao 9º anos do Ensino Fundamental II.

Na sala de aula, serão ministradas as oficinas voltadas para a temática do projeto, nas quais os professores trabalharão toda a história das lutas e as conquistas dos direitos humanos, será mostrado a importância de se conhecer o tema e como isso pode auxiliar na busca de uma formação de qualidade. Durante as oficinas serão utilizados diversos recursos pedagógicos como confecção de cartazes, dinâmicas, leituras de texto, vídeos, constantemente levando há um debate sobre a temática de cada aula. Serão utilizados cartolinas, papel ofício, tinta, canetas, cola branca, isopor, cola de isopor, jornais e revistas para recorte. Serão três oficinas, uma por mês, que terão em média duração de seis horas divididas em duas aulas em cada turma por mês.

Quadro 1: de planejamento das oficinas

PERÍODO	TEMA	ATIVIDADES	RECURSOS
1º Mês	A história dos Direitos Humanos	Professores fazem predição com os alunos sobre o que eles entendem sobre Direitos Humanos, para isso, divide a turma em equipes que confeccionarão cartazes e apresentarão à turma. Partindo da ideia apresentada na turma, o (a) professor (a) passará um vídeo sobre “A história dos Direitos Humanos” e em seguida abrirá debate com questões geradoras: por que precisamos dos Direitos Humanos? A quem eles atendem? Como os Direitos Humanos se apresentam em nossas vidas?	Cartolina Revista EVA Cola Quente Pistola de Cola Jornais Cola e tesoura Caneta hidrator Data Show
2º Mês	Direitos Humanos no Brasil	Os educadores explorarão a temática dos Direitos Humanos em nosso país, através de explanações, slides, vídeos e em seguida haverá um momento para debate com os alunos sobre a temática “A população brasileira tem seus direitos garantidos?” E em nosso município? Existe algum movimento por parte da população na busca desses direitos? As turmas serão divididas e equipes aos quais confeccionarão cartazes com a temática da oficina, bem como haverá a criação por parte deles de peças teatrais, danças e músicas.	Cartolina Revista EVA Cola Quente Pistola de Cola Jornais Cola e tesoura Caneta hidrator Data Show
3º Mês	Educação e Direitos Humanos	As oficinas serão iniciadas mostrando a importância da educação para a formação do homem e em seguida haverá análises e reflexões para saber se esse direito primordial está sendo garantido no Brasil e em nosso município. Ocorrerá debates com o tema juntamente com os alunos, ao final da oficina, irão fabricar cartazes e apresentarão trabalhos temáticos por eles elaborados. Haverá também a sugestão para a criação de peças teatrais, danças e músicas sobre a temática.	Cartolina Revista EVA Cola Quente Pistola de Cola Jornais Cola e tesoura Caneta hidrator Data Show

Fonte: elaboração do autor

Como culminância das oficinas, será criado o Mural do Cidadão, no qual os alunos utilizarão uma das paredes do pátio interno da escola e irão pintar e ilustrar desenhos voltados a temática vista em sala e utilizarão os outros espaços da escola para exposição de todos os cartazes confeccionados durante as oficinas.

Haverá também a organização do I Festival de Artes para os Direitos Humanos, que acontecerá na quadra esportiva da comunidade e terá a participação da comunidade local, pais, familiares além da comunidade escolar, na qual acontecerá as apresentações teatrais, de danças e músicas que foram trabalhadas e desenvolvidas durante as oficinas realizadas na escola. Para o festival, as turmas serão divididas e serão responsáveis por cada apresentação e atividades do festival, juntamente com o auxílio de dois professores por turma. Teremos também um concurso de redação no qual os alunos vão trabalhar textos voltados as lutas e conquistas do homem por seus direitos - tentaremos buscar ligações com as pessoas da localidade. As melhores redações serão também apresentadas no dia do festival.

Visitas ao Conselho Tutelar também serão realizadas durante o período da oficina, já que este órgão público é bastante requisitado em nosso município, os alunos irão ver na prática a importância do trabalho dos conselheiros tutelares.

Serão selecionados dois alunos de cada turma, que tenham interesse e uma maior habilidade com tecnologias de vídeo e áudio para a criação de um documentário amador, mostrando entrevistas com os fundadores da comunidade e as histórias por eles vividas durante a ocupação da localidade, já que o município em si é bastante jovem. Nesta atividade procuraremos o apoio dos parceiros da comunidade local, bem como a Secretaria Municipal de Educação e Prefeitura Municipal que irá ajudar com o transporte e a parte de material tecnológico necessário para a criação do documentário. O

material criado pelos alunos será também apresentado no I Festival de Artes para os Direitos Humanos.

Durante os três meses de trabalhos dos temas, teremos também a participação de três palestrantes: um da Secretaria Municipal de Assistência Social, um da Secretaria Municipal de Saúde e um do Setor Jurídico da Prefeitura Municipal da Cidade de Granjeiro. A cada mês, um representante dos nossos parceiros irá palestrar temas relacionados a área de atuação de cada um e a relação com os direitos humanos. Com as palestras temos o intuito de inteirar ainda mais os alunos com a temática e trazer pessoas de realidades diferentes para nos auxiliar na formação dos conhecimentos específicos nas áreas estudadas. A palestra de cada parceiro durará em torno de uma hora e após cada palestra haverá espaço para possíveis perguntas da plateia; haverá um aluno mediando a mesa e outros dois responsáveis para coletar as perguntas da plateia.

RESULTADOS ESPERADOS

Ao final, teremos um dia especial para a culminância do projeto, no qual ocorrerá o I Festival de Artes para os Direitos Humanos, normalmente para esses eventos, aproveitamos um sábado letivo do calendário escolar. Nela pretendemos fazer as apresentações de todos os trabalhos realizados pelos alunos durante a oficina de direitos humanos como peças teatrais, apresentações musicais com as temáticas estudadas, apresentação de cartazes e desenhos produzidos bem como dramatizações de peças teatrais. Haverá também um momento de fala do Secretário Municipal de Educação. Neste dia de culminância estarão presentes na escola todos os envolvidos no projeto bem como os pais e toda a comunidade local.

Com esse projeto esperamos instigar nos nossos alunos um maior desejo e interesse por conhecimento e como também reconhecer a importância do saber para o desenvolvimento dos jovens, com a

esperança de com isso, causar mudanças significativas na vida atual e futura dos nossos discentes, nas suas posturas e condutas diante das violações de direitos, na sua responsabilização sobre suas ações e quem sabe inserir na agenda escolar a realização anual do festival.

AVALIAÇÃO

Ao final da realização do projeto, faremos um relatório de todas as atividades realizadas durante a oficina, bem como todos os resultados obtidos através de depoimento dos alunos, pais, professores e funcionários da escola, além de levar a proposta junto à Secretaria Municipal de Educação para uma possível implantação do mesmo em todas as escolas do nosso município.

CRONOGRAMA

Atividades	Fevereiro 2018	Março 2018	Abril 2018
Reunião Coletiva (Comunidade Escolar e Pais de Alunos) Apresentação do Projeto	X		
Pesquisa Bibliográfica	X		
Aula (2h/a) – História dos Direitos Humanos	X		
Palestra com Profissional da Assistência Social	X		
Visita ao Conselho Tutelar		X	
Aula (2h/a) – Direitos Humanos no Brasil		X	
Palestra com Profissional da Saúde		X	
Aula (2h/a) – Educação e Direitos Humanos			X
Criação do Mural do Cidadão			X
Palestra com Assessor Jurídico Municipal – Direitos Humanos no Século XXI			X
Culminância do Projeto – I Festival de Artes para os Direitos Humanos			X

REFERÊNCIAS

- BRASIL. *Parâmetros curriculares nacionais terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: introdução aos parâmetros curriculares nacionais*. Brasília, DF: MEC/SEF, 1998.
- BRASIL. Ministério de Educação. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Comitê Nacional de



SEGURANÇA ALIMENTAR: CUIDADOS NECESSÁRIOS À SAÚDE NO AMBIENTE ESCOLAR

Alyne Lucas de Oliveira¹
Antônia Ieda de Souza Prado²

O projeto segurança alimentar – cuidados necessários à saúde no ambiente escolar visa desenvolver ações focadas na avaliação de riscos e os cuidados com a saúde dos educandos, voltando-se para a sensibilização das pessoas responsáveis direta e indiretamente por este setor em relação aos cuidados necessários para com a alimentação servida na merenda escolar, propiciando a oportunidade de conhecer as orientações corretas para desenvolver ações preventivas e valorização da saúde de crianças, que estudam na instituição de ensino da rede municipal de Jucás. A escola de Educação Infantil e Ensino Fundamental Nossa Senhora do Desterro, atende alunos de creche, Educação Infantil e Ensino Fundamental (1º e 2º ano), tendo como base os critérios estabelecidos pela vigilância sanitária.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Diante do contexto, verifica-se que a abordagem do tema segurança alimentar é bastante ampla, pois envolve vários aspectos, que vão desde a promoção de comportamentos alimentares saudáveis até a questão higiênica sanitária, condições essenciais para a promoção

1 Especialista em Educação Pobreza e Desigualdade Social (UFC).
2 Orientador do EPDS-UFC e Doutora em Sociologia (UFC).

e a manutenção da saúde, visto que, a ingestão de alimentos fora dos padrões de qualidade satisfatórios, é responsável pela ocorrência de surtos de Doenças Transmitidas por Alimentos (DTA). Pensando assim, os padrões de qualidade devem ser alcançados para garantir alimentos seguros, pois as crianças são mais suscetíveis às DTA devido ao fato de ainda não possuírem o sistema imunológico totalmente desenvolvido.

De acordo com a realidade do público beneficiário composto pelos gestores, professores, auxiliares, merendeiras, famílias e alunos na faixa etária entre 03 a 09 anos de idade e que apresentam um quadro de carência nutricional, falta de informações sobre os devidos cuidados com os hábitos alimentares e a saúde ou até condições de vida precárias, entre outros fatores, a escola em sua função social visa suprir essas necessidades no ambiente escolar por meio de ações que levam os educandos a conhecer, vivenciar e refletir sobre a necessidade de uma postura e atitudes conscientes diante das questões sociais e dificuldades em que vivenciam no dia a dia.

Diante disso podemos considerar a escola um local privilegiado para a obtenção de conhecimentos sobre saúde e nutrição, pois a educação alimentar se refere à aprendizagem de conceitos básicos de nutrição como a quantidade e qualidade dos alimentos ideais para cada refeição, visto que durante a infância e adolescência, há uma estruturação de comportamentos, hábitos, preferências e recusa alimentares que compõem um modo de vida, que para se ter acesso a uma alimentação adequada e o incentivo a formação de novos hábitos saudáveis, a escola é um meio de grande importância e considerada um espaço de intervenções adequadas (ANJOS et al, 2003).

Pode-se considerar que no ambiente escolar, medidas de caráter educativo e informativo em algumas áreas merecem atenção, tais como a indústria alimentícia e os meios de comunicação (VIEIRA et al., 2008). O controle da propaganda de alimentos não saudáveis,

dirigidos principalmente ao público infantil e, o incentivo ao consumo de alimentos in natura em detrimento de açúcares simples são ações que podem ser praticadas (FIATES et al., 2008).

Podemos perceber a importância e a relação entre a alimentação servida na escola e as referências que as remetem a um espaço marcado pelas questões sociais que envolvem os educandos que vivem em condições de sobrevivência precárias, o que influencia nas representações e as práticas relacionadas ao contexto escolar e social.

Portanto, para alcançar uma alimentação saudável é necessário apresentar as crianças condições que tornem propícia a adoção das orientações sobre uma alimentação adequada. Isto significa que uma política consistente de prevenção deve compreender não só ações de caráter educativo e informativo no ambiente escolar, mas também em domicílio, além de medidas legislativas, de apoio à produção e comercialização de alimentos saudáveis.

JUSTIFICATIVA

Proporcionar a segurança alimentar é um dever e um direito de todos, ter “acesso regular e permanente a uma alimentação saudável, ou seja, a alimentos de qualidade nutricional e higiênico-sanitárias, adequadas e em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais. Além disso, a alimentação deve ser baseada em práticas alimentares promotoras de saúde, respeitar a diversidade cultural e ser social econômica e ambientalmente sustentável” (CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL 2007).

Diante disso, se faz necessário desenvolver ações que sensibilizem a comunidade escolar servindo assim de ponto de partida para uma conscientização voltada para os riscos e a importância dos cuidados com a saúde.

A partir disso, sabemos que todo o cidadão deve alimentar-se com segurança e atender as necessidades nutricionais, hábitos e práticas alimentares culturalmente construídas. Menezes e Valente (1996), afirmam que a qualidade dos alimentos e a dieta alimentar são importantes assim como a segurança nutricional, na medida em que se incorporam ao conceito de segurança alimentar.

OBJETIVOS

- Identificar um determinado padrão de identidade e qualidade dos produtos, servidos na merenda escolar em parceria com a Secretaria de Educação Municipal, Nutricionista, Coordenadora da Alimentação Escolar do município, Agricultura Familiar e fornecedores de alimentos licitados.
- Orientar sobre a segurança sanitária dos alimentos produzidos e fornecidos nas escolas em parceria com o Órgão Público da Vigilância Sanitária do Município.
- Orientar normas de produção da alimentação escolar determinadas pelas diretrizes para a promoção da alimentação saudável nos estabelecimentos de ensino.
- Ministrando treinamento ou palestras com os profissionais das escolas envolvidos na produção de alimentos a fim de sensibilizá-los quanto às normas e condutas necessárias para impedir a contaminação e o desperdício dos alimentos.
- Vivenciar o comportamento dos alunos no ambiente escolar durante o horário em que é servida a merenda.

ATIVIDADES

- Através de exposição dialogada, apresentação dos objetivos e ações do projeto para a comunidade escolar, gestores, professores, pais e alunos;
- Planejar junto aos gestores e professores um momento para a vivência junto aos alunos no horário da merenda;
- Realização de entrevistas com gestores, professores, funcionários e alunos, sobre hábitos alimentares e a merenda escolar;

- Planejar junto aos gestores e professores o momento para a realização do debate com os alunos no pátio da escola;
- Agendar junto a Secretaria de Educação e órgãos envolvidos, a reunião para conhecer as normas em relação ao programa de merenda escolar;
- Realizar em parceria com nutricionista e técnico da vigilância sanitária, palestra sobre segurança alimentar com os gestores e merendeiras;
- Realizar em parceria com a nutricionista palestra sobre Doenças Transmítidas por Alimentos (DTA), com professores e alunos de acordo com a faixa etária dos mesmos;
- Realizar junto à nutricionista e técnica em alimentos, um treinamento para orientações teóricas e práticas sobre segurança alimentar no ambiente escolar, para os gestores, as merendeiras e auxiliares.

METODOLOGIA

As ações do Projeto Segurança Alimentar - cuidados necessários à saúde no ambiente escolar serão desenvolvidos utilizando-se de metodologias diversificadas com propostas que se adequam ao público alvo, priorizando nas necessidades de cada instituição.

Através da parceria com as escolas serão observados em cantinas, depósitos de merenda, análise de cardápios, a fim de identificar os pontos mais críticos de cada realidade e a partir das necessidades de se investir em ações focadas que visam resultados satisfatórios.

Em parceria com a Secretaria de Educação Municipal, Nutricionista, Coordenadora da Alimentação Escolar Municipal e Auxiliar do setor responsável pela merenda escolar, Agricultura Familiar e fornecedores de alimentos licitados, identificar a qualidade dos produtos servidos na merenda escolar, bem como vivenciar as condições de recebimento e entrega dos mesmos.

De acordo com as necessidades identificadas, os gestores escolares, merendeiras e auxiliares serão orientados a fim de sensibilizá-las

quanto às normas e condutas necessárias para impedir a contaminação e desperdícios de alimentos no dia a dia.

Quanto às normas de produção dos alimentos, serão realizadas reuniões com as merendeiras para discutir sobre as formas adequadas de produção da alimentação dos alunos.

As ações serão registradas através de relatórios, fotos, vídeos, planilhas de dados, gráficos, fichas de controle das escolas, da equipe do setor da merenda escolar, dos fornecedores, entrevistas escritas e gravadas com gestores, merendeiras, alunos, nutricionista, técnica em alimentos, auxiliares e alguns fornecedores do município, no período de março a maio de 2018, na Escola de Educação Infantil e Ensino Fundamental Nossa Senhora do Desterro, localizada na sede do município de Jucás.

RESULTADOS ESPERADOS

Com a conclusão do trabalho esperamos que a comunidade escolar adquira noções básicas preventivas sobre segurança alimentar no ambiente escolar, passando a ter uma postura diferente, agindo de forma consciente, valorizando a saúde em prol do bem comum.

AVALIAÇÃO

As atividades serão avaliadas de forma qualitativa e caráter formativo, por meio de estratégias (observação, debates, exposição dialogada, entrevistas, análises), que promovam a formação contínua da consciência de todos os envolvidos no processo de realização das ações.

PREVISÃO DE CRONOGRAMA DA PROPOSTA DE INTERVENÇÃO

PREVISÃO	PROPOSTA DE INTERVENÇÃO	PÚBLICO	RESPONSÁVEIS
Março	Apresentação do projeto à comunidade escolar.	Gestores, professores, alunos, funcionários e pais.	Cursista (Coordenadora da Alimentação Escolar do Município).
Março	Vivenciar o momento da merenda na escola.	Alunos, professores e merendeiras.	Gestores, professores e cursista (Coordenadora da Alimentação Escolar do Município).
Março	Entrevistas	Gestores, professores, alunos, funcionários.	Cursista (Coordenadora da Alimentação Escolar do Município).
Março	Debates sobre hábitos alimentares e análise do cardápio da merenda.	Professores e alunos e pais	Nutricionista, Cursista (Coordenadora da Alimentação Escolar do Município) e Professores.
Abril	Reunião com os responsáveis pelo setor de merenda e fornecedores do município.	Secretário de Educação, Nutricionista, Coordenadora da Alimentação Escolar, Auxiliar e fornecedores.	Nutricionista, Cursista (Coordenadora da Alimentação Escolar do Município).
Abril	Palestra sobre segurança alimentar.	Gestores e merendeiras.	Nutricionista e Vigilância Sanitária.
Abril	Treinamento sobre orientações teóricas e práticas sobre segurança alimentar no ambiente escolar.	Merendeiras.	Nutricionista e Cursista (Coordenadora da Alimentação Escolar do Município).
Maió	Palestra sobre Doenças Transmitidas por Alimentos (DTA).	Famílias, alunos e professores.	Nutricionista.

CONCLUSÃO

A realização da pesquisa proporcionou uma reflexão sobre a problemática e questões relacionadas à educação, pobreza, desi-

gualdades sociais, direitos humanos, cidadania, entre outros, tendo como proposta a escola como espaço de vivências, construções de conhecimentos, portanto, ponto de partida para o reconhecimento dos educandos como sujeitos de direitos, pois a escola é considerada um espaço social, que possui um papel fundamental na organização de uma sociedade em que os cidadãos são sabedores de seus direitos como também conscientes de seus deveres.

Sobre este aspecto, pode-se considerar que a diversidade existente no ambiente escolar, provenientes das relações econômicas não tem sido suficiente para o reconhecimento das necessidades que os sujeitos apresentam em seu dia a dia e a partir disso, percebe-se que é necessário desenvolver ações sequenciadas e focadas a fim de superar as dificuldades encontradas no espaço escolar, bem como a discriminação social, fome e pobreza, pois a escola como um dos principais instrumentos sociais, tem sido encorajada em associar o conhecimento trabalhado no âmbito escolar com a prática social do aluno, ou seja, suas adversidades e carências.

Nesse sentido o olhar para escola e os sujeitos do processo educativo precisam ser conscientes, pois a escola é um lugar privilegiado onde vive e reflete a realidade conhecendo assim o educando e sua complexidade de vida, visto que o papel da escola vai além da escolarização dos sujeitos envolvidos, cabe também conhecer as práticas sociais vivenciadas, identificando assim situações de vida, hábitos e meios de sobrevivência dos educandos.

Faz-se necessário iniciar o processo de mudanças, buscando condições para se construir uma escola que viva e dialogue com a comunidade em que se encontra inserida, reconhecendo as possibilidades e os limites de cada sujeito dentro e fora da escola mantendo uma relação harmônica entre escola e comunidade, onde se partilha as vivências, troca experiências e constrói conhecimentos juntos.

No que se refere à busca por melhorias de vida dos educandos, a ideia é que a escola seja promotora de um ambiente socializador e formador, para isso, são necessários apresentar aos educandos condições propícias de orientações sobre situações a serem melhoradas. Isto significa que uma política consistente de prevenção deve compreender não só ações de caráter educativo e informativo no ambiente escolar, mas também em domicílio, além de medidas legislativas, de apoio à educação.

É importante ainda ressaltar a necessidade de envolver toda a comunidade escolar (inclusive pais de alunos, profissionais da saúde, associações comunitárias, etc.) nas atividades de educação alimentar e nutricional potencializando os resultados de tais ações (AMARAL, 2008).

Retomando a discussão a respeito do papel da escola na tarefa de educar também para a melhoria dos hábitos, defende-se que essa proposta faça parte do projeto pedagógico da instituição, deixando claro o dever de cada um para que tudo possa acontecer da forma mais correta possível.

Diante dessa realidade os sistemas educacionais estão cada vez mais ligados nas situações vivenciadas na sociedade, uma vez que a escola é um espaço de vivências sociais cotidianas, estabelecendo uma relação entre as classes, onde o foco está direcionado a relação entre desigualdades sociais e aprendizagem.

REFERÊNCIAS

- ABRANDHA, *Segurança Alimentar e Nutricional Direito Humano À Alimentação*. Ministério da /agricultura, Pecuária e abastecimento-MAPA. 30 p. Brasília, DF 2009.
- AMARAL, C.M.C. *Educação alimentar*. FMPB, 2008. Disponível no site: Fundação Passos Barros Disponível em: <http://repositorio.roca.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/3507/1/MD_ENSCIE_IV_2014_57.pdf>. Acesso em: 21 de agosto de 2018.

- ANJOS, L. A.; CASTRO, I. R. R.; ENGSTROM, E. M.; AZEVEDO, A. M. F. Crescimento e estado nutricional em amostra probabilística de escolares no Município do Rio de Janeiro, 1999. *Cad Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v.19, n.1, p.171-179, 2003.
- BRASIL. Decreto n. 591, de 6 de julho de 1992. *Dispõe sobre o Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais*. Promulgação. Disponível em: <<http://www.defensoria.sp.gov.br/dpesp/Repositorio/31/Documentos/parcto%20internacional%20sobre%20direitos%20econ%3b4micos%20sociais%20e%20culturais.pdf>>. Acesso em: 6 setembro 2017.
- CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (CONSEA). *III Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional: por um desenvolvimento sustentável com soberania e segurança alimentar e nutricional* – Documento Base, 2007. Disponível em: https://www.fef.unicamp.br/fef/sites/uploads/deafa/qvaf/estrategias_cap4.pdf. Acesso em: 21 de agosto de 2018.
- CONTI, Irio, *Segurança alimentar e Nutricional: Noções Básicas*. 2009.
- FIATES, G. M. R.; AMBONI, R. D. M. C.; TEIXEIRA, E. Comportamento consumidor, hábitos alimentares e consumo de televisão por escolares de Florianópolis. *Rev Nutr*, Campinas, v.21, n.1, p.105-114, 2008.
- MENEZES, F.M.S. R; VALENTE, L.F. *Artigo publicado no Vol. IV/1996 da revista Cadernos de Debate*, UNICAMP. 88 p.v. IV. 1996.
- VIEIRA, M. F. A. et al. Estado nutricional de escolares de 1a a 4a séries do Ensino Fundamental das escolas urbanas da cidade de Pelotas, Rio Grande do Sul, Brasil. *Cad Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v.24, n.7, p.1667-1674, 2008.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: LIMITES E POSSIBILIDADES NO COMBATE À POBREZA NO MUNICÍPIO DE TRAIRI/CE

Germana de Paixão Oliveira¹
Débora Marques da Silva²

O projeto de intervenção “Assistência Social e Programa Bolsa Família: Limites e Possibilidades no Combate à Pobreza no Município de Trairi/CE” tem como objetivo geral propiciar uma maior articulação entre as famílias beneficiárias do Bolsa Família e os demais serviços socioassistenciais da Política de Assistência Social. São objetivos específicos do projeto, traçar o perfil das famílias participantes deste projeto; identificar o nível de conhecimento das famílias sobre a política de assistência social e os serviços ofertados e averiguar a concepção destas sobre pobreza. O campo de intervenção será o território do Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) Cristina Chaves Rebouças cuja área de atuação é a maior do município. O trabalho de intervenção pretende envolver as famílias residentes tanto na sede do município como na zona rural e que se encontram em descumprimento das condicionalidades do programa Bolsa Família. Como resultado, esse projeto de intervenção espera que as famílias se apropriem e compreendam integralmente a Política de Assistência Social como direito e não como benesse, que a pobreza seja desnaturalizada no seio dessas famílias e que elas reconheçam

1 Especialista em Educação Pobreza e Desigualdade Social (UFC).

2 Orientadora do EPDS-UFC e Doutora em Educação Brasileira (UFC).

que a sua condição de pobreza e vulnerabilidade dá a elas direito de acessar serviços e benefícios sociais.

CONTEXTUALIZAÇÃO

A Política Pública de Assistência Social vem se consolidando como direito social desde a Constituição de 1988. Sendo definida como direito do cidadão e dever do Estado tem e como função a inserção, a prevenção, a promoção e a proteção, centrando-se na cidadania. Pereira (1998) reafirma que a Assistência Social enquanto política pública deve se pautar no direito universal e igualitário garantindo o atendimento às necessidades básicas.

Infelizmente, e principalmente nos pequenos municípios, ainda vivenciamos a prática de discursos assistencialistas, de naturalização da pobreza onde os direitos tão duramente conquistados ainda são vistos ou disseminados como benesse. O exercício profissional do assistente social se confronta cotidianamente com as condições de vida da população usuária desses programas sociais. E muitas vezes, os sujeitos de direitos dos referidos programas nem sempre conseguem ter acesso a esses.

A efetivação de políticas públicas voltadas à construção da cidadania, de inclusão social e combate à pobreza tem se colocado como um grande desafio tanto para o governo quanto para a sociedade civil, especialmente se considerarmos as tradicionais concepções de políticas assistenciais, marcadas pelo assistencialismo e clientelismo. Castro (1995) destaca que a gestão pública ainda se pauta por práticas tradicionalistas, que não colaboraram para a ampliação da cidadania.

De acordo com a Constituição Federal de 1988, em seu art. 23, diz que os entes federados, União, Estados e municípios têm o dever comum de combater a pobreza e promover a integração social dos menos favorecidos. A forma como a pobreza é representada tem forte influência sobre as políticas sociais que visam a sua superação.

Conforme Pereira (1996) as atividades e serviços da política de assistência social têm como um dos principais critérios a existência da pobreza. Porém, ela também precisa ser analisada pela ótica do atendimento às necessidades sociais e não somente pelo viés da renda.

Atualmente, os programas de transferência de renda de natureza não contributiva constituem-se como um dos principais mecanismos de combate à pobreza e à desigualdade no mundo. No Brasil, temos como um dos principais mecanismos de combate à fome e à pobreza, o Programa Bolsa Família. Atrrelado a condicionalidades, o referido programa visa à superação da situação de vulnerabilidade social e do ciclo vicioso da pobreza melhorando as condições de saúde, de educação e de redução das desigualdades.

Telles (2001) enfatiza a entrada da pobreza no debate das políticas públicas no Brasil, vista como entrave à sua construção no país de uma sociedade mais justa e igualitária. É sabido que a pobreza e a desigualdade social estão presentes na realidade da maioria das famílias do nosso país. E combatê-las ainda é um grande desafio para as políticas sociais, apesar dos avanços obtidos nos últimos anos. A fome, a miséria, o desemprego, o acesso precário a bens e serviços ainda persistem na realidade da maioria das famílias, especialmente das que residem nos pequenos municípios. Neste caso, destacamos a cidade de Trairi- CE.

De acordo com dados do Cadastro Único do Município de Trairi-CE é crescente o número de famílias que se encontram cadastradas e aguardam o recebimento do benefício. Ao mesmo tempo, também é crescente a quantidade de famílias que descumprem as condicionalidades tendo como consequência a possível suspensão do benefício. Yasbek (2008) chama a atenção para o fato de que as famílias devem ser reconhecidas como sujeitos sociais e de direitos, não devendo ser culpabilizadas, uma vez que a sua função protetiva está diretamente relacionada ao suprimento de suas necessidades básicas.

Para compreender melhor a problemática, busquei a análise dos relatórios mensais de atendimento (RMA) produzidos pelos Centros de Referências da Assistência Social- CRAS, referentes ao Programa de Atendimento Integral a Família (PAIF). O município de Trairi possui três CRAS, sendo dois localizados na sede do município e o terceiro em um distrito rural. Para este projeto, optei por realizar as atividades com as famílias atendidas pelo CRAS Cristina Chaves Rebouças, também popularmente conhecido como CRAS I. Este iniciou suas atividades em 01 de outubro de 2005 e possui atualmente cerca de 1.100 famílias referenciadas e beneficiárias do programa Bolsa Família.

Ao acessar os relatórios elaborados no período de junho de 2016 a junho de 2017, percebi que o número de famílias beneficiárias do programa Bolsa Família em acompanhamento, principalmente as que descumpriram as condicionalidades iam diminuindo mês a mês, havendo inclusive acompanhamento zero em alguns meses, ou seja, nenhuma família estava sendo acompanhada. Tal fato me causou estranheza uma vez que era crescente o número de famílias em descumprimento de condicionalidades no município. O sistema informatizado do Ministério do Desenvolvimento Social do município identificou somente no mês de julho 39 famílias em descumprimento de condicionalidades e com o benefício suspenso.

Partindo dessas considerações despertei para alguns questionamentos sobre a articulação entre pobreza, benefícios socioassistenciais e o Programa Bolsa Família. Dentre elas é possível citar: existe articulação entre a oferta de renda e os serviços socioassistenciais prestados no município? As famílias beneficiadas pelo Programa Bolsa Família estão sendo acompanhadas conforme preconiza a política de atendimento do programa citado? Além da segurança de renda, estão conseguindo acessar serviços e outros benefícios? Para essas famílias, o benefício recebido é tido como direito ou favor?

Jaccoud, Hadjab e Chaibub (2009) apontam que a integração entre serviços e benefícios no âmbito da assistência social tem sido um dos maiores desafios enfrentados por essa política nos últimos anos. Essa integração é considerada primordial para o enfrentamento da pobreza e da desigualdade social e constitui-se num importante instrumento do Sistema de Proteção Social Brasileiro mais precisamente da Assistência Social enquanto política pública.

JUSTIFICATIVA

O interesse pela temática surgiu a partir do meu cotidiano profissional enquanto assistente social da Secretaria de Assistência Social e Trabalho da cidade de Trairi. Enquanto profissional da área e conhecedora da situação real das famílias atendidas pelo programa, não há como negar que o município conquistou avanços significativos nessa área, porém ainda há entraves a serem superados para que a assistência social se consolide enquanto política pública de combate à pobreza conforme preconiza o Sistema Único de Assistência Social, através de seus serviços, programas, projetos e benefícios. A formação profissional em Serviço Social possibilitou ainda, compreender melhor todo esse processo, mas os que compõem a gestão municipal, bem como os usuários dessa política pública, ainda têm dificuldade em assimilar essa nova concepção de assistência social, dissociada da caridade e da filantropia.

Dentre as minhas funções na Secretaria de Assistência Social, está o atendimento direto às famílias através do plantão social. Nele, pude verificar o aumento crescente pela procura de benefícios eventuais especialmente cesta básica e reclamações sobre o bloqueio do benefício referente ao Programa Bolsa Família. Os relatos colocados pelas famílias despertaram a curiosidade de conhecer um pouco mais sobre a realidade de vida delas, suas expectativas, suas fragilidades, principalmente por se constituírem enquanto beneficiárias. Vale

salientar que esse público é prioritário no atendimento da Política de Assistência Social.

Ao compreender que somente a garantia de renda não é suficiente para combater a pobreza e a desigualdade social, considero necessário e urgente um trabalho social e interventivo junto a essas famílias, de modo que os sujeitos atendidos por esses programas compreendam que para combater a desigualdade social e a pobreza no Brasil, será necessário ainda que cada cidadão valorize e priorize a educação e que esta seja entendida como a forma mais justa, mais digna e mais eficaz para superação dos problemas do nosso país. Essa intervenção precisa também estar voltada para a integração, o fortalecimento dos vínculos familiares, a emancipação e o exercício da cidadania para além do acesso às necessidades básicas.

OBJETIVO GERAL

- Possibilitar uma maior articulação entre a política de Assistência Social e o Programa Bolsa Família no combate à pobreza em âmbito municipal.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

1. Traçar o perfil das famílias beneficiadas em descumprimento das condicionalidades no município de Trairi- CE;
2. Identificar o nível de conhecimento das famílias sobre a política de Assistência Social e demais serviços socioassistenciais;
3. Averiguar a percepção das famílias sobre pobreza.

AÇÕES

Tendo em vista a temática proposta, serão realizadas as seguintes ações junto a essas 39 famílias referenciadas pelo CRAS I e que estão em descumprimento de condicionalidades.

- Visita domiciliar às famílias;
- Reunião para sensibilização das famílias;
- Reuniões semanais com as famílias;

- Articular os serviços, programas, projetos e benefícios ofertados no município a fim de garantir o acesso à rede de proteção social básica e especial.

Dentre essas ações, cabe destacar que tanto as visitas domiciliares quanto a articulação entre a garantia de renda e a oferta de serviços socioassistenciais já são atividades inerentes ao serviço desenvolvido pelo CRAS. Entretanto, por entender que eles não estavam funcionando a contento, optei por inseri-las no projeto de intervenção. A justificativa para a não realização das atividades vai desde a redução da equipe técnica a problemas de financiamento, pois o município de Trairi está sendo prejudicado com o atraso dos repasses financeiros por parte do Ministério do Desenvolvimento Social- MDS.

Considero que todas essas atividades são necessárias e importantes, uma vez que a intersetorialidade na execução das políticas públicas é essencial para o bom desempenho dos programas, projetos, serviços e benefícios pertencentes à Assistência Social. Quanto maior for a ação intersetorial, maiores serão os resultados positivos alcançados no trabalho social realizado junto às famílias.

METODOLOGIA

De início, o primeiro contato com as famílias ocorrerá através de uma visita domiciliar em que será feita a entrevista a fim de traçar um perfil socioeconômico atualizado, bem como conhecer o nível de entendimento das famílias sobre o Programa Bolsa Família, a política de assistência social e também sobre pobreza.

Segundo Rosa e Arnoldi (2006), a entrevista estruturada permite um questionamento mais profundo, em que o sujeito pode discorrer sobre o tema apresentado, expondo reflexões e pensamentos de forma mais flexível. Esses dados servirão de subsídios para os encontros presenciais. Nesta primeira atividade, serão utilizados, basicamente, caneta, papel e um veículo para visita das famílias atendidas.

O passo seguinte será realizar uma reunião de sensibilização com as famílias com o intuito de convencê-las a formar um grupo focal com a participação de todas as famílias envolvidas. O grupo focal consiste numa técnica de coleta de dados cuja principal característica é reunir pessoas com experiências semelhantes favorecendo a troca de ideias e a exposição de conceitos e pontos de vista. “Os grupos focais têm ainda a qualidade de permitir a formação de consensos sobre determinado assunto ou de cristalizar opiniões díspares, a partir de argumentações, ao contrário das entrevistas que costumam ocorrer de forma solitária” (MINAYO, 2011, p.69). Essa reunião contará também com a atuação da equipe do CRAS I e utilizaremos aparelho de som, notebook, Datashow e microfone.

Com as famílias, serão realizadas reuniões semanais em que serão promovidas rodas de conversa para tratar de temas diversos como pobreza, Programa Bolsa Família, condicionalidades, assistência social, CRAS, etc. Também será uma excelente oportunidade para ouvir essas famílias, conhecer seus anseios e suas dificuldades. Participarão dessa ação, assistente social, psicólogo, coordenador do Cadastro único - CadÚnico, agentes de saúde, professores e coordenadores escolares.

O objetivo é garantir que além da provisão de renda, as famílias possam ter acesso aos demais serviços ofertados pelas políticas sociais no município. Serão necessários para a realização dessa atividade, aparelho de som, data show, material gráfico, pincel, papel madeira e notebook.

Espera-se nesses encontros, proporcionar a ampliação dos conhecimentos relativos aos temas trabalhados junto às famílias; reduzir o índice de descumprimento das condicionalidades; favorecer a articulação entre os técnicos e as famílias, além de possibilitar maior articulação entre os serviços e o benefício da renda. Dentre eles: acesso a documentação; cadastro das famílias no balcão do Sistema

Nacional de Emprego (SINE) do município; encaminhamentos para cursos profissionalizantes; acesso a benefícios eventuais; dentre outros.

RESULTADOS ESPERADOS

Ao finalizar esse projeto, espero ter conseguido inserir as famílias nos demais serviços socioassistenciais existentes no município, que elas tenham se apropriado mais sobre a Política de Assistência Social como direito e que elas reconheçam na sua condição de pobreza e vulnerabilidade um direito a acessar serviços e benefícios sociais.

AVALIAÇÃO

Para fins de avaliação do projeto de intervenção a ser implantado no município serão implementadas as seguintes ações:

- Preenchimento de uma ficha de avaliação após a realização de cada encontro com as famílias;
- Acompanhamento da frequência dos participantes em cada ação desenvolvida;
- Análise quantitativa e qualitativa dos encaminhamentos realizados junto às famílias;
- Aplicação de um questionário final com todos os agentes públicos envolvidos e as famílias participantes contendo uma ampla avaliação de todo o trabalho realizado.

CRONOGRAMA

ATIVIDADES	CRONOGRAMA
Visita domiciliar às famílias e realização da entrevista	Janeiro 2018
Reunião de sensibilização	Janeiro 2018
Reuniões semanais com as famílias	Fevereiro 2018
Promover a inserção das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família a demais serviços existentes no município a fim de garantir o acesso à rede de proteção social básica e especial.	Janeiro a Março 2018

REFERÊNCIAS

- CASTRO, M. H. Reforma do Estado e Democratização. In: VILLAS-BÔAS, Renata; TELLES, Vera (Org.). Poder local, participação popular, construção da cidadania. São Paulo: *FÓRUM NACIONAL DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NAS ADMINISTRAÇÕES MUNICIPAIS*, 1995. p. 11-14.
- JACCOUD, L.; HADJAB, P.; CHAIBUB, P. Assistência social e segurança alimentar: entre novas trajetórias, velhas agendas e recentes desafios (1988-2008). *Políticas sociais: acompanhamento e análise*. Vinte anos da Constituição Federal, v. 1, n. 17, 2009. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/politicas_sociais/07_capt04_7e.pdf>. Acesso em: 24 ago. 2017.
- MINAYO, M. C. S.; DESLANDES, S.F. *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.
- PEREIRA, L. C. B. *Reforma do Estado e administração pública gerencial*. Rio de Janeiro: FGV, 1998.
- PEREIRA, P. *A assistência social na perspectiva dos direitos: crítica aos padrões dominantes de proteção aos pobres no Brasil*. Brasília: Thesaurus, 1996.
- ROSA, M.V. de F. P. do C.; ARNOLDI, M.A.G.C. *A entrevista na pesquisa qualitativa: mecanismos para avaliação dos resultados*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.
- TELES, Vera da Silva. *Pobreza e Cidadania*. São Paulo: Editora 34, 2001.
- YAZBEK, M. C. *Estado, Políticas Sociais e Implementação do SUAS*. CapacitaSUAS. Brasília: MDS, 2008, p.79 – 136. Disponível em: <https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/SUAS_Vol1_%20Mudanca.pdf>. Acesso em: 21 jul. 2017.

IMPLANTAÇÃO DA TEMÁTICA INTERDISCIPLINAR: POBREZA

Antônio Marcelo das Neves Bezerra¹
Antônia Silva²

A proposta apresentada tem como principal finalidade implantar a temática “pobreza” como tema transversal que deve permear os bancos escolares no intuito de sensibilizar e apropriar os alunos de uma realidade vivenciada por eles, porém muitas vezes não percebida.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Após conhecer o resultado do questionário sócio econômico do ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio), preenchido pelos alunos da Escola de Ensino Médio Governador Adauto Bezerra da Cidade de Juazeiro do Norte, estado do Ceará, pude perceber que quase 70% desses alunos declaram-se em situação de baixa renda. Mas, no dia a dia, no convívio escolar os mesmos não se percebem pobres, quanto menos têm noção do que os colocou em determinada situação.

A Escola fica situada no bairro Santa Tereza e rodeada pelos bairros Romeirão, João Cabral e Triângulo, todos estes apresentam alto índice de violência e histórico severo de prisões por tráfico.

1 Especialista em Educação Pobreza e Desigualdade Social (UFC).

2 Orientadora do EPDS-UFC e Mestre Administração e Controladoria (UFC)

JUSTIFICATIVA

Atender a uma necessidade vivenciada pelos alunos do Ensino Médio de que é necessário conhecer os processos que os levaram a situação de pobreza, para que em seguida, sejam dadas as ferramentas que os levem a procurar mecanismos e soluções para alterar este perfil, através da educação.

OBJETIVOS

- a) Propor que os alunos do Ensino Médio da Escola Governador Adauto Bezerra, encontrem na educação a possibilidade de construção de uma nova história para suas vidas;
- b) Desenvolver o protagonismo nos jovens estudantes; e
- c) Incluir a temática pobreza como um tema transversal a ser trabalhado durante todo o Ensino Médio;

ATIVIDADES

A escola já tem previsto em seu Projeto Político Pedagógico (PPP) uma ação determinada “Afro-Indígena”, que trabalha durante todo o ano letivo questões ligadas à Cultura Afro-brasileira e questões indígenas. Partindo desta iniciativa iremos inserir a temática pobreza no leque de ações desenvolvidas por esta atividade, propondo palestras, pesquisas e debates inicialmente nas aulas de sociologia e filosofia.

Ressalto que a primeira atividade será capacitar os professores para o desenvolvimento da ação. Esta capacitação dar-se-á em parceria com instituições que já trabalham a referida temática.

Em seguida, os professores irão desenvolver todas as atividades já listadas com os alunos e realizará uma culminância em um seminário que ocorrerá com a participação da Sociedade Civil, Instituições Governamentais e ONGS (Organizações não Governamentais) que trabalham direto e indiretamente com o tema.

METODOLOGIA

Durante a realização da Semana Pedagógica do Ano Letivo 2018, será apresentada aos professores a proposta do projeto de intervenção. Em seguida, será convocada uma reunião com todos os representantes do Conselho Escolar, para que toda a comunidade tome conhecimento da implantação da proposta.

O próximo passo será utilizar os planejamentos por área de conhecimento (Terça–Linguagens; Quarta-Ciências da Natureza e Matemática; Quinta-Ciências Humanas) para capacitação dos professores dentro da temática, assim como colher sugestões que possam viabilizar de forma ainda mais dinâmica e didática a ação.

Após essas duas etapas vencidas dar-se-á o início das atividades para os alunos:

- a. Alunos do 1º ano do Ensino Médio terão nas aulas de Formação Cidadã debates sobre: Programas de Distribuição de Renda, Vulnerabilidade, Protagonistas de Nossa Própria História;
- b. Alunos do 2º ano do Ensino Médio farão durante as aulas de Formação Cidadã e Sociologia, pesquisa sobre: Situação Econômica de suas Famílias, Escolaridade, Perspectivas dos Colegas, Ações Governamentais de Combate a Pobreza. Tudo acompanhado pelos professores das disciplinas citadas.
- c. Alunos do 3º ano do Ensino Médio serão envolvidos em Ciclo de Palestras onde especialistas e exemplos de superação irão relatar seus conhecimentos e relatos no intuito de amadurecer e sensibilizar os alunos na busca de seus objetivos e vitórias.

O material necessário para ação será projetor de slides, material humano (profissionais envolvidos nos debates), reprodução de textos, referências bibliográficas para auxílio de professores e alunos.

RESULTADOS

Contribuir como desenvolvimento do poder de Direito e vantagem dos alunos e sensibilizá-los para a condição de protagonistas de sua própria história, tendo a Educação como um investimento a em longo prazo, mas capaz de realizar mudanças necessárias na construção de uma nova sociedade. Além de apresentação da pesquisa realizada pelos alunos do 2º Ano do Ensino Médio, como um retrato real da situação social das famílias em que eles estão inseridos, vale salientar que o resultado final desta pesquisa também será inscrito na Feira Regional de Ciências e Cultura das Escolas Públicas na categoria Ciências Humanas.

AVALIAÇÃO

A avaliação será feita durante toda a condução do projeto, através de questionários preenchidos de forma amostral por alunos e professores da instituição e acompanhada pelos Coordenadores Pedagógicos, no intuito de sanar possíveis falhas que ocorram durante o processo de execução, além de propiciar aos responsáveis pela ação um momento de reflexão e ajuste para futuras edições do projeto.

CRONOGRAMA

Data	Ação
Fev/2018	Apresentação da Proposta durante Semana Pedagógica (aos professores).
Fev/2018	Apresentação ao Conselho Escolar
Mar//2018	Capacitação dos Professores
Abr/2018	Início dos Debates com os alunos do 1º Ano
Abr/2018	Início do Projeto de Pesquisa com os alunos do 2º Ano
Mai/Jun/Ago/2018	Ciclo de Palestras para alunos do 3º Ano
Nov/2018	Culminância das Atividades com a Realização do Seminário.

REFERÊNCIAS

- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005, 42.^a edição.
- FREIRE, P. *Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- GATTI, B. *Formação de professores para o ensino fundamental: instituições formadoras e seus currículos*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 2008. Relatório final: Pedagogia.



O OLHAR DA ESCOLA SOB A PERSPECTIVA DOS DIREITOS HUMANOS

Luzia Maria Soares Santiago Cavalcante¹
Reginaldo Nascimento da Silva²

O Plano de Ação ou proposta de intervenção aqui apresentado será elaborado com o objetivo de levar o conhecimento aos educandos da Escola Irmã Dulce dos direitos e prerrogativas de que todos gozam, dos quais nem sempre são conhecedores. O direito de buscar seus direitos é legal e isso só acontece na medida em que a sociedade os conhece e sabe exigir do Estado o cumprimento do mesmo. A escola tem uma tarefa de promover, defender e tornar conhecidos os direitos universais e, conseqüentemente, fazer com todos possam vivenciá-los. É preciso adaptar a escola as reais situações vividas pelos seus alunos.

A disciplina Pobreza, Direitos Humanos, Justiça e Educação apresenta os aspectos históricos sobre os direitos humanos, o seu reconhecimento e a proteção adquirida a partir dos tratados, Declarações e Constituições. Desta forma, entendemos os direitos humanos como direitos fundamentais, identificados como direitos individuais e coletivos que devem ser respeitados. A disciplina mostra que os direitos adquiridos são resultados de muitas lutas e que nada acontece de uma hora para outra. Percebemos ainda que em cada época os direitos foram avançando e outros foram se extinguindo, ou seja,

1 Especialista em Educação Pobreza e Desigualdade Social (UFC).

2 Orientador do EPDS-UFC e Mestre em Ciências Sociais (UFRN)

houve avanços e retrocessos, mas o grande desafio é proteger os direitos já existentes contra o arbitramento do poder do governo.

Diante dessa realidade, os conhecimentos nos levam a refletir que o direito a uma vida digna não cabe somente a uma minoria de pessoas, mas a todos os seres humanos. Por isso, pretende-se buscar através da educação e dos direitos humanos estratégias para superação da pobreza na perspectiva de se construir uma sociedade mais justa, igualitária, fraterna e principalmente formar uma sociedade mais ativa e conhecedora de seus direitos. Com o mundo globalizado, a educação tem se transformado para atender a realidade social e o governo neoliberal tem se utilizado da educação para controle da sociedade. Assim, educar para a cidadania plena fica muito difícil.

A nossa história tem mostrado que o desenvolvimento econômico e social aconteceu de forma excludente, pois várias pessoas não tiveram acesso à escola e muitos vivem em situação de vulnerabilidade social sem acesso aos direitos básicos. O enfrentamento a essa realidade só é consolidado com a implementação de políticas de direitos humanos.

Diante dessa situação real, podemos dizer que uma escola é cidadã quando se constitui um espaço apropriado para se construir uma cultura de cidadania e de Direitos Humanos, quando busca alternativas através dos conteúdos disciplinares e atividades pedagógicas, planejadas e pensadas para estimular uma educação em direitos humanos.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Básica (Lei Federal nº 9394/96)

Afirma o exercício da cidadania como uma das finalidades da educação e destaca a escola como um espaço social privilegiado onde se definem a ação institucional pedagógica e a prática da vivência dos direitos humanos”. Para tanto é

que as Diretrizes Nacionais da Educação apontam que é no dia a dia do ambiente escolar que as teorias são colocadas em prática e dessa forma os conhecimentos são construídas a partir das experiências.

As metas e as diretrizes a serem alcançadas pela educação garantem melhorias na qualidade da educação, na promoção da inclusão social e na cidadania de todos que buscam a escola. Nesse sentido é que a educação constitui-se como um instrumento de transformação social. Conforme afirma Paulo Freire “a educação para a libertação é um ato de conhecimento e um método de ação transformadora que os seres humanos devem exercer sobre a realidade” (FREIRE, 1980, p. 25). Acredita-se que toda ação educativa transformadora deva trabalhar para identificar e modificar atitudes, valores e mudar as situações de conflitos e de violações dos direitos humanos.

A despeito desse entendimento conferido a educação, podemos dizer que a ausência dela põe em risco o exercício da cidadania. Mas o que é cidadania? Entre muitos conceitos de cidadania, Paula Oliveira no seu artigo Cidadania para todos. Direitos e deveres e solidariedade cita o conceito de cidadania utilizado por Turner (2002, p.) “como status legal - cidadãos são pessoas legalmente reconhecidas como membros de uma comunidade política particular e oficialmente soberana que possuem direitos básicos a serem protegidos pelo governo dessa comunidade”.

Turner que dizer que diante desse status legal, o cidadão tem o direito da participação política, bem como seus direitos garantidos pelo Estado. Assim a educação é importante no processo de formação do cidadão, pois abre espaços para a ampliação da cidadania, cria mecanismos de articulação entre a sociedade e o governo, promove a formação do ser humano na sua integralidade a fim de que esse cidadão seja protagonista de sua história e assume a responsabilidade de participar na construção de um Estado/Sociedade mais justa,

igualitária dando passos importantes rumo a efetivação dos direitos humanos, pois como disse Paulo Freire, “através da ação transformadora o ser humano cria história e se faz ser histórico”.

Diante do exposto, podemos perceber a importância dada aos direitos humanos, não apenas no Brasil, mas no mundo inteiro. Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, considerada a “Constituição cidadã”, o Brasil pode ratificar os principais Tratados de proteção dos direitos humanos, situando a cidadania como princípio fundamental da República, com isso garantindo a participação política do cidadão na construção de uma sociedade livre, justa e solidária.

Baseado nesse princípio, o Plano de Ação aqui apresentado, será elaborado com o objetivo de investigar como a escola Irmã Dulce, em Fortaleza, desenvolve ações voltadas para a defesa dos direitos humanos a partir da percepção dos alunos do 5º ano. Partindo da premissa da importância de se trabalhar os direitos humanos como parte do currículo e por compreendermos que a escola pode ser um espaço de formação de cidadãos conscientes e críticos nos sentimos motivados a realizar o Plano de Ação com o intuito de reconhecer como a escola defende ou nega os direitos humanos e da vivência da cidadania no espaço escolar. Para tanto, se faz necessário a apropriação dos conhecimentos acerca da temática. O direito de buscar seus direitos é legal e isso só acontece na medida que a sociedade conhece seus direitos e sabe exigir do Estado o cumprimento dos mesmos, reforçando o que foi dito anteriormente. Participação é conquista.

Para o desenvolvimento do Plano pretendemos envolver todos os alunos das turmas de 5º ano em atividades pedagógicas planejadas para promover uma cultura a respeito dos direitos humanos. É importante que esses alunos compreendam que o conhecimento sobre os direitos humanos é fundamental para a construção de uma cultura democrática, para o respeito e valorização da diversidade

cultural, da igualdade de oportunidades, da conscientização social e política, da inclusão social e principalmente da formação ativa para o exercício da cidadania.

Com o objetivo de investigar como a escola pesquisada desenvolve atividades voltadas para a defesa dos direitos humanos na percepção dos alunos do 5º ano, foram traçados as seguintes perspectivas de averiguação:

- Promover uma cultura de cidadania, democrática a respeito dos direitos humanos;
- Desenvolver ações pedagógicas que promovam a formação de cidadãos conscientes de seus direitos e deveres;
- Envolver os alunos do 5º ano em atividades pedagógicas para a construção da cidadania;

No que tange aos aspectos metodológicos, no sentido de proporcionar a efetivação do plano de ação, que apresenta como título “O olhar da escola sob a perspectiva dos Direitos Humanos”, foi realizado um levantamento do perfil dos alunos como a faixa etária, sexo, tempo que estuda na escola e se é beneficiário do Programa Bolsa Família. Também deverá ser realizado um estudo documental no Projeto Político Pedagógico e Regimento Escolar e pesquisa bibliográfica para perceber os desafios que se apresentam no cotidiano da escola enquanto espaço de construção da cidadania.

O Plano contempla atividades pedagógicas voltadas para a construção de uma cultura dos Direitos Humanos e deverá ser realizado na penúltima semana de agosto, e na oportunidade pretende-se contextualizar a semana da pátria às questões de direitos humanos. Este momento histórico nos possibilita questionar como o “grito da independência” ecoa até os dias atuais? É também um momento que serve para lembrar aos alunos do 5º ano, em especial, que a garantia dos direitos humanos foi resultado de muitas lutas e requer

vigilância permanente e a participação de todos para que os direitos civis, políticos, sociais e ambientais sejam respeitados. A mudança começa dentro de cada um, do particular para o geral.

Produção de trabalho será realizada a partir de recortes de revistas, jornais, os quais devem responder as seguintes perguntas:

1. Será que os direitos humanos são respeitados?
2. Será que as pessoas são tratadas com dignidade e justiça?
3. Nós respeitamos a diferença de cada um?
4. Você contribuiu para mudar a comunidade em que vive?
5. Qual o significado dos termos “liberdade, igualdade e fraternidade”?
6. Apresentação de vídeos: Direitos humanos e Cidadania; A história dos Direitos Humanos; Mudar o mundo.

Todos os trabalhos produzidos serão apresentados numa exposição a fim de toda a escola tenha a oportunidade de conhecer como os alunos veem os direitos humanos e qual a percepção dos mesmos a respeito de como a unidade de ensino trabalha esses direitos e ainda na possibilidade do plano ser aplicado nas demais etapas envolvendo alunos, docentes, pais e todos da comunidade.

Na terceira semana pretende-se procurar a direção da escola para apresentar o projeto e a mesma seja sensibilizada de que é importante trabalharmos questões que surgem no cotidiano da sala de aula sobre direitos humanos com vistas na construção de uma cultura de paz por meio de uma educação para os direitos humanos. Na semana seguinte, a atividade deverá ser executada e apurado os resultados.

O Plano de Ação pretende levar o conhecimento a respeito dos direitos humanos para a os alunos do 5º ano e conseqüentemente a comunidade escolar e, por isso espera-se que a partir desse momento, toda a escola e a sociedade no entorno possa reconhecer, identificar situações de violação dos direitos, bem como desenvolver ações ne-

cessárias no sentido de proteger, defender, salvaguardar os direitos e a dignidade humana das pessoas que integram a comunidade escolar.

Foram necessários os recursos para serem utilizados na elaboração e execução do Plano de Ação são os seguintes:

Humanos: Gestores, professores, alunos, servidores efetivos de um modo geral, temporários e outros profissionais liberais.

Materiais: Papel, cartolinas, tesouras, material de mídia, pincéis, computadores, aparelho de som, mesas, cadeiras etc.

Avaliação: No final da execução do Plano os professores das turmas selecionadas poderão avaliar se os objetivos foram alcançados a partir da exposição dos trabalhos, quais os níveis de abrangências, qual a percepção do Plano para o futuro.

Na fase de execução do Plano de Intervenção, a Escola, na qual foi aplicado o plano de ação, foi construída em regime de mutirão e está situada no Conjunto Vida Nova, cuja construção ocorreu para retirar as famílias das margens do Rio Maranguapinho que em períodos de inverno enchia e colocavam a vida dos moradores, de suas margens, em risco. Apesar do município sediar o maior polo industrial essa comunidade ganha a vida tirando do lixo o seu sustento, tornando assim uma comunidade carente. Na época, foram construídas 250 casas e atualmente o conjunto tem se multiplicado.

Ciente da necessidade de educação para as crianças, jovens e adultos da comunidade a escola foi construída pelo poder público municipal para oportunizar meios para aqueles que desejassem ter acesso ao conhecimento pudessem adquirir condições melhor no mercado de trabalho através dos estudos ou melhor se desenvolverem. Por ato do prefeito de número 1004/99 foi criada a escola, situada na quadra F nº 100. A princípio ofertava Educação Infantil,

Ensino Fundamental até o 7º ano e também a Educação de Jovens e Adultos. Após passar por reformulação nas políticas educacionais do município a escola atualmente está organizada para atender as crianças de 4 e 5 anos e jovens de ensino fundamental do 1º ao 5º ano. São 165 alunos matriculados conforme o Censo Escolar 2017. As turmas estão organizadas nos turnos manhã e tarde distribuídos em 7 salas de aulas e no período noturno a escola desenvolve ações voltadas para uso da comunidade.

A escola com os repasses de recursos do governo tem ampliado suas dependências melhorando assim sua infraestrutura e questão socioambiental a fim de refletir na aprendizagem dos alunos. Visando cumprir a missão de formar uma sociedade justa e participativa e na formação de sujeitos críticos e íntegros previsto no seu Projeto Político e Pedagógico a escola tem buscado meios para que os alunos tenham acesso ao conhecimento, ao esporte, a arte e a cultura de um modo geral através de parcerias. Essas parcerias tem favorecido a participação das famílias nos projetos da escola.

A escola desenvolve vários projetos voltados para a comunidade, como: Sustentabilidade e Reaproveitamento – neste projeto a CAGECE e o INEC - Instituto Nordeste e Cidadania são parceiros em potencial. Ofertam o curso semanalmente ensinando as famílias a produzirem produtos a partir de material recicláveis de pano. A horta escolar incentiva o consumo de produtos saudáveis produzidos na escola, e o Reciclarte é um projeto que trata da sustentabilidade. Este é um projeto que tem conexão com outros institucionais e são apresentados num grande evento. Cultura e vida Forró gerou a Banda “Quanto mais véio mió”, Zumba realizada pelos Bombeiros, dia da família e Jiu jitsu movimentam a comunidade com participantes da direção, pais e alunos da escola.

Projetos como Jornal na sala de aula, cordel com a corda toda, LALI - lanche literário envolvem ações pedagógicas. O oficina de

pneus, primeiros sons, flauta e violão incentivam a arte. O Projeto PA-CIAVA e Luz do Saber – é um projeto que busca mobilizar os jovens de 15 a 17 anos da comunidade, para criar identidade e amor à vida com arte. A semana toda tem encontros no período noturno com diversas atividades: cinema, com direito a pipoca, palestras, aulas de campo.

A área onde fica a escola é muito perigosa, existe um tráfico de drogas muito grande pelo entorno da mesma, mas é muito curiosa a situação, a escola não apresenta pichações nem dentro ou fora, conservando-se bem limpa. Certo dia, a escola foi assaltada, levaram alguns eletrodomésticos, como televisão, botijão de gás, material de cozinha, entre outros. Após a notícia se espalhar pela região, os objetos foram devolvidos.

No dia do McLanche Feliz as crianças vão até a empresa McDonald's e muitas brincadeiras acontecem, e ainda as crianças recebem um kit de alimentos e brinquedos.

Considerando o espaço físico da escola podemos dizer que as dependências escolares são pequenas, as salas de aulas tem capacidade para um número menor de alunos. A sala da direção, sala dos professores e cozinha foram todas adaptadas. Atualmente a escola dispõe de uma quadra coberta, sala de leitura/biblioteca com um acervo bibliográfico considerado bom, laboratório de informática e um espaço onde existe uma horta escolar.

A culminância dos eventos acontece na quadra por ser um espaço amplo e dá condições de acolher toda a comunidade. A escola possui um grupo gestor formado por uma diretora geral, duas coordenadoras pedagógicas e uma secretária escolar, todas efetivas com cargo comissionados. Trabalham 13 professores em sala de aula, sendo três temporários e 2 de apoio, também efetivos, duas merendeiras contratadas pela congregação, dois vigias, sendo um efetivo e outro contratado pela congregação, um porteiro efetivo e quatro auxiliares de serviços gerais, duas contratadas e duas efetivas.

Os professores lotados na escola moram em Fortaleza e em outros Municípios. Os pais dos alunos na sua maioria são catadores de lixo e vivem da venda dos produtos recicláveis ou de empregos informais. Por não possuírem estudo suficiente não conseguem empregos muitos deles não chegaram a concluir o ensino fundamental.

Dos 165 alunos matriculados, 91 são alunos beneficiários do Programa Bolsa Família, o que corresponde a 55,15% dos mesmos. Estes são de famílias carentes e poucas políticas públicas chegam até eles, o conjunto precisa de urbanização, de praças de lazer, de transporte público. A grande maioria dos educandos mora perto da escola e outros chegam à escola a pé, pois o ônibus que faz a linha em Maracanaú não chega até o conjunto. Um total de 70% dos alunos mora perto, ou seja, moram no entorno da escola o que favorece a presença deles na mesma.

A escola fica situada na zona urbana da cidade de Maracanaú, município da região metropolitana de Fortaleza que enfrenta muitos problemas de desemprego, violência, drogas dentre outros. O Conjunto Vida Nova não fica muito distante do centro de Maracanaú, no entanto, este passa por muitas necessidades de infraestrutura.

Dessa forma, entendemos que a escola é um espaço capaz de realizar ações educativas em benefício da comunidade como um todo, contribuindo assim com o desenvolvimento e emancipação dos sujeitos que ali estão inseridos. Assim, é importante que a escola coloque à disposição da comunidade do seu bairro todos os espaços da instituição, como: a quadra, o pátio e até mesmo os laboratórios de informática permitindo um melhor aproveitamento da comunidade com o espaço escolar, quer seja aluno ou não.

Para execução do Projeto “O olhar da escola sob a perspectiva dos Direitos Humanos”, fomos conversar com a direção da escola e apresentamos a proposta de intervenção a fim de que a mesma conheça o objetivo do plano de ação.

Conforme acertado, estaria na quarta-feira, dia 23 de agosto, para aplicar o projeto. Chegando logo cedo, às 7 horas na escola, pude presenciar a acolhida feita pela gestora geral na quadra da escola. Foram dados alguns informes, cantaram o Hino Nacional e rezaram todos juntos, um Pai Nosso. Logo em seguida, todos foram em fila para as salas de aula, acompanhados de seus professores. Segui para a sala do 5º ano, onde o professor fez a apresentação, explicou o motivo da minha presença e adiantou o assunto fazendo referência ao conteúdo já visto por eles “Inconfidência Mineira”.

Após apresentação, e para provocar uma discussão, utilizei o tema e introduzi a questão dos direitos humanos, que muitas pessoas morreram lutando para garantir os direitos que temos hoje. E as razões que originaram os movimentos sociais. Para conhecer melhor os alunos foi aplicado um questionário a fim de fazer um levantamento do perfil dos mesmos. No turno da manhã frequentam 14 alunos. Desses, 9 estão entre 11 e 12 anos, o que correspondem a 64% da turma, 4 tem 10 anos e 1 tem menos de 10. Apenas 5 estão na idade certa. São 4 mulheres e 10 homens. Todos estão aproximadamente estudando por 4 a 10 anos na mesma escola. Dos 14 alunos, 13 são beneficiários do Programa Bolsa Família, correspondente a 93%. No turno da manhã um aluno se ausentou da sala para ir ao dentista.

No turno da tarde são 17 alunos matriculados. 12 alunos estão na idade certa e apenas 5 tem mais de 11 anos. Ao todo são 10 mulheres e 7 homens. O tempo de estudo na escola varia menos de 1 ano até 10 anos. São 16 alunos beneficiários e apenas um não sabe se a família recebe o benefício, totalizando 94%.

Seguindo a agenda preparada para o momento, colocamos os termos Liberdade, Igualdade e Fraternidade para que fosse conceituado por eles, ou seja, o que eles entendiam sobre as palavras. Podemos listar no quadro abaixo o significado dos termos, liberdade, igualdade e fraternidade segundo os alunos do 5º ano:

Quadro 1

LIBERDADE	IGUALDADE	FRATERNIDADE
Ser livre é fazer o que quisier -6; Ser libertado - 4; Poder brincar - 2; Quando a pessoa é presa e se solta 8; Falar palavrões - 1; Eram escravos e foram livres - 1; Ser feliz, ter carinho, amor e amizade - 2; Dizer sim ou não - 1; Não soube responder - 5	Não se importar com a cor do outro, não ter bullying - 3; Amar e respeitar para vencer a batalha - 2; Pessoa que nasce igual - 4; Ser tratado com carinho do pai e mãe - 1; Todos têm os mesmos direitos - 5; Respeito pelos negros, branco, magro e gordo - 10; Amar igualmente, qualquer religião - 3; Não soube responder - 2.	Amar o próximo e quem tem deficiência - 6; Quando o bebê nasce - 1 Amor fraterno - 6; Respeito com os mais Velhos, compartilhar com os outros - 11; Repartir o pão de cada dia - 2; Ter irmandade - 1; Não soube responder - 3.

Fonte: Tabela elaborada pela própria autora.

Diante das definições apontadas pelos alunos pudemos percebermos que os princípios que originaram a Declaração dos Direitos Humanos ainda não estão definidos na compreensão dos estudantes, mas timidamente eles definiram que a liberdade é o contrário de prisão. Prisão é um fato comum para eles, devido morarem em uma comunidade perigosa, onde há tráfico de drogas, roubos e violências. E a igualdade como uma situação de que todos são iguais, sem discriminação.

Logo em seguida, colocamos um vídeo tratando da história dos direitos humanos, um vídeo complementar aos direitos humanos e outro intitulado “mudar o mundo”. Após o último vídeo, solicitamos que eles escrevessem atitudes que eles poderiam fazer para melhorar as ações executadas pela escola na temática dos direitos humanos. As atitudes apresentadas por eles são:

- Mais igualdade, fraternidade e liberdade entre os alunos;
- Mais respeito com os professores e merendeira;
- Menos violência e mais paz;
- Mais respeito, menos brigas e bullying;
- Conservação do prédio;
- As pessoas não usarem armas;
- Mudanças na estrutura da escola.

Com base no que pude vivenciar em sala de aula e na escola como um todo, percebemos que a mesma ainda não desenvolve ações voltadas diretamente para os direitos humanos. A maioria dos projetos desenvolvidos na escola tem a ver com sustentabilidade, meio ambiente e arte e envolve muito a comunidade. Pretendemos propor que nas atividades pedagógicas da escola como o jornal, o lanche literário e cordel com a corda toda poderiam apresentar temas como: Direitos de crianças, adolescentes e da juventude; Direitos das mulheres; Enfrentamento ao racismo; Enfrentamento do trabalho infantil; Direito a cidadania dos índios, entre outros: e ainda: a fome, a desnutrição infantil, transporte público, os casos de dengue, a moradia e saneamento básico ou outros temas transversais, baseados nas necessidades da comunidade Vida Nova. A escola poderia utilizar seus espaços como laboratório de informática e sala de leitura a fim de que os alunos desenvolvam alguma consciência sobre os direitos humanos.

O objetivo do Plano de ação é investigar como os alunos percebem como a escola realiza ações voltadas na defesa dos direitos humanos. Considerando os projetos que a escola trabalha no seu dia a dia, essas ações passam despercebidas pelos alunos do 5º ano, pois os mesmos não assimilaram o assunto levantado na sala de aula com o que a escola trabalha. Dessa forma, entendemos que se faz necessário um trabalho voltado para a conscientização e reflexão sobre a realidade deles como sujeitos de direitos, oferecendo oportunidades de aprendizagens.

Mesmos ainda que estejam envolvidos com as brincadeiras, a ponto de não conseguirem o domínio para uma aprendizagem significativa, a escola poderá contribuir com o desenvolvimento do sujeito como um todo, assumindo assim o seu compromisso com a formação para a cidadania e a construção de um mundo melhor, mais igual para todos. Esta falta de conhecimentos sobre o tema contribui para um não desenvolvimento da consciência sobre os direitos humanos.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. *Constituição Federal do Brasil*. 1988. Brasília: Senado Federal, 1988.
- _____. *Lei Diretrizes e Bases da Educação Básica*. 1996. Brasília: Senado Federal, 1996.
- _____. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. *Educação em Direitos Humanos: Diretrizes Nacional*. Brasília: Coordenação Geral de Educação em SDH/PR, Direitos Humanos. Secretaria Nacional de Promoção e defesa dos Direitos Humanos, 2013.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- UFC VIRTUAL. *Curso de Educação, Pobreza e Desigualdade Social*. Introdução à Pobreza e Cidadania. Disponível em <<http://egpbf.mec.gov.br/modulos/mod-1index.html>>. Acesso em 26/06/17.
- _____. *Curso de Educação, Pobreza e Desigualdade Social*. Pobreza, Direitos Humanos, Justiça e Educação. Disponível em <<http://egpbf.mec.gov.br/modulos/mod-2index.html>>. Acesso em 30/06/17.
- _____. *Curso de Educação, Pobreza e Desigualdade Social*. Escola: Espaço e Tempos de Reprodução e Resistências da Pobreza. Disponível em: <<http://egpbf.mec.gov.br/modulos/mod-3index.html>>. Acesso em: 08/07/17.
- _____. *Curso de Educação, Pobreza e Desigualdade Social*. Fundamentos de Pobreza e Currículo Disponível em: <<http://egpbf.mec.gov.br/modulos/mod-4index.html>>. Acesso em: 20/07/17.
- <http://www.opovo.com.br/app/opovo/cotidiano/2016/09/10/noticiasjornalcotidiano3657854/por-que-escolas-do-interior-colocam-o-ceara-em-destaque-no-ideb.shtml>.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ. Violência, Justiça e Cidadania. *Revista de ciências Sociais*. v. 37, n. 2, 2006.

